

MOVIMENTO

FUTEBOL

**A seleção
brasileira
renasce
das cinzas**
P. 9

**Entrevista:
Fala Gabriel
Garcia
Marquez!**

Última página

**Florestan
Fernandes:
"O fulgor
de Cuba"**

P. 17 a 19

**Empresários
e operários:
o pacto que
não houve**

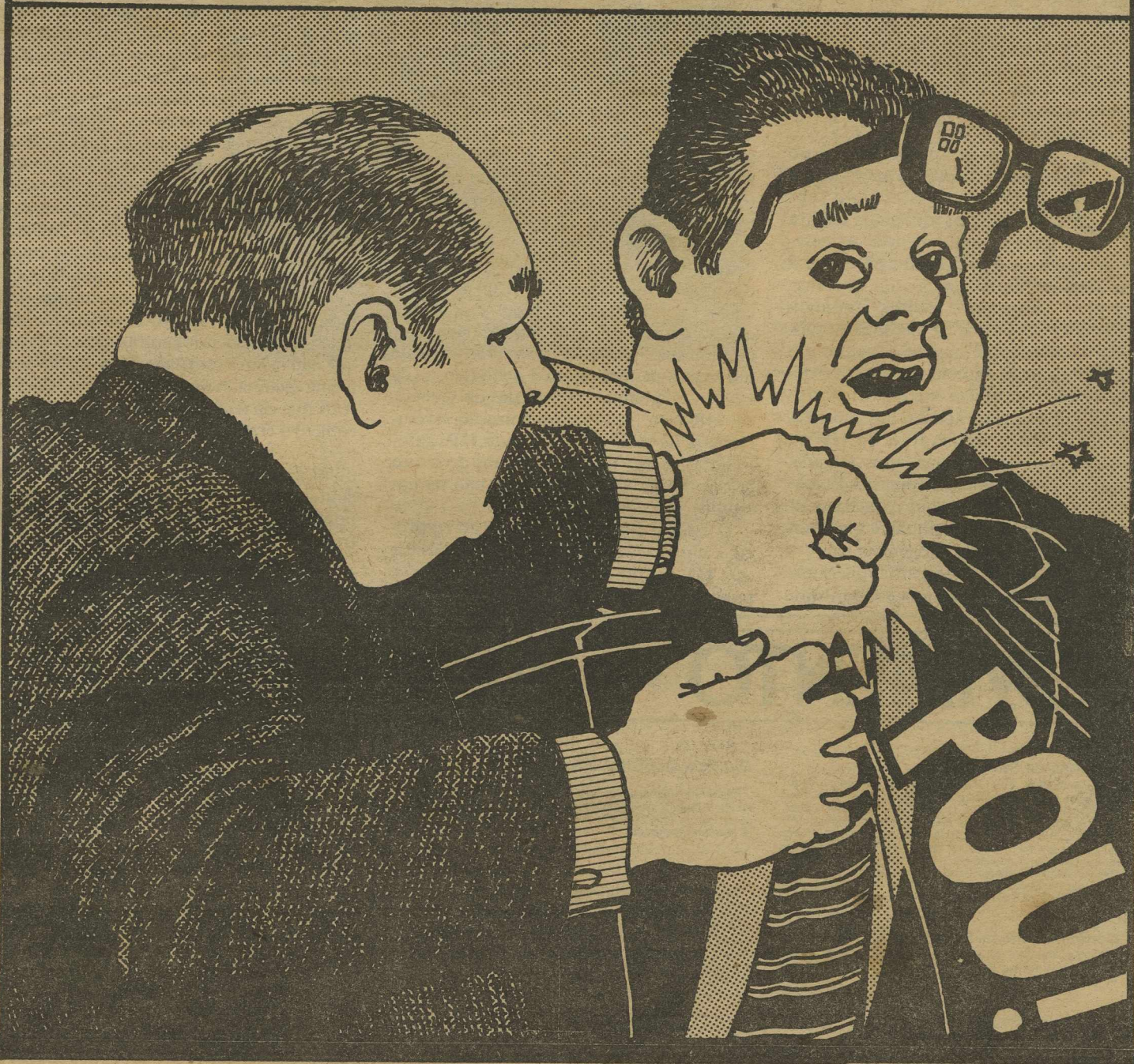
P. 8 e 9

**E MAIS:
Gen. Serpa,
Cel. Pessek e
Palácios,**

P. 4 e 6

AURELIANO: MAIS UM SE DESENTENDE COM A "GANG"

Vem mais o vice-presidente da República aceita os truques que a Gang do Planalto quer usar para ganhar eleições/ Aureliano acha que eleições não se ganham com "mágicas"/Ele tem antigas divergências com a Gang e teria até dado um soco em Delfim Netto.



ILUSTRACÃO DE AGOSTINHO GÊ

Hora do Povo: por que grita tanto "o jornal da família brasileira?"

No final do ano passado, o semanário **Hora do Povo**, que representa uma das correntes políticas do movimento oposicionista no país, acusou **Movimento** de ter "degenerado" de "uma linha de oposição (...) numa linha de fútricas pestilentas contra o movimento popular" (1). Atacando violentamente o fato de termos dado crédito ao documento que revelava as manobras do governo nas eleições para o sindicato dos metalúrgicos no Rio, e que envolveram defensores do próprio **Hora do Povo**, o editorial do jornal acusou **Movimento** de trabalhar para desunir os trabalhadores.

Na semana seguinte à acusação, nota de **Movimento** (2) respondeu uma a uma as críticas específicas relativas à publicação do documento. A preparação das edições especiais de fim de ano nos impediu, porém, de aprofundar a resposta, chegando às acusações políticas que o semanário levanta.

A resposta é indispensável, no entanto. Em certas áreas do movimento oposicionista brasileiro, **Hora do Povo** é hoje um estilo de fazer política combatido e repudiado; é o método da "turma das correntadas", em alusão ao incidente em que defensores do jornal agrediram a golpes de corrente membros da oposição metalúrgica de São Paulo. Mas é também um estilo que tem adeptos e granjeia simpatias entre o povo, pelo destemor e combatividade que aparenta. Aprofundar o debate desse estilo significa, portanto, tentar esclarecer questões que embaraçam o movimento popular e dificultam o seu avanço.

Desde o seu aparecimento, no início de 1979, até agora, **Hora do Povo** vem atacando seus adversários políticos com a mesma contundência. As dezenas de adjetivos que pululam na crítica a **Movimento** e outros órgãos da imprensa popular — "grupelhos", "pulhas", "imundície apócrifa", "chusma de decadentes pasquins trotskizantes", que "papagueiam imundícies que a imprensa burguesa defecou" — não constituem exceção. E, justiça se faça, não surgem apenas nas diatribes contra correntes adversárias do **HP** na oposição popular. Semana após semana, ministros, governadores, setores das Forças Armadas são atacados com manchetes de letras de 3 centímetros de altura, em que uns são "cavalgadasuras que dirigem o país", a convenção do PDS é "fedentina que toma conta de Brasília", Reagan é "debilóide

(que) comandará a Casa Branca", os que jogam bombas nas bancas são "pederastas fascistas". **HP** fez e faz nesse estilo várias campanhas de defesa de interesses das correntes oposicionistas, como a resistência à divisão arbitrária do MDB, ao adiamento das eleições, à reformulação casuística da lei dos salários e outras.

Mas a originalidade do **HP** dentro da oposição é que esta bateria de xingamentos e acusações finais — de artigos em que o espaço das manchetes é, às vezes, maior que o da notícia e da argumentação — volta-se também, e com grande destaque, contra as correntes da oposição popular. Os que divulgaram os documentos oficiais sobre a eleição dos metalúrgicos no Rio são "enfeitados que se unem a Golbery", a direção da Associação dos Professores de São Paulo (APEOESP) é "covarde (que) tenta dar rasteira nos mestres", o presidente nacional do PT "se borrou de medo", a oposição à direção do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo é de "baderneiros e provocadores" ou "meninos de ejaculação precoce".

Porém, não se trata apenas de um problema de estilo. O estilo é ruim e equivocado. Revive as manchetes dos chamados "jornais populares" ou "jornais de polícia", gritantes, escandalosas, inclusive com as várias "submanchetinhas" curtas e contundentes que fizeram a fama de **O Dia** e **Notícias Populares**, diários do Rio e São Paulo com os quais os grandes empresários tentam enganar o interesse popular por conhecer o mundo e aproveitar-se do baixo nível de consciência política das grandes massas que são mantidas à margem das grandes questões do país. E, embora tenha um tom político que aqueles jornais não têm, o resultado de sua leitura não é qualitativamente diferente: dá apenas uma falsa impressão de conhecimento político, divide o mundo de forma mecânica entre bons e maus; e assim como o governo é o anticristo, imoral, corrupto e todas as correntes que se opõem ao jornal são formadas por divisionistas infiltrados pela CIA, tudo de seu lado é perfeito, bom e definitivo — de Ulysses Guimarães "o chefe das oposições", ao MR-8 "a principal organização revolucionária do país", até o próprio **HP**, auto-proclamado "o órgão oficial do povo brasileiro". E nada é provado; não há um estudo, um debate maior.

O estilo é apenas um aspecto do equivoco. É em relação a posições políticas básicas que **HP** pretende impor ao movimento popular que **Movimento** tem diferenças



profundas. Tomemos portanto as três acusações políticas que **HP** levanta contra **Movimento**: em relação ao movimento sindical, no artigo já citado, mais a de ter ignorado a cassação do MDB e a de ter condenado a presença no Afeganistão de tropas soviéticas (3).

1 — **A tática em relação ao movimento sindical** — **HP** ataca como divisionistas todos os que se opõem à sua política de aliança com pelegos, como o arqui-pelego Joaquim dos Santos Andrade, que dirige o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e que eles apontam como "o dinâmico dirigente da categoria". O propósito do **HP** é aproveitar-se dos vínculos que os sindicatos oficiais mantêm com as massas, tentar utilizar os recursos desses aparelhos para chegar até elas e ganhar as suas direções. Para atuar de forma mais livre nesses sindicatos, não atacam os pelegos; antes buscam acordos com eles. E, para justificar sua posição, passam a defendê-los como se eles fossem a expressão política dos trabalhadores no seu nível atual de organização e consciência e não o resultado do trabalho político e organizativo do grande patronato e do Estado. Com esse comportamento, **HP** toma, na prática, a estrutura sindical atrelada e patronal como o centro de sua atividade no meio operário; ao criticar os que não usam a estrutura sindical atual e, de forma sectária, não reconhecem os vínculos reais que ela tem com a classe operária, **HP** comete o erro oposto e acaba se enredando nessa estrutura. E ao tentar impor essa política de assaltar o sindicato por cima como se ele fosse a política do movimento popular, **HP** realiza, então, o verdadeiro trabalho de **divisionismo**.

2 — **A posição diante do PMDB** — **HP** acusa **Movimento** de ter fomentado a criação de um "Partido Popular" e de ter negado o mérito na luta do MDB contra sua extinção. Em primeiro lugar, **Movimento** jamais defendeu editorialmente este ou aquele partido oposicionista; apenas vários de seus jornalistas têm opinião sobre os partidos e a expressam publicamente. Em segundo lugar, a meu ver, sem dúvida a atitude mais retrógrada e divisionista que se manifestou na oposição durante o debate da reforma partidária foi o das correntes como a do **HP** que quis negar o direito de os oposicionistas se organizarem em partidos democráticos com hegemonia popular, saindo do MDB ou vindo de fora do MDB.

No final de 1979, com a reformulação partidária, o governo realizou uma manobra de recuo, que permitiu um quadro

partidário mais avançado que o bipartidarismo então existente, embora ainda muito restrito. Esse quadro deveria ser aproveitado de todas as formas possíveis e exigia, ao lado de uma luta comum com as correntes liberais contra o regime militar — por mais liberdade de organização partidária e portanto, também, pelo direito de não extinção do MDB — a luta secundária das correntes populares contra os liberais, pela direção política do movimento oposicionista, pela direção do MDB, portanto, ou pela formação de um partido que reunisse as correntes populares e democráticas que estavam fora do PMDB às que estavam dentro dele, a fim de fundar um partido democrático e popular novo e mais combativo. De que forma esta luta se encerraria era conclusão que não se podia antecipar.

3 — **A posição diante do "mundo socialista"** — Finalmente, **HP** é quem comete o pecado de dividir as oposições brasileiras quando pretende que se aceite como verdade indiscutível que "a URSS apóia com tropas o levante popular afegão", referindo-se à invasão do Afeganistão por tropas soviéticas (4) ou que o que se passou em Cuba na saída de uma centena de milhares de pessoas foi que "o povo se livrou de meliantes" que não se conformavam "com o fim das drogas e dos cassinos" (5). Essas "verdades", é óbvio, não unificam o movimento popular. É evidente que não são verdades, que URSS e Cuba enfrentam problemas sérios; e quem os levanta não pode ser chamado de "imprensa venal a serviço dos americanos".

Finalmente, é digno de nota também que, ao mesmo tempo em que se apresenta como campeão da combatividade e da firmeza ideológica diante dos que estão "aplastados pela burguesia", **HP** sustenta, edição após edição, que "maus militares desonram a farda", "maus generais querem desmoralizar o Exército", "Constituinte vai acabar com a desordem", "vai moralizar a nação", como se nossos problemas decorressem de governantes pouco competentes, de bons ao invés de maus militares, e de falta de moralidade. Aliás é talvez por ter essa filosofia que **Hora do Povo** rebatizou-se recentemente como "o jornal da família brasileira". Sua preocupação não é com a política; é com os costumes.

Raimundo Rodrigues Pereira

(1) **HP**, 11 a 19.12.80, pág 3; (2) **Mov** 22 a 28.12.80; (3) **HP**, 18 a 25.7.80; (4) **HP**, 4 a 11.1.80; (5) **HP**, 18 a 25.4.80.

MOVIMENTO ANOS 10 SERVIÇOS INTERNACIONAIS Le Monde

Conselho de Direção

Agostinho Gisé, Alcy Linhares, Álvaro A. Caropreso, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Queiroz, Armando Boito Jr., Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Júnior, Deltir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José Calixto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Macklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

Conselho Editorial de MOVIMENTO

Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Burque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-1976)

Diretoria de EDIÇÃO S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antonio Carlos Ferreira (diretor-editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores adjuntos).

Movimento é uma publicação de Edição S/A — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiro, São Paulo, Brasil - CEP 05415 - Telefones: 210-6622 e 210-6744. Distribuição: Abril S/A — Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Tel.: 65-5115. Impresso nas oficinas da Cia. Jorués, Rua Gastão da Cunha, 49, Tel.: 531-8900, São Paulo. Material internacional via Varig.

Cai, cai balão, cai, cai ...

A mágica do balão de ensaio furado já não impressiona nem o vice-presidente

Filões de Heitor Aquino



O diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Ivan Barreto, apresentou uma proposta ao ministro das Minas e Energia para que seja decretada a caducidade das áreas de bauxita do grupo Ludwig na Amazônia. Além do direito

de lavra do grupo Ludwig já ter caducado, há outra revelação interessante: duas das lavras estão em nome do "major" Heitor de Aquino, ex-diretor da Jari e atual secretário particular do Gen. Figueiredo.

Falando no "major" Aquino, é bom lembrar também que o novo decreto presidencial que regula as mordomias, determinando que apenas ministros de estado e presidentes de empresas estatais, têm direito a moradia "especial", não o atingiu. Embora não tenha nenhum direito a regalias, Aquino continuará ocupando a Granja do Riacho Fundo.

Más companhias

Estamos bem de terroristas. Ronald Waters, acusado pela polícia federal, num confuso inquérito, como o único responsável pelo atentado a bomba à OAB e Câmara dos Vereadores do Rio, declarou no final da semana passada que todo esse movimento em torno de seu nome só tem uma razão: sua amizade estreita com o atual presidente eleito dos Estados Unidos, Ronald Reagan. E a tentativa de envolvê-lo nos atentados deve ser, então, coisa de inimigos do novo presidente americano que "está cansado de ver os Estados Unidos ficarem de cócoras diante do mundo".

Festa com bolo e bomba

Numa festa que teve um bolo com foice e martelo e bombas atiradas de um carro em alta velocidade, o ex-secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes comemorou no Rio de Janeiro seus 83 anos.

Em seu discurso, Prestes reafirmou sua confiança na União Soviética, colocando como "primeiro dever de todo cidadão lutar pela paz no mundo e compreender o papel da União Soviética, único país que ... tem condições de conter o braço assassino dos donos do dinheiro e do poder do mundo capitalista".

Prestes afirmou ainda que não se deve ser negativista com a história do PCB, "como certos caciques que pensam ser comunistas" e lançou a consigna de "construir um partido novo, efetivamente revolucionário e internacionalista".

Brigadeiro não entendeu



Solteiro, sem parentes próximos, o octogenário Brigadeiro Eduardo Gomes, ex-candidato à presidência da república nas eleições de 1945, vive no Rio de Janeiro sob os cuidados da aeronáutica. Cuidados em demasia, segundo uma informação ob-

tida por Movimento. Eduardo Gomes vive praticamente confinado em sua residência e não lhe é permitido receber muitas visitas, principalmente as de jornalistas. É que, segundo um político que conseguiu furar o cerco, o Brigadeiro tem muita coisa a falar que não agradaria ao general Figueiredo. Por exemplo: "O general Euclides (pai de Figueiredo), não foi nenhum democrata".

"Quando fomos presos por ele, o mínimo que ele fazia, era nos deixar sem comida durante várias horas". Embora conserve grande lucidez mental, o brigadeiro chama o general João Figueiredo de "capitão" e confessa não entender como é que ele chegou à presidência da república.

O regime militar brasileiro poderia ser chamado de ditadura aerostática. Já que lançar balões de ensaio é uma das suas maneiras mais típicas de governar. O pacote de mudanças no atual sistema eleitoral anunciado há duas semanas pelo autor da Emenda que adiou as eleições municipais, deputado Anísio de Souza (PDS-GO), foi usado como um desses balões pelo Palácio do Planalto. Desta vez, porém, a experiência falhou: em vez de continuar subindo, o balão desceu, explodiu sobre o laboratório e acabou por desnudar as profundas dissensões que grassam no seio do Governo, a mais retumbante das quais é a do vice-presidente Aureliano Chaves.

Em aberto confronto com a gang do Planalto, Aureliano Chaves declarou em Belo Horizonte, na terça-feira da semana passada, como "ponto de vista pessoal", que "nós devemos ir dissipando da opinião pública a idéia de adotar esta ou aquela medida tendo em vista fazer mágica para ganhar eleição. Eleição se ganha nas urnas e não através de mágicas". O vice-presidente foi mais longe, porém: disse que a disputa pela presidência da Câmara dos Deputados entre o candidato do Planalto, Nelson Marchezan e o dissidente Djalma Marinho pode ser ganha tanto por um como por outro, o que faria parte do "jogo democrático"; afirmou concordar com alguns tópicos "bem colocados do manifesto "Em Defesa da Nação Ameaçada"; e ironizou ao comentar suas notórias divergências com o ministro Delfim Netto. "Não há nada, está tudo bem. Mesmo porque ele é ministro do presidente João Figueiredo e não do vice-presidente Aureliano Chaves".

Conta o jornalista Carlos Chagas que, pego de surpresa, o grupo palaciano preferiu engolir o sapo para não prejudicar ainda mais a sua estratégia das reformas eleitorais. Na manhã de quarta-feira o capitão Heitor Aquino chamou o secretário de Imprensa do Palácio, Marco Antonio Kramer para instruí-lo sobre as declarações a serem dadas à imprensa: nada de passar recibo nem alimentar polêmicas, o melhor seria absorver os comentários do vice-presidente.

Antonio Carlos Queiroz

Claro, não restava outra opção. Aureliano Chaves não pode ser demitido como qualquer ministro, porque seu cargo, votado no Colégio Eleitoral junto com o do general Figueiredo, não pertence inteiramente à gang do Planalto. Embora não possa ser facilmente rifado, Aureliano Chaves continuará sendo marginalizado dentro do Governo, como o foi desde o início.

Que o vice-presidente vem defendendo teses nacionalistas é inegável, mas é difícil saber até que ponto estaria comprometido com o esquema político-militar que começa a ser estruturado em volta do general Andrada Serpa. O fato é que suas condenações aos casuísmos eleitorais foram recebidas com extrema simpatia pelos membros desse esquema. Um dos subscritores do manifesto "Em Defesa da Nação Ameaçada" afirmou a este jornal que um dos objetivos centrais do movimento é justamente lutar contra as modificações que o Governo pretende introduzir no sistema eleitoral para desvirtuar o processo eleitoral de 1982. "A realização dessas eleições é o começo do fim do regime — diz esse informante, que tem plena consciência de que vai perdê-las.

Por ter esta consciência é que o governo deverá continuar lançando novos balões de ensaio, na tentativa de desatar ou cortar o nó górdio que será sua fragorosa derrota eleitoral em 1982. A experiência da semana passada foi um completo fiasco, em que as lideranças do Governo não conseguiram articular coisa com coisa.

O líder do Governo no senado, Jarbas Passarinho, por exemplo, disse que o pacote de Anísio de Souza "não terá a mínima chance de aprovação" mesmo porque "contraria frontalmente algumas posições oficiais, como por exemplo a instituição do voto distrital, proposta rejeitada na Convenção Nacional do PDS". Passarinho disse também que ao contrário da primeira vez, Anísio de Souza havia recebido "sinal verde" do Governo para processar a emenda que adiou as eleições municipais, desta vez isto não aconteceu. Vermelho é que não deve ter sido a cor do

sinal que o deputado goiano recebeu no demorado encontro que manteve com o capitão Heitor Aquino no último dia 22.

O assunto que mais causou polêmica foi o voto distrital. Na segunda-feira o secretário de imprensa Marco Antônio Kramer anunciou que o general Golbery do Couto e Silva estava fazendo um alentado estudo sobre o sistema de voto distrital que vigora na Bélgica, assim como alguns projetos de voto distrital que já existem na câmara e no senado. Mas no dia seguinte Kramer desmentiria esta informação, sem maiores constrangimentos. Como sempre, acusou a imprensa de ter entendido mal as suas palavras e disse que "O Palácio do Planalto não está examinando nenhuma alteração na legislação eleitoral" e que o fato do gabinete civil estar estudando o voto distrital não significa que ele será adotado. O samba do crioulo doido continuou durante toda a semana com o ministro da Justiça Ibraim Abi Ackel repetindo que "que não estamos cuidando do voto distrital" e que esta era a resposta definitiva do governo sobre o assunto.

Para aprovar esta medida que visaria segundo o sofisma oficial, diminuir a preponderância do poder econômico sobre o processo político o governo terá que trabalhar bastante, de início garantindo aos atuais pedessistas a sua reeleição pelo novo sistema. O que parece difícil, pois muitos já alimentam sérias dúvidas de que serão reeleitos se permanecerem por mais tempo no PDS, que está arriscado a perder nas próximas semanas a sua maioria absoluta. Sintomática desta situação foi a reação do ex-dissidente pedessista Raphael Baldacci, um amigo pessoal do general Golbery do Couto que emigrou para o PTB de D. Ivete para fazer uma linha auxiliar do governo. Baldacci é autor de um projeto que institui o voto distrital misto, que até está sendo objeto de estudo pelo chefe do Gabinete Civil, mas disse na semana passada ser contrário à sua aprovação antes das eleições de 1982. Baldacci considera que seu projeto só deve ser aprovado num plebiscito, depois de ampla campanha de esclarecimento.

Pesos pesados lutam, Camilo Pena beija lona

Os desentendimentos do vice-presidente com a chamada "Gang do Planalto" são antigos, e, aparentemente, culminaram no fim do ano passado, numa festa em Goiânia, quando Aureliano Chaves teria desferido um poderoso direto de peso pesado na cara de Delfim, pouco depois do ministro do Planejamento ter criticado a Açominas como inflacionária. Acontece que a Açominas é a menina dos olhos do vice Aureliano.

O primeiro comentário "inoportuno" do vice-presidente foi após as eleições de 1978, quando ele disse sem pestanejar que "não adianta tapar o sol com a peneira", referindo-se às tentativas do Palácio do Planalto de transformar o resultado adverso das urnas numa vitória fragorosa da então Arena, antecessora do PDS. Nomeado para a Comissão Nacional de Energia, assunto no qual o engenheiro Aureliano é um especialista, ele se viu colocado no ostracismo de um grupo que não funcionava nem tinha poderes. O culpado, como sempre, era o ministro Delfim Netto, que esvaziara a comissão.

Vários outros pequenos incidentes colocaram Aureliano cada vez mais em choque com a gang. Um dos mais graves envolveu o secretário particular do general Figueiredo, o capitão

Um mês a vice-presidente da República avista os traços que a Gang do Planalto quer usar para ganhar eleições? Aureliano acha que eleições não se ganham com "mágicas"? Ele tem antigas divergências com a Gang e teria até dado um soco em Delfim Netto.



Heitor Aquino. Ele conseguiu influir na escolha dos dirigentes da comissão estadual do PDS em Minas Gerais, em conluio com o ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, e em detrimento do governador Francelino Pereira, que está do lado de Aureliano. O vice-presidente tentou infrutiferamente que Figueiredo interviesse na disputa, repreendendo Heitor

Aquino pelas interferências em Minas Gerais. Figueiredo simplesmente desconheceu o pedido de Aureliano. Por isso, Heitor Aquino, Golbery e Figueiredo são as últimas pessoas que Aureliano tem prazer em ver pela frente.

Se hoje o vice Aureliano causa arranhões, no futuro ele poderá ser uma pedra no caminho da "Gang do Planalto". Disposto de uma grande liderança em seu Estado natal, Aureliano se considera uma alternativa civil à presidência da República e é considerado como tal por várias forças que defendem uma saída "legalista" para os impasses do regime. Segundo uma fonte militar ouvida por Movimento, o general Antônio Carlos de Andrada Serpa, por exemplo, seria uma liderança dessas forças e já teria dito várias vezes que no caso de uma crise em que o general Figueiredo renunciasse, não aceitaria que outra pessoa ocupasse a presidência da República a não ser Aureliano Chaves. "É a saída constitucional" repete o general Serpa, segundo a fonte ouvida por Movimento.

Esse não é, no entanto, o derradeiro round na luta desses dois pesos pesados. O próximo golpe a ser desfechado atingirá o mineiro Camilo Pena, ministro da Indústria e Comércio, que foi indicado por Aureliano.

A violência justa de d. Calheiros

Com uma entrevista publicada pelo jornal *Tribuna de Alagoas*, no último dia do ano passado, o bispo de Volta Redonda, Dom Valdir Calheiros, colocou novamente a Igreja no centro dos debates sobre a transformação da sociedade brasileira e o seu próprio papel neste processo. Além de ter despertado mais uma vez a ira do governo e dos setores religiosos conservadores.

Dom Calheiros, um dos mais destacados bispos da ala progressista da Igreja, tratou de três assuntos principais na entrevista, que acabou tendo trechos publicados nos principais jornais do país: 1) apresentou o socialismo como "alternativa verdadeira" para o capitalismo, que "foi incapaz de criar uma proposta para uma sociedade mais justa" e para o comunismo, que conseguiu apenas "transformar o capitalismo liberal em capitalismo estatal"; 2) defendeu o Partido dos Trabalhadores, porque é importante "que os próprios operários tenham o seu Partido político, criado e dirigido por eles"; 3) e, finalmente, defendeu o uso da violência popular para se libertar da tirania.

Esta terceira parte da entrevista foi a que provocou maiores polêmicas nos meios políticos. Para evitar incompreensões, Dom Calheiros chegou a distribuir uma carta à imprensa onde reafirmava os seus pontos de vista. Sobre a violência, citava em sua carta um trecho da encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, no qual se baseara. Diz a encíclica: "É grande a tentação de repelir pela violência tais injustiças à dignidade humana. Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária — salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofenda gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudique o bem comum do país — gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas".

Para Dom Calheiros, o uso da violência na Nicarágua foi justo.

Na enxurrada de debates em torno da entrevista do bispo, surgiu até uma carta do Papa João Paulo II, enviada aos bispos brasileiros no dia 10 de dezembro, mas divulgada só na primeira semana de janeiro. Nesta carta, o papa trata principalmente da possibilidade dos padres se desviarem de sua missão primordial, segundo ele, que é a evangelização e a catequese, para se concentrarem em questões sociais. Segundo o papa, a função primordial da Igreja "não é a construção de um mundo material perfeito", mesmo porque "muitas outras instâncias têm o objetivo, o dever e a capacidade de velar pelo bem-estar das pessoas, pelo equilíbrio social, pela promoção da justiça".

Outro documento importante que surgiu deste debate foi a nota oficial da CNBB sobre as declarações do bispo de Volta Redonda, onde procura esclarecer o seguinte: 1) o bispo falou de forma genérica sobre a aplicação da violência, sem referência direta ao país. Falou de uma doutrina que vem desde os tempos de São Tomás de Aquino, "a respeito do direito de repudiar a injustiça prolongada, como, por exemplo, da tirania, até mesmo com o uso da força"; 2) o bispo distinguiu socialismo de comunismo marxista, o que não é uma coisa inviável, segundo a CNBB: "Há atualmente modelos socialistas sem vinculação ideológica com marxismo. Por exemplo, o modelo social democrático alemão e o trabalhismo inglês". (Gabriel Adurra)



D. Calheiros: como São Tomaz de Aquino



Pessek: recebido com ato político em Ilhéus

MILITARES

A guerra de desgaste do general Serpa contra a gang do Planalto

O general Antonio Carlos de Andrada Serpa sabe que agora não tem forças suficientes para infligir qualquer derrota aos seus inimigos, encastelados no Palácio do Planalto. Entre outras coisas porque, apesar de continuar na ativa do Exército, está sem posto de comando desde maio do ano passado, quando o grupo palaciano o encostou; e também porque terá sua passagem forçada para a reserva no próximo mês de março.

Mas, em seu refúgio na Fazenda Borda do Campo, no interior de Minas Gerais, o general parece arquitetar planos que, se não podem derrotar o inimigo, visam essencialmente desgastá-lo perante os colegas de farda e a nação. Não tem outro objetivo, senão o desgaste, a decisão do general dissidente de recorrer ao presidente da República, na semana passada, pedindo reconsideração da punição que recebeu por ter lido um discurso denunciando a desnacionalização do país, no Instituto de Engenharia de São Paulo, dia 15 de dezembro passado, e por ter assinado o manifesto "Em defesa da nação ameaçada", logo depois, ao lado de outros militares da reserva, políticos, empresários e intelectuais.

É certo que a branda punição (dois dias de confinamento em seu próprio refúgio) que lhe foi aplicada pelo ministro interino do Exército, general Ernani Airoso, será mantida pelo presidente, como já ocorreu em casos semelhantes. E Serpa sabe tão bem disso que tem até um advogado contratado para recorrer ao Tribunal Federal de Recursos, após o pronunciamento de Figueiredo. Vai alegar, para provar aos colegas que o grupo palaciano não age em defesa da nação e sim de interesses particulares, que vários outros generais da ativa, inclusive comandantes de Exército, fizeram recentes pronunciamentos políticos sem terem recebido punição.

Os últimos acontecimentos na área militar demonstram que a tática de Serpa pode dar resultados. O manifesto "Em defesa da nação ameaçada" teve repercussão entre setores das Forças Armadas, assim como a punição que sofreram os generais Serpa e Euler Bentes Monteiro, o ex-candidato à presidência. Isto tem obrigado o governo a engolir certos sapos, como demonstram os acontecimentos das últimas semanas:

- a Força Aérea e a Marinha não conseguiram até agora punir o brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro e o comandante Didier Viana, oficiais da reserva que também assinaram o documento "Em defesa...", apesar das ameaças feitas. Comenta-se que Didier, há mais de 20 anos na reserva e gozando ainda de prestígio entre oficiais da Marinha, recusou-se inclusive a comparecer perante superiores para prestar esclarecimentos.

- o almirante José Celso de Macedo Soares Guimarães, famoso no passado por ter comprado uma briga judicial com o ex-ministro Reis Velloso, também desafiou impunemente o Regimento Disciplinar do Exército, na semana passada. Enviou uma carta ao *Jornal do Brasil*, publicada na terça-feira, atacando

duramente a proibição dos militares da reserva falarem sobre política. Disse que a punição de Serpa e Euler foi "pouco feliz, autoritária e pouco inteligente". Até a semana passada Macedo não havia sido punido.

- procurando diminuir os efeitos dos pronunciamentos de Serpa, os serviços de informação do Exército distribuíram entre oficiais uma carta apócrifa, na semana passada, acusando-o de boicotar a coesão das forças armadas. A acusação, numa lauda e meia, não é fundamentada, assim como os ataques que fazem ao manifesto assinado por dissidentes, o que teria ferido os brios de vários militares, preocupados em manter o respeito à hierarquia, disciplina etc. Ou seja: o tiro dos serviços de informação pode ter saído pela culatra.

- a chegada do tenente-coronel Kurt Pessek a Ilhéus, no interior da Bahia, que deveria ser monótona e triste como convém a casos de desterro, acabou se convertendo num encontro de opositoristas da região, que foram hipotecar-lhe solidariedade. Pessek, dissidente declarado e perseguido, ex-assistente-secretário de Hugo Abreu, foi transferido do Estado Maior do Exército, em Brasília, para o comando da 18ª Circunscrição do Serviço Militar, em Ilhéus, como punição por ter participado de uma suposta e não comprovada conspiração de militares contra o governo. Ao chegar a Ilhéus, na terça-feira passada, Pessek, prudentemente, não falou de política, mas sua recepção foi um verdadeiro ato político. No aeroporto o esperavam o deputado federal Jorge Viana (PMDB-BA), o prefeito da cidade, também do PMDB, Antonio Olimpio, vereadores de delegações de políticos de 10 municípios, todos do PMDB. Ele recebera oficialmente o comando da 18ª Circunscrição no próximo dia 15, numa cerimônia que deverá ser assistida por algumas figuras opositoristas muito conhecidas, como Ulisses Guimarães, Severo Gomes, Valdir Pires e Roberto Santos, alguns deles convidados diretamente por Pessek.

Na tentativa de exorcizar esta nova ameaça de crise militar, o governo fez duas investidas na semana passada. A primeira foi o novo aumento dos soldos militares, através de um decreto assinado pelo presidente Figueiredo.

A segunda foi a grande importância atribuída à solenidade de despedida do general Antonio Bandeira da ativa do Exército e a passagem do III Exército, que ele chefiava, para o general Antonio Ferreira Marques.

Em seu discurso de posse, o novo comandante concluiu dizendo que "o momento está a exigir de todos ponderação, entendimento, renúncia e união. É hora de somar, jamais de dividir".

Se foi um apelo aos dissidentes, ninguém pode dizer com certeza. O certo, porém, é que o governo pretendeu transmitir em Porto Alegre uma imagem de força e união, levando até lá todo o Alto Comando do Exército, o que é um fato raro na instituição, que normalmente se reúne no QG do Exército em Brasília. (Antonio Carlos Queiroz, Emiliano José, Gabriel Adurra)

Rubão ataca a UNE

As relações entre as lideranças estudantis e o regime militar, em 1981, poderão ser piores do que em 1980. Há pelo menos dois indícios disso: na última quarta-feira, (dia 7), o general Rubem Ludwig, o "Rubão", ministro da Educação, negou-se a dar uma audiência ao presidente da UNE, Aldo Rebelo, dizendo que "Rebelo é um jovem que deve estar em busca de auto-afirmação". Em resposta, dias depois, a diretoria da UNE reafirmou que Ludwig "não tem nada que o qualifique para ser ministro da Educação. É um estranho no MEC". Na audiência negada, Aldo Rebelo apresentaria as reivindicações dos estudantes formuladas no último congresso da UNE.

O outro indicio é o julgamento (no próximo dia 17 de fevereiro), dos sete estudantes acusados de envolvimento no incidente de 30 de novembro de 1979, em Florianópolis, quando o general Figueiredo foi vaiado e xingado por populares descontentes com o governo. Os estudantes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e duas moças — Rosângela de Souza e Lígia Giovanella — poderão pegar 1 ano de cadeia.

A diretoria da UNE está preparando a presença de cerca de 700 dos mais representativos dirigentes estudantis brasileiros no julgamento, esperando influir na decisão do Conselho Militar. Para Aldo Rebelo — que, na semana passada, viajou para Curitiba, cidade onde ocorrerá o julgamento — "quem deveria estar enquadrado em algum artigo do Código Penal — e não da Lei de Segurança Nacional, que deve ser extinta —, é o general Figueiredo, que fez gestos obscenos para a população".

Cães "cuidam" do menor

Nesta segunda-feira (dia 12), a advogada Lia Junqueira, presidente do Movimento de Defesa do Menor, visitaria — juntamente com uma comissão de entidades de defesa dos direitos humanos — a unidade da Febem em Sorocaba (SP), onde ocorreu uma rebelião no último dia 2. Essa unidade, que deveria ser uma escola de recuperação, é um verdadeiro presídio ilegal, com celas fortes, cães de guarda — doberman e pastores —, grades etc.. Os espancamentos são frequentes e os inspetores andam armados com correntes para bater nos internos. A alimentação é péssima, e a rebelião começou com os internos recusando-se a comer o arroz com salsicha e a servir o almoço — cardápio que se repetia há quase dois meses. Eles exigiam também sabonetes, escova e pasta dental, e água para tomar banho, e um pouco mais de tempo para tomar sol — eles só ficam livres, no pátio, em grupos de 8 por vez, durante 15 minutos por dia.

Uma greve de juízes?

108% ou greve! Esta bem que poderia ser a palavra de ordem dos juízes trabalhistas, que estão exigindo aumentos salariais nos mesmos níveis da inflação (108% até dezembro), e não apenas 73%, índice que deverá ser pago em duas parcelas (em janeiro e em abril de 1981). Eles dizem que o decreto que fixou os novos vencimentos é inconstitucional, pois atenta contra o princípio da irredutibilidade dos vencimentos dos juízes.

Os magistrados da Justiça Federal também estão se articulando, em vários estados brasileiros, caso acionar judicialmente a União como seus vencimentos forem reajustados em níveis inferiores aos da inflação.

2 milhões em dissídio

Mais de dois milhões de trabalhadores rurais do Paraná, representados por 180 sindicatos, entrarão em dissídio coletivo (dia 14), reivindicando piso salarial 30% acima do salário mínimo e 15% de produtividade. Os sindicatos irão ao dissídio na Delegacia Regional do Trabalho, pois não houve acordo na reunião (dia 7) com o sindicato patronal.

A seleção renasce das cinzas

Atenção, Movimento informa: entra em campo o verdadeiro futebol brasileiro.

Maurício Azedo

De repente os europeus redescobriram o futebol do Brasil.

Depois da extraordinária vitória da Seleção Brasileira sobre a Seleção Alemã, na última quarta-feira, pelo placar sem discussões de 4 a 1, os jornais da Alemanha Ocidental reconheciam que não havia desculpas capazes de explicar o resultado a margem da seleção campeã da Europa. Na Itália — cuja "Squadra Azzurra" atravessou o Atlântico para recolher uma derrota frente ao Uruguai e um modesto empate diante da Holanda — a extroversão latina bordava de entusiasmo os comentários sobre a apresentação da Seleção Brasileira, que teria escrito "uma das mais belas páginas da história do futebol". Talvez um exagero do *Tuttosport*. "Os tricampeões mostraram um jogo poderoso, suficiente para classificá-los, independente do resultado, como as estrelas do Mundialito", dizia com equilíbrio o *Corriere Dello Sport*, que descreveu a jornada de quarta-feira como "um festival de futebol".

Também para a torcida brasileira houve uma redescoberta da seleção já definida uma vez por Nelson Rodrigues como "a pátria em chuteiras", depois de quase sete anos de frustrações, que começaram em 1974, quando a força dos europeus dissipou as esperanças do tetracampeonato, e se prolongaram até o embarque da seleção para Montevidéu, efetuado ainda no clima de descrença gerado por uma modesta vitória sobre a Seleção Suíça. Entre a desclassificação na Alemanha, sob o comando de Zagalo, e o terceiro lugar na Copa de 1978, na Argentina, a torcida brasileira assistiu a uma descaracterização do futebol brasileiro e a vertiginosa queda de seu prestígio internacional, construído por gerações de craques que se estendem de Leônidas da Silva, nos anos 30 à era de ouro dos anos 60, com seus grandes inesquecíveis símbolos: Pelé e Garrincha.

Esse declínio esteve associado ao cacete nacional — expressão na área do futebol da ideologia de colonização que domina os outros campos da vida do país — de se prostrar de cócoras diante do modelo estrangeiro, que levou o futebol brasileiro a abdicar de sua originalidade para tentar assimilar o padrão externo, pela suposição de que só assim poderia enfrentar o crescente poderio das seleções da Europa, em especial a da Alemanha, uma força permanente no futebol mundial, desde 1954, e a da Holanda, favorecida por uma geração excepcional, de que Cruyff foi a quintessência, e por uma admirável concepção coletiva de jogo.

O toque macio vence a "saúde de vaca premiada"

Diante do futebol-força, confessavam impotentes os teóricos e os técnicos do futebol, só o futebol-força. E observadores clamavam em vão contra essa desnaturação do futebol brasileiro, entre eles Nelson Rodrigues, sempre bem lembrado no tema por seus achados inteligentes, como o de que de nada adiantam a "saúde de vaca premiada" e a "velocidade burra".

Sob a batuta de Zagalo, um técnico bem comportado, a seleção consagrou uma doutrina defensiva, que renegava o futebol-arte típico do Brasil para consagrar esquemas em que o importante não é fazer gol — o principal objetivo do futebol como jogo —, e sim não tomá-lo. Escudado no apoio que lhe dava o regime desde o gover-



No rio de Janeiro, explode o carnaval dos velhos tempos No Mundialito, Zé Sérgio, depois do 4.º gol contra a Argentina, ressuscita o futebol arte e a comemoração.

no Médici ("eu sou do lado de cá, enquanto 'eles' são do lado de lá"), dizia Zagalo, apontando o "lado de cá com o braço e a mão direita, ao contestar os cronistas que o criticavam, apresentando-os como gente de posição política de esquerda), num currículo realmente invejável, que incluía o tricampeonato mundial, conquistado no México, graças a uma geração que teve a felicidade de reunir Pelé, Tostão, Gerson, Jairzinho, Carlos Alberto Torres, Rivelino e Wilson Piazza, e no apoio derramado de importante área da crônica esportiva, Zagalo deitou e rolou. A Seleção Brasileira deu as costas à sua tradição e as características do futebol do país pra tentar igualar os europeus no campo que constitui sua mais importante alternativa: eles recorrem ao futebol-força, ao preparo físico excepcional, à velocidade, porque não têm trato de bola, não têm ginga de corpo, não contam com a prodigiosa capacidade de produzir virtuosos, solistas, como o futebol brasileiro, com uma esteira que vem de Freedenreich, passa por Pelé e chega a Reinaldo, Zico e Falcão, ou como o futebol argentino, com os Di Stéfano e os Diego Maradona, ou então o futebol uruguaio, com seus Schiaffino e Miguez da seleção de 50, ou o supercraque Pedro Rocha, que foi da Seleção Uruguaia antes de ser várias vezes campeão pelo São Paulo Futebol Clube, até buscar a prata de Castor de Andrade no renascente Bangu do Rio de Janeiro.

Só agora, sob o comando de Telê Santana, o futebol brasileiro começa a romper esse quadro, marcado por indefinições e atropelos, que levaram o técnico Cláudio Coutinho, responsável pela seleção de 1978, a patinar na fixação até mesmo de um núcleo-base



de jogadores para o time. E o rompimento se deu menos como um ato de vontade, um resultado perseguido deliberadamente, do que como um acontecimento fortuito, ditado pelas circunstâncias. Telê Santana ainda não havia sequer definido o padrão de jogo da seleção — que só agora começa a ganhar forma — quando a Seleção Brasileira se viu diante do desafio de ter de superar para não sofrer uma derrota diante da orgulhosa torcida argentina que acompanhou os campeões do mundo a Montevidéu. Telê, Luisinho do Atlético, Edevaldo do Flumi-

nense, Júnior do Flamengo, Batista do Internacional, Toninho Cerezo do Galo, Zé Sérgio do São Paulo Futebol Clube, enfim, todos os jogadores e demais integrantes da seleção só tinham uma opção: dar tudo para não retornar ao Brasil com uma derrota que levaria a carreira de todos ao despenhadeiro.

Quanto Paulo Isidoro, do Grêmio de Porto Alegre, cria do Atlético Mineiro, entrou em campo contra a Argentina, no jogo de estréia do time no Mundialito, ficou claro que a seleção resolvera partir para praticar o futebol alegre do Brasil: rápido, malicioso, moleque, cheio de gueri-gueri, em muitos momentos peladeiro, como mostraram as imagens de Isidoro brigando nas laterais do campo, chutando dentro da pequena área argentina, brigando na lateral da área brasileira.

Relembrando Vicente Feola: pessoal, joga só o que sabe

Viu-se então, a partir daquele segundo tempo, assim como após o gol da Alemanha na última quarta-feira, que a Seleção Brasileira resolvera seguir uma receita simples do velho Vicente Feola, técnico da seleção de 1958, a primeira a dar o título de campeão do mundo ao Brasil. Durante muito tempo atribuiu-se à conta de omissão o que era sabedoria do falecido treinador do Palmeiras, de quem se dizia que distribuía as camisas com poucas palavras aos jogadores — (e que jogadores: Garrincha, Zito, Didi, Djalma Santos, Newton Santos, Pelé, Orlando Peçanha, Vavá, o próprio Zagalo, Belini): joga o que sabe.

Pois a ressurreição do incrível e com frequência imbatível futebol brasileiro se deve à receita sincera empregada nos momentos de apuro do recém-encerrado Mundialito: a diferença entre os brasileiros e os europeus é que os nossos sabem brincar com a bola.

Os perigos de ser honesto

O coronel Palácios, que denunciou o acobertamento da corrupção em São Paulo, vai preso e vai ser processado

Dácio Nitri

No noite do dia 5 de janeiro, a guarda do quartel general da Polícia Militar paulista relaxou a sua habitual prontidão. No saguão do prédio da praça Cel. Fernando Prestes, onde é feito o rígido controle dos visitantes, um enorme aparelho de televisão foi ligado, na Globo, exatamente na hora do Jornal Nacional. Espalhados pelos bancos de madeira, um grupo de PMs fez silêncio, aguardando notícias sobre o coronel Palácios, o ídolo da corporação, que luta contra a corrupção no governo, mas que nunca esquece de lembrar às autoridades que os salários da PM estão abaixo dos da polícia civil e do Exército.

A imagem do coronel Palácios entrou no ar. Ele estava sem o quêpe, um tanto abatido, mas de voz firme, dizendo: o investigador Miguelzinho, chefe do grupo que age no Detran, tem o apoio da Casa Civil do governador...". Há um corte rápido no vídeo, e dessa vez quem aparece é Calim Eid, chefe da Casa Civil, arrematando, "olhem, eu não conheço Miguelzinho nenhum, jamais vi essa pessoa...". Gargalhada geral pelo saguão do quartel general da PM.

**"É um casta de ferida",
um "baixinho metido",
no caminho de Maluf.**

O capitão Brambilla, da Quinta Seção para Assuntos Cíveis da PM, assim que acabou o telejornal, desceu ao saguão de entrada do quartel general, e, silenciosamente, entregou aos jornalistas um comunicado do comandante geral da PM explicando porque punira o coronel Palácios com vinte dias de prisão em serviço. A partir daquela hora, Palácios não poderia sair do QG, e muito menos dar entrevistas. Mas mesmo preso, Palácios ainda manteve alguns contatos com a imprensa, através de telefonemas. Logo no dia seguinte ele dizia calmamente: "olhem, estou me sentindo muito à vontade, estou como na minha casa, quem deve estar se sentindo mal é o comandante da PM, que puniu um homem honesto...".

"É uma casca de ferida!", que boquejador "o baixinho é metido", "ele não tem nada a perder" e muitas outras expressões, todas ditas com muita simpatia pelos companheiros de farda da PM, estão cristalizando mais ainda a imagem de mito que o coronel Palácios mantém hoje. Ele sempre foi considerado um oficial de muita coragem — "é um louco, quanto trabalha na rua" dizem seus subordinados, e de profunda convicção moral. Um moralismo até exacerbado, cultivado em longas discussões em um grupo religioso, meio místico, a que pertence.

O coronel Palácios começou a carreira de oficial no meio da década de 50, na antiga Força Pública. Ainda tenente, em 56, teve o primeiro atrito com o delegado Paulo Pestana, atual integrante da Casa Civil do governador Maluf, e, ex-diretor do Detran Paulista. Naquela época, havia um certo acordo entre autoridades e banqueiros do jogo do bicho. O secretário da Segurança baixara uma portaria dizendo que a prisão de contraventores só poderia ser feita pela delegacia especializada em Jogos, que na realidade era inoperante. Palácios decidiu



romper com o esquema da caixinha. Prendeu cambistas e jogadores e levou-os para o flagrante. Na polícia, o delegado Paulo Pestana se negava a fazer o flagrante, baseando-se na tal portaria. Palácios ameaçou chamar a imprensa, e conseguiu a sua prisão. A sua prisão, mesmo. Além de cinco dias detido no quartel, ele foi transferido para Bauru.

Mas voltou para a capital alguns anos mais tarde. E, em 61 ganhou nova punição, porque participou da greve dos bombeiros, reclamando melhor salário. Um movimento que levou vários soldados a sitiarem o governador Carvalho Pinto no Palácio dos Campos Elíseos. Trêmulo, o ex-governador recebeu a comissão de representantes dos bombeiros, de arma na mão. "Velhas histórias da Força Pública", lembra o coronel. Depois do golpe de 64, o governo federal preocupado com o potencial da Força Pública de alguns estados, principalmente de São Paulo, que era uma corporação militar diretamente ligada ao governador, extinguiu-a, criando as PMs estaduais,

**Provocação
da PM contra
o governador:
Palácios vê
sua punição
como uma
condecoração**



vinculadas a um órgão centralizador, federal. Mas Palácios continuou na carreira, e já como tenente-coronel, em 69, surge na imprensa, defendendo a idéia de um "Pelotão da Morte", formado por PMs, para combater o crime. Hoje, quando relembra o episódio, Palácios faz questão de dizer que o tal pelotão não tinha nada a ver com o "Esquadrão da Morte", sendo apenas uma tropa de elite, para enfrentar marginais. De qualquer forma, entre policiais e soldados, esse é o tipo de detalhe considerado desinteressante. O importante para eles é que o coronel ia, em pessoa, para o contato direto com os bandidos na rua. E só.

"Qualquer um" pode comandar a PM?

Depois de manter silêncio por longo tempo, o chefe da Casa Civil do governo de São Paulo, Calim Eid resolveu dar uma satisfação à opinião pública tentando rebater as acusações de acobertamento de corrupção que sobre ele foram lançadas pelo coronel Sidney Palácios.

"As acusações, todas sem provas, não me preocupam absolutamente. Só me preocupam os comentários desairosos da imprensa". E emendou: "hoje, qualquer um pode dizer que fulano é corrupto, que os jornais dão destaque".

O cinismo do chefe da Casa Civil não tem limites. Seria "qualquer um" o comandante do policiamento metropolitano da área sul da capital? Certamente



**Calim Eid,
o acusado.**

que não. Tal cargo só pode ser ocupado com concordância do governador. Talvez tenha sido por isso que o chefe da Casa Civil tenha vacilado tanto para somente agora anunciar que vai processar o coronel Palácios.

Mas uma coisa é certa: está cada vez mais difícil para as camarilhas biônicas manterem equipes trabalhando com uma unidade mínima. No caso de São Paulo nem mesmo uma aliança com a "direita honesta" se consegue. Sinal de que a desagração se acelera e que dentro em pouco cargos de confiança como o comando metropolitano terão de ser entregues não mais a "qualquer um", mas somente a aqueles que aceitarem incondicionalmente a regra do jogo da camarilha biônica. Afinal, no caminho do sonho presidencial de Maluf pode haver ainda muitas outras poças de lama que, a julgar pela frequência cada vez maior com que aparecem, podem se revelar num lodaçal de corrupção sem saída.

Há pouco mais de um ano, nasceram alguns movimentos reivindicatórios dentro da PM. Em todos os manifestos a mesma tônica: Os PMs querem aumento. Eles estão fazendo tudo para conseguirem mais dinheiro. Um soldado ganha quinze mil cruzeiros. Um investigador de polícia, 25 mil. Os PMs não engolem essa diferença. A falta de dinheiro para a PM em geral é tamanha que há dois anos os soldados não recebem fardamento novo. "Minha mulher já está cansada de fazer remendos e reformas nos uniformes", conta um sargento. E até a sala do Estado Maior do CPAM mostra a crise: está às escuras, pois não há reposição de lâmpadas queimadas há mais de seis meses. Em clima como esse, nem a rígida hierarquia militar evita descontentamento organizado.

Por isso, além de manifestos anônimos, houve mobilização efetiva. Recentemente, uma grande caravana de policiais militares teve um encontro reservado com o governador, no Palácio dos Bandeirantes. Voltaram apenas com mais promessas. No quartel do CPAM 2, o coronel Palácios, na frente de soldados e oficiais, ordenou a retirada da foto do governador Maluf que estava na parede, atrás da sua mesa. Simplesmente, recolheu-o ao almoxarifado vazio. A tropa, discretamente, vibrou. Seus superiores foram informados. A foto teve que voltar ao gabinete, mas o coronel Palácios disse em voz bem alta: "Está bem, mas a partir de agora só entrarei no meu gabinete andando de costas".

**Porque só agora eles
estão botando a
boca no trombone?**

Muita gente, mesmo dentro da PM, está perguntando por que este coronel, que deveria saber da corrupção do Detran há anos, e que conhece a fundo o esquema do jogo do bicho há décadas, só está botando a boca no trombone agora? Entre a oficialidade há muitas suposições. Alguns falam que ele está articulado com um grupo de políticos, ligados ao governo federal, que quer desestabilizar o governador Maluf. Outros dizem que Palácios, que recebeu apoio ostensivo do também moralista ex-presidente Jânio Quadros, quer sair candidato a deputado federal nas próximas eleições. Há os que dizem, porém, que ele é um coronel honesto, que realmente está convencido de que a linha de corrupção do Detran termina enrolada no carretel do Palácio dos Bandeirantes.

O coronel Sidney Gimenes Palácios está na PM há 32 anos. É o quinto nome do almanaque da corporação, e se algum dia for promovido só poderá ser ou o chefe do Estado Maior, ou comandante-geral. Mas comandante-geral é um cargo que está sempre reservado para os coronéis do exército. E isto também é uma outra fonte de descontentamento na PM.

Com toda esta história, porém, o espírito de unidade entre os oficiais da PM ficou fortalecido. Um exemplo disso é que mesmo depois da punição de Palácios, seus antigos subordinados do CPAM2 garantiram que vão concluir a sindicância que prova a corrupção organizada no Detran.

Não adianta mais dourar a pílula

Tudo que Delfim planejou deu errado: 1980 foi o ano das promessas não cumpridas ou cumpridas ao contrário

Ricardo Bueno

O ano das promessas não cumpridas. Eis o que foi 1980 na área econômica. Tudo que Delfim previu e estabeleceu não deu certo. Os balões de ensaio do ministro em matéria de política econômica murcharam rapidamente chegando-se a 81 sem qualquer perspectiva de solução para a crise em que a economia brasileira está metida. Os grandes números da economia em 80 mostraram que o modelo concentrador da renda e exportador acumula problemas com velocidade espantosa e caminha para um beco sem saída. Até os empresários já sentiram isso. Só a administração Figueiredo insiste em tentar dourar a pílula e em negar o óbvio: estamos mal, muito mal.

1 - A tragédia inflacionária

Provavelmente nada tramizou mais os assalariados e internizou seu dia-a-dia que as altas de preços. Com os 6% de dezembro a inflação fechou o ano, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, em 110%. Um pouco abaixo do recorde de todos os tempos — os 113% alcançados nos 12 meses encerrados em novembro. O cômico (ou melhor, trágico) é que Delfim apostava no início do ano numa inflação de 50% contra os 77,2% de 1979.

O governo procurou, freqüentemente, arranjar explicações cômodas para a inflação galopante. Uma delas seria a excessiva generosidade da nova política de reajuste semestral dos salários. Uma bobagem, quando é notório que as empresas continuam a arrochar salários através da rotatividade da mão-de-obra. A outra explicação "bem pensante" apelava para os constantes aumentos dos preços do petróleo importado, contra os quais o governo (pobre vítima!) nada podia fazer.

Mas será que se o petróleo não tivesse subido nada em 80, a inflação brasileira seria tão baixa a ponto de causar inveja a gregos e troianos (ou a suíços e alemães)? Não, segundo o trabalho "Causas Recentes da Aceleração Inflacionária" dos economistas Francisco Lopes e André Lara Rezende da PUC-RJ. O petróleo, dizem eles, foi responsável por uma inflação de 24%. Ora, como a alta de preços no Brasil alcançou 110% há que admitir que mesmo sem o petróleo a inflação brasileira seria de nada-menos que 86%.

Logo, existem outras razões para o alpinismo inflacionário. Entre elas a maxidesvalorização do cruzeiro (30%) realizada em dezembro de 79. Graças a ela os preços dos bens importados subiram drasticamente. Além disso, os preços dos alimentos continuam disparando, pois a produção ainda foi insuficiente para atender ao consumo da população brasileira facilitando manobras especulativas. As tarifas de diversos serviços públicos, como energia elétrica, foram reajustadas sem parcimônia para garantir recursos para ambiciosos planos de investimentos. E o crédito subsidiado (ou seja, a juros abaixo da inflação) continuou farto e generoso obrigando o governo a emitir rios de dinheiro para atender aos exportadores, aos agricultores, aos usineiros de álcool, etc. Só o Banco do Brasil largou Cr\$ 700 bilhões. Assim não há política de controle do dinheiro em circulação que agüente...



2 - As panelas ainda vazias

Como disse Paulinho da Viola "o pior aconteceu, pode guardar as panelas que o dinheiro não deu". Apesar da promessa de Delfim, quando ainda era ministro da Agricultura, de que não faltariam alimentos para os assalariados de baixa renda a situação continuou preta. Tão preta, como no caso do feijão, que provocou mortes nas filas. Tudo isso porque, como observou Walter Lazarini, presidente da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, "o setor agrícola está sendo administrado somente nas crises. A cada problema que surge é dada uma solução imediata e limitada, sem resultados duradouros.

Não há dúvida que a produção agropecuária cresceu bem no ano passado: 8,1%. Uma taxa que não se alcançava desde 1965 e muito acima da média da década de 70 que ficou em 4,6%. Mas mesmo assim a produção de alimentos populares deixou muito a desejar. E a demanda no Brasil ainda é fraca, devido ao baixo poder aquisitivo do grosso da sociedade. No caso do arroz em casca, por exemplo, a demanda é de 10,4 milhões de toneladas e a produção não passou de 9,7 milhões. Para o feijão a procura chega a 3,1 milhões de toneladas e a produção das duas safras (das águas e das secas) chegou a apenas 2,1 milhões.

Não são os únicos casos de escassez. Além da dobradinha arroz com feijão esteve em falta também a batata inglesa cuja demanda é de 2,7 milhões de toneladas, enquanto a produção não passou de 1,6 milhão. Nem mesmo a legendaria mandioca, alimento básico das populações pobres do Nordeste, anda fácil de encontrar. A demanda anda na casa dos 44 milhões de toneladas. A produção foi quase a metade: 25 milhões de toneladas em 1980.

O dr. Delfim não tem, portanto, do que se vangloriar. Aliás, para os principais alimentos populares já foram obtidas safras maiores em anos anteriores. O recorde da produção de feijão, por exemplo, foi em 71/72 com 2,6 milhões de toneladas contra 2,1 milhões em 1979/80. O *Jornal do Comércio*, a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas, observa que "em 1954 a produção de feijão preto foi de 724 quilos por hectare e uma disponibilidade de 27

quilos por habitante. Já em 1964 a produção média caiu para 632 quilos por hectare com oferta de 24,5 quilos per capita. No ano de 1974, sempre caindo, a produção média foi de 580 quilos por hectare e 21,2 quilos por pessoa. Quatro anos depois, teve-se uma produção média de 475 quilos por hectare e no ano passado 470 quilos por hectare e 15,7 quilos por pessoa".

3 - Um déficit para ninguém botar defeito

Em matéria de inflação e alimentação fomos muito mal em 1980. Talvez para manter a coerência. Fomos muito mal também no balanço de pagamentos. O ministro Delfim Netto disse no início de 1980, com uma precisão exemplar, que "vamos exportar US\$ 20 bilhões e importar exatamente a mesma coisa". Exatamente, note-se.

Pois foi exatamente o que não aconteceu. As exportações realmente chegaram a US\$ 20 bilhões. Mas as importações atingiram US\$ 23 bilhões. Resultado: a balança comercial não fechou em equilíbrio, como tanto desejava o governo. Exibiu isso sim, um robusto déficit de US\$ 3 bilhões. E olha que poderia ter sido pior... A essa altura Delfim deve estar botando as mãos para o céu, agradecendo à eclosão da guerra Irã-Iraque. Graças ao corte compulsório nas importações de petróleo que ela provocou, o Brasil economizou pelo menos US\$ 1 bilhão.

Sem isso e sem a operação-tartaruga que a Cacex impôs às importações desde outubro (levando alguns empresários à loucura), o déficit da balança comercial segundo especialistas em comércio exterior teria chegado em 1980 a uns US\$ 5 bilhões.

4 - Um atleta sem fôlego

O Brasil captou US\$ 13,8 bilhões no mercado financeiro internacional, no ano passado. Desses, US\$ 2 bilhões deverão entrar em 81. Apesar dessa grana toda, não deu para cobrir o rombo do balanço de pagamento e parte das reservas cambiais (em dólares, libras, marcos, ouro, etc.) tiveram que ser queimadas. No final de 1979, o Brasil tinha reservas de US\$ 9,6

bilhões. Em 80 fechou com apenas US\$ 6,9 bilhões. Assim, US\$ 2,7 bilhões sumiram no meio do caminho.

As reservas e o fôlego do atleta Brasil estão, pois, se esgotando. Reservas de US\$ 6,9 bilhões garantem apenas 3 meses de importações e isso é o mínimo considerado indispensável pelos banqueiros internacionais para que um país tenha credibilidade e possa continuar buscando recursos lá fora. Logo, em 81 não será possível repetir a manobra do ano passado e queimar reservas. Se elas baixarem ainda mais, o Brasil terá mesmo que ir formalmente ao FMI e pedir uns US\$ 2 bilhões para sair do sufoco. Basta que a previsão do governo de equilibrar a balança comercial não dê certo de novo para que as coisas fiquem pretíssimas.

As reservas de US\$ 7 bilhões representam 1/8 da dívida externa, que no final de 80 chegou a US\$ 55 bilhões. Essa é a dívida bruta. Subtraindo-se as reservas temos US\$ 48 bilhões de dívida líquida. Em 1973, antes da chamada crise do petróleo, a dívida brasileira era de US\$ 12 bilhões e as reservas de US\$ 6 bilhões, o que dava uma dívida líquida de US\$ 6 bilhões. Logo, em 7 anos a dívida líquida foi multiplicada por 8. Não é de causar espanto, portanto, que os banqueiros internacionais estejam perdendo o sono por causa do Brasil.

5 - Um crescimento inesperado

Em reunião com banqueiros internacionais em Londres, no ano passado, o ministro Delfim Netto disse que considerava 5% a taxa ideal de crescimento para a economia brasileira na atual conjuntura. Mas em 1980 o Produto Interno Bruto (PIB), segundo estimativa preliminar da Fundação Getúlio Vargas, avançou 8,5% — bem acima dos 6,4% de 1979.

A produção agropecuária cresceu 8,1%. A indústria chegou a 8,3%. O comércio 7,7% e transportes e comunicações nada menos de 13,5%. Como explicar esse inconstante (do ponto de vista dos credores do Brasil) crescimento de 8%? A expansão da agropecuária foi desejada pelo governo e facilitada pelo bom tempo e pela maciça aplicação de recursos subsidiados. Mas no crescimento industrial interveio um fator inesperado: com a baixa rentabilidade das cadernetas de poupança e de todos os papéis do mercado financeiro muita gente preferiu gastar, consumir, do que poupar um dinheiro rapidamente engolido pela inflação. Graças a isso, a demanda por bens de consumo durável (em especial os eletroeletrônicos) disparou. Daí, a decisão do governo de dar uma remuneração que pelo menos se aproxime da inflação às aplicações em cadernetas de poupança.

Para 1981 o objetivo do governo é reduzir em alguns pontos a taxa de crescimento, trazendo-a para 5%. Será possível? As resistências a um crescimento menor, que beire à recessão, são grandes e o governo freqüentemente não resiste às pressões que às vezes partem de sua própria área. A Secretaria de Planejamento já entrou parcialmente pelo cano nos seus planos para 81. Seu objetivo era limitar o crescimento dos investimentos das estatais em 50%. Mas de reformulação em reformulação essas aplicações acabaram estipuladas em Cr\$ 1,1 trilhão — 72,7% mais do que em 1979.

Resta, pois, esperar para ver.

O polêmico pacto que não houve

As barreiras que impediram que empresários e sindicalistas sentassem à mesa para dialogar

Antonio Carlos Ferreira (*)

Foi como a Batalha de Itararé, disseram alguns. O diálogo entre empresários e líderes sindicais — assim como a histórica “batalha” de 1930 que não houve — foi incentivado, criticado, analisado, preparado... mas não aconteceu.

Depois de correr a boca pequena, a notícia do diálogo acabou chegando aos jornais na passagem do ano: os empresários Cláudio Bardella, Paulo Francini e Nildo Masini iriam conversar com os líderes sindicais Jacó Bittar, Arnaldo Gonçalves, Hugo Perez e João Paulo Pires para estabelecer algum acordo comum frente à crise econômica que enfrenta o país, talvez uma frente anti-recessão. No início, falava-se até mesmo no estudo de um pacto social entre as duas partes, e a referência era o pacto firmado na Espanha. (ver box)

Tudo começou há seis meses, logo depois da greve dos metalúrgicos do ABC. O presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, em São Paulo, Jacó Bittar, foi procurado pelo empresário Cláudio Bardella. O motivo do telefonema: alguns empresários pensavam em se reunir com um grupo de sindicalistas para discutir “questões ligadas à situação econômica do país”. O diálogo, segundo expôs Bardella, poderia levar a algo como o pacto social espanhol — posteriormente os empresários envolvidos na questão iriam negar que as palavras pacto social tenham surgido nos contactos telefônicos iniciais.

Os empresários não voltaram a procurar Jacó Bittar, até que em princípios de dezembro recebeu um novo telefonema. Desta vez de Paulo Francini, mais ou menos nos mesmos termos do de Bardella. E uma primeira reunião, da qual deveriam participar os quatro dirigentes sindicais citados, chegou a ser marcada para o dia 19 de dezembro. Jacó Bittar não sabe qual seria a pauta da reunião, mas, nos dois contatos que manteve com os empresários, sentiu que estavam muito preocupados com a recessão econômica.

A reunião, no entanto, foi adiada pelos empresários e até hoje não há uma nova data marcada. É possível mesmo que ela não ocorra tão cedo, e o mais provável é que ela nunca mais seja feita, pelo menos com os mesmos personagens e as mesmas preocupações. É que a maioria dos empresários que se aglutinam na Federação das Indústrias de São Paulo — a FIESP, o mais importante centro da indústria brasileira — assustaram-se com a história de “pacto”, “conversações com operários” e outras “maldições” de leve fundo social-democrata. Além disso, o governo, mesmo que informado das transações, certamente sentia-se mal de ver empresários fazerem o papel de governo — particularmente o ministro do Trabalho Murilo Macedo e o todo-poderoso ministro Delfim Netto, que chegou a ironizar a iniciativa: “Pacto anti-recessão? Contra quem?”

A tentativa de retomada das conversações em dezembro foi comandada por Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que assumiu há pouco, com propostas renovadoras, a presidência da FIESP. Ele é dirigente da Cobrasma e da Braseixos, indústrias de máquinas e equipamentos com um total hoje de 14.500 empregados. Luís Eulálio não é propriamente membro do pequeno grupo de empresários que são classificados, talvez apressadamente, como “liberais”, aqueles que acreditam em um relaciona-



Bardella (foto maior) e Bittar

mento formal mais moderno entre patrões e empregados. No entanto, hoje na FIESP, Luís Eulálio está diretamente assessorado por Cláudio Bardella, presidente da Bardella S/A Indústrias Mecânicas (2.860 empregados), e Paulo Francini, diretor presidente da Rádio Frigor, (700 empregados), fabricante de equipamentos para refrigeração. Estes dois têm mais tradição de negociadores diretos com sindicatos.

Bardella é um empresário de peso entre seus pares, foi considerado o segundo mais prestigiado em uma enquete da revista **Balanço** em 1980, perdendo apenas para Antônio Ermírio de Moraes. Francini é um jovem empresário, 39 anos, que se tornou conhecido por ter sido um dos primeiros a instituir a representação interna dos trabalhadores em sua fábrica. Ele foi também um dos negociadores da trégua de 45 dias na greve dos metalúrgicos do ABC em 1979. Os dois pertencem à diretoria de Luís Eulálio na FIESP: Bardella é o 4º vice-presidente e Francini é diretor.

Caso as relações de Luís Eulálio com o Planalto não tivessem esfriado em dezembro, certamente a reunião do dia 19 teria acontecido e as conversações teriam se iniciado. Mas chegou aos ouvidos do presidente Figueiredo que Luís Eulálio estava privadamente “trabalhando contra o governo”. Luís Eulálio teria até informado o senador José Sarney, presidente do PDS, que os empresários de São Paulo apoiarão a candidatura do senador oposicionista Franco Montoro a governador nas próximas eleições. Luís Eulálio desmentiu a informação de Sarney — que tinha ido à FIESP recolher fundos para o partido do governo — mas algo em torno disso foi mesmo dito por Luís Eulálio.

Para botar mais lenha na fogueira, Luís Eulálio foi ainda acusado de estar afinado com o ex-ministro Mário Henrique Simonsen e o grupo político do general Ernesto Geisel, que estaria tramando a queda de Delfim. Era, portanto, um fogo muito alto para acrescentar a ele, no mesmo mês, um diálogo com sindicalistas para formar uma frente anti-recessão. Por isso, a reunião foi adiada.

A briga na FIESP

Com esse adiamento, que seria apenas de um ou, no máximo, dois meses, o caldo entornou de vez. A notícia vazou e foi recebida com surpresa pela maior parte dos diretores da FIESP. Na reunião ordinária de segunda-feira passada, com a ausência de Luís Eulálio, que estava viajando, Bardella foi bombardeado por muitos diretores, particularmente Manuel Garcia Filho, diretor da Pirelli e da Associação Nacional da Indústria de Pneumática, e Dante Ludovico Mariutti, representantes da ala mais conservadora da diretoria.

Quando Luís Eulálio chegou à sede da FIESP na terça-feira começou a receber, desde as nove horas da manhã, inúmeros telefonemas de representantes de sindicatos patronais querendo saber o que se passava e que história era essa de “pacto”. A pressão foi tanta que no final da tarde Luís Eulálio divulgou nota oficial reconhecendo a iniciativa do diálogo, mas tirando a FIESP do assunto.

É certo que depois dessa carga, o assunto vai esfriar. Empresários mais audaciosos como Bardella e Francini são ainda bastante minoritários para, nesses assuntos, falar em nome da indústria.

Quem é contra?

Do lado dos sindicalistas as coisas correm mais fáceis. Os quatro sindicalistas são reconhecidas lideranças no meio operário. Jacó Bittar, por exemplo, pertence à mesma corrente sindical de Luís Inácio da Silva, Lula, e Olívio Dutra, ambos cassados, mas com expressiva liderança em suas categorias. Arnaldo Gonçalves, dirige o sindicato dos metalúrgicos de Santos e é um dos líderes da corrente sindical que está no departamento trabalhista do PMDB e que tem participação ativa na Unidade Sindical de São Paulo. Hugo Perez é presidente da federação dos trabalhadores em empresas urbanas de São Paulo e presidente do DIEESE. João Paulo Pires é o combativo líder dos metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais, famoso por não ter perdido nenhuma greve em sua base.

Em variados graus, todos os sindicalistas convidados, e mesmos outros que não iriam participar das conversas, manifestaram-se favoravelmente ao diálogo.

Até aqui as posições coincidem no essencial. Mas daqui para a frente as interpretações variam entre dois pólos: a interpretação mais otimista de Arnaldo Gonçalves e a mais pessimista de Lula. Arnaldo acha que podem existir “pontos de vistas comuns” entre empresários e empregados frente à crise econômica. “A proposta recessiva do Fundo Monetário Internacional, não interessa a ninguém”, diz Arnaldo.

Lula, no entanto, acha difícil chegar a alguma proposta comum. Baseado na experiência de três anos de conversas como essa, como ele mesmo diz, acha que os empresários não têm nem mesmo força para fazer qualquer acordo que ultrapasse o portão de suas próprias indústrias. “Só o governo tem força para fazer pacto”, completa Lula, reconhecendo a fraqueza de empresários tipo Bardella e Francini frente ao governo — a quem cabe a defesa de todo o sistema — e não só de uma fábrica.

Os exemplos argentino e espanhol

As duas mais conhecidas referências de pactos sociais são do Pacto de Moncloa, na Espanha, e o pacto social na Argentina peronista. O Pacto de Moncloa foi assinado em 1976, no período de transição do regime franquista para o atual, mais aberto politicamente. O primeiro-ministro Adolfo Suarez, que comandava o processo, enfrentava várias frentes de batalha. A economia do país estava em crise: a inflação era de 40 a 50% ao ano e o balanço de pagamentos estava completamente desequilibrado. Recebia ainda fortes pressões dos setores vinculados com o antigo regime — havia um boato de golpe de Estado de extrema direita e pipocavam greves e protestos de trabalhadores por todo o país.

Nesse momento, Suarez articula o Pacto de Moncloa, assinado pelos sindicatos de trabalhadores, partidos políticos, representantes da burguesia e governo. Basicamente ele consistia em:

- empresários e sindicatos aceitavam um congelamento do patamar de salários — que vinha sendo elevado desde 1973, período em que os assalariados tiveram importantes ganhos reais de renda;

- os empresários concordavam com uma política moderada de elevação de preços e, em

troca, receberiam créditos subsidiados para substituir importações e para favorecer as exportações — o objetivo seria aumentar o mercado interno e melhorar o balanço de pagamentos;

- os sindicatos teriam reconhecidas pelo governo e empresários as suas centrais sindicais nacionais; e as comissões de fábricas seriam reconhecidas.

Nesse processo, até o Partido Comunista Espanhol, que apoiou o pacto, foi reconhecido oficialmente. Mas os militantes de base dos partidos políticos de esquerda, criticaram severamente suas lideranças por terem assinado o pacto.

O acordo durou mais ou menos dois anos e teve importante papel na consolidação do regime comandado por Adolfo Suarez.

O pacto peronista

Na Argentina de 1973 os empresários viviam uma situação completamente desfavorável. A ditadura militar havia caído e o peronismo dominava a política com Hector Campora na presidência. O pacto social começou a ser negociado no governo Campora e terminou no governo de Juan Domingo Perón.

As duas centrais empresariais União da Indústria Argentina (UIA), controlada pelas multinacionais e grandes monopólios, e a Central Geral da Economia (CGE), foram obrigadas a se unificarem sob a hegemonia desta última, que defendia uma política econômica desenvolvimentista. Assim como na Espanha, o pacto foi assinado após um período de importantes ganhos reais de renda por parte dos assalariados. O pacto consistia em:

- um severo sistema de controle de preços, que funcionou no começo e degingolou em pouco tempo;

- aumento do crédito para a indústria e subsídios para a exportação; medidas fiscais para aumentar o mercado interno;

- reajustes salariais que acompanhassem a inflação e levassem em conta o aumento da produtividade, procurando manter o patamar de antes do pacto

O pacto funcionou mais ou menos durante um ano. Depois, Perón morreu, a situação econômica deteriorou-se com a crise do petróleo, o governo tentou manter uma política creditícia severa para alcançar a inflação zero (estava por volta de 10% ao ano), a burguesia passou a fazer sabotagem ao governo, surgiu o mercado negro e o pacto estourou.

(*) colaborou também Lia Ribeiro Dias.

A crise na Detroit brasileira

Parece que agora o sonho realmente terminou: até a Volks teve prejuízo e está demitindo em massa

Antonio Carlos Ferreira

A Volkswagen esperou que as festas de fim de ano passassem para dar a péssima notícia: a redução do número de seus funcionários de 47 mil para 45 mil unidades. A diretoria da empresa começou as dispensas na segunda-feira e programava a demissão de perto de dois mil funcionários ao longo da semana passada. Além deles, a direção da empresa pretendia dispensar outros mil, mas estes fazem parte de um contingente de demissões consideradas normais, pois a empresa evitou dispensar funcionários nos dois últimos meses do ano passado. A empresa também cortou as horas extras e deu férias coletivas para mais de sete mil funcionários.

A notícia caiu como uma bomba no país todo. Não só os mais prejudicados — os operários da Volks — se assustaram, mas também o governo, os empresários e todos os trabalhadores, mesmo os que não trabalham na "Detroit Brasileira", a hoje famosa São Bernardo do Campo, onde está concentrada a maior parte da indústria automobilística do país. Afinal, a Volkswagen é a segunda maior empresa privada instalada no Brasil em patrimônio líquido, perdendo apenas para a também estrangeira, também alemã e também automobilística Mercedes Benz (*).

Além de ser uma das principais empresas instaladas no Brasil, a Volkswagen tem para todo brasileiro uma importância quase mítica, ela simboliza a recente industrialização do país já que é a mais importante empresa automobilística — com 50% do mercado — que, por sua vez, tem sido o carro-chefe da indústria brasileira. Até a sede da sua principal fábrica, em São Bernardo, tem um efeito simbólico, com sua monumentalidade alemã à beira da famosa via Anchieta que liga São Paulo ao porto de Santos.

A Volks já tinha anunciado que havia fechado 1980 com prejuízo; agora, com as demissões, juntando-se ao pessimismo geral que grassa no país neste começo de ano, o brasileiro começa a pensar que, de fato, o sonho acabou.

A queda das vendas

O ano passado não foi brilhante para o setor automobilístico. As vendas de veículos de passeio, de uso misto e comerciais leves, no mercado interno, conforme desempenho das cinco principais indústrias do setor, no país tiveram uma queda de 7,4% no ano passado, se comparadas com o ano anterior, de acordo com números preliminares revelados na semana passada pela Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) (veja quadro).

Todas as montadoras de automóveis tiveram comportamento negativo em dezembro passado, se comparado com dezembro de 1979, com destaque especial para a Chrysler — vendeu apenas 138 veículos em dezembro passado, contra 1.143 no mesmo mês de 1979. A Fiat, que teve o melhor desempenho durante todo o ano, com um au-

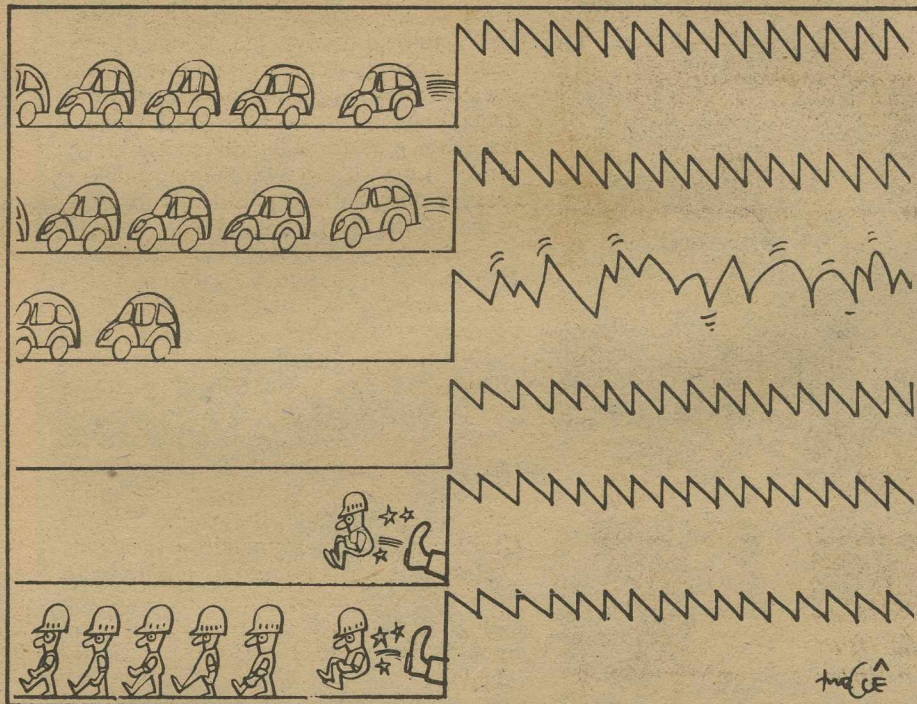


ILUSTRAÇÃO DE LUIZ GE. PUBLICADA NA FOLHA DE S. PAULO

mento de vendas de 7,9% em relação a 1979, sofreu em dezembro uma queda espantosa: vendeu apenas cerca de sete mil carros em 1980, quando em dezembro de 1979 tinha vendido cerca de 11 mil.

Apesar da queda geral de vendas, as montadoras tiveram desempenhos bastante diferenciados em 1980. A Fiat e a General Motors, por exemplo, aumentaram suas vendas durante o ano. Além dessas diferenças, destaca-se que somente a Volks está anunciando prejuízos contábeis. A Ford, apesar da queda de venda, anunciou em dezembro um lucro líquido surpreendente de 1,7 bilhão de cruzeiros no primeiro semestre de 1980.

A situação de crise na indústria automobilística brasileira, onde o conjunto perde, embora algumas indústrias sejam menos atingidas, segue de perto a situação da indústrias automobilísticas no mundo todo.

Do ponto de vista financeiro, o ano foi o mais desfavorável da história da indústria automobilística americana, cujos quatro maiores fabricantes tiveram prejuízos de 3,7 bilhões de dólares até setembro. Como consequência, as demissões de trabalhadores no setor chegaram a 188 mil!

São números que indicam que a indústria do automóvel está em crise geral no mundo todo. Na crise, perder ou perder menos depende um pouco de gerência. Os prejuízos e a queda de venda da Volkswagen do Brasil, por exemplo não podem ser desvinculados dos erros de planeja-

mento da própria empresa. O lançamento do Gol, o novo carro médio da Volks, pode ser considerado um fracasso. O carro, muito pesado para um motor fraco, não foi aceito pelos consumidores e acabou concorrendo com um outro modelo da própria Volks, o Brasília. Tanto que 1/3 dos estoques da Volks — cerca de 35 mil unidades na semana passada; antes das férias coletivas de fim de ano chegou a ter 52 mil, um recorde — é de Gol.

Diante disso, a Volkswagen do Brasil imaginou a seguinte solução: cortar o pessoal e diminuir a produção dos carros considerados mais "populares", mas que não são tão populares assim — o carro mais barato da empresa, que é também o mais barato do país, é o Sedan 1.300 N a gasolina, que hoje está custando mais de 280 mil cruzeiros.

O clima de pânico

A empresa avisou o ministro do Trabalho que os cortes atingiriam os trabalhadores mais jovens e com menos tempo de casa. Na verdade, a diretoria cassada do sindicato dos metalúrgicos, mesmo sem um levantamento mais sistemático, está identificando muitos cortes no pessoal mais velho e com estado de saúde precário, mesmo que tenham muito tempo de casa (veja matéria nesta página). Trabalhadores, portanto, que dificilmente conseguirão emprego na indústria novamente.

Luiz Inácio da Silva, o Lula, acha que a empresa está aproveitando da situação de crise para tirar partido político: ao mesmo tempo em que pressiona o governo, para obter maiores vantagens, tenta criar um clima de pânico entre os trabalhadores, que em fevereiro deverão partir para mais uma campanha salarial.

Com isso, a "Detroit Brasileira" acaba seguindo a sua co-irmã americana em todos os sentidos. Até mesmo nas demissões.

(*) Fonte: Quem é Quem, edição de 1980, com dados de 1979.

Mesmo doente, o velho "Ceará" foi parar na rua

Às nove horas da manhã de quinta-feira passada o soldador Francisco Romano de Paula, conhecido na fábrica como "Ceará" entrou preocupado na sede do Fundo de Greve dos metalúrgicos do ABC. Na casa espaçosa do Fundo, no centro de São Bernardo — onde atualmente funciona a diretoria cassada do sindicato — "Ceará" ficou esperando um diretor para contar o seu drama. Logo chegou Djalma Bom, o mais destacado membro da diretoria de Lula depois do próprio Lula, que o ouviu paciente e atentamente:

— Djalma, fui demitido ontem. Estão demitindo todo mundo. Desse jeito só vão ficar as máquinas.

Preocupado com o futuro, agora que perdeu o emprego na Volkswagen — ele é um dos atingidos pelas demissões em massa que estão sendo executadas pela empresa — "Ceará" exagera o número de demissões. Na verdade, dos 370 trabalhadores do seu setor, foram demitidos de segunda a quinta-feira cerca de 20, com possibilidades de serem demitidos outros 20 até o final da semana. É um corte grande, mas as máquinas continuarão a funcionar mesmo que com menos gente para cuidar delas.

"Deus tira o dente, mas alarga a goela", diz "Ceará" para dizer o que vai fazer daqui para a frente para sustentar a família — mulher e oito filhos, cinco deles já trabalhando. Ele nem vai procurar emprego em fábrica. Já sabe que não vai encontrar. As coisas estão difíceis para todos, quanto mais para ele, com 49 anos de idade e com a saúde abalada. Além disso, é grevista. No ano passado, ficou 35 dias em greve. Só entrou na fábrica depois que entrou o pessoal da ferramentaria — "uma classe que ganha bem".

Baixo, com um boné branco enterrado na cabeça grande — o que salienta o pescoço curto que parecem ter todos os cearenses —, "Ceará" chegou a São Paulo há 10 anos. Antes trabalhava na roça e em São Bernardo batalhou em várias ocupações antes de entrar na Volks há sete anos e meio — é considerado um empregado antigo. De aprendiz logo chegou a soldador e até terça-feira passada ganhava Cr\$ 25.000,00 por mês.

"Ceará" está doente e a empresa sabia disso quando o demitiu. Antes do natal, um médico da fábrica dispensou-o do serviço por dois dias por problemas de saúde. Isso não foi nada bom para "Ceará". Enquanto pôde ele procurou esconder que estava doente, pois sabia que isso poderia levá-lo à demissão. Está com problemas de audição, quase não está escutando pelo ouvido esquerdo, que dói muito. Tem muitas dores na coluna, que está com problemas. E, ultimamente, tem sentido fortes dores no abdômen, além de sofrer de pressão alta. O médico da fábrica não tinha localizado a origem das dores no abdômen (rins?, baço? os exames iriam dizer).

Mesmo preocupado, "Ceará" não se aperta: — É como eu digo, Deus dá um jeito pra tudo. Vou procurar ganhar dinheiro trazendo coisas do Ceará pra vender aqui.

No ano passado, "Ceará" levou quatro relógios de São Paulo para vender na sua terra natal. De lá trouxe três redes e com a venda de tudo teve um lucro de sete mil cruzeiros. Agora ele pensa em transformar essas viagens em uma ocupação permanente. Os relógios ele diz que trocará por rendas, bordados e bijuterias nordestinas.

É muito difícil que "Ceará" consiga apurar qualquer coisa próxima dos 25 mil que ganhava na Volks — isso sem contar que agora não terá mais carteira assinada, 13º salário, férias remuneradas, assistência médica gratuita etc. Afinal, há muitos "cearás" que estão perdendo o emprego e indo para o subemprego. Mas "Ceará", talvez já acostumado a enfrentar apertos durante a vida, está confiante no comércio de rendas e bijuterias: "há um grande mercado para essas coisas aqui em São Paulo". (A.C.F.)

A queda geral das vendas

(Vendas de automóveis de passeio, de uso misto e comerciais leves no mercado interno brasileiro de 1980 comparadas com as de 1979)

Empresa	Vendas no mercado interno		Desempenho em 80	Vendas apenas em dezembro		Desempenho em 80
	1979	1980		dez. 79	dez. 80	
Volkswagen	464.717	416.051	-10,4%	41.468	29.938	-27,8%
Ford	167.181	137.236	-17,9%	14.027	11.312	-19,4%
GM	192.728	199.639	+3,6%	19.050	16.979	-10,9%
Fiat	111.812	120.689	+7,9%	11.413	7.440	-34,8%
Chrysler	13.985	6.361	-54,5%	1.143	138	-87,9%
Totais	950.423	879.976	-7,4%	87.101	65.807	-24,5%

Fonte: Anfavea.

O MUNDO

Volta
o cowboy

Nem a guerra, nem a revolução

1980, foi um ano de impasses e adiamentos, de deterioração lenta do quadro internacional

José Tadeu Arantes

1979 foi um ano de agudização extrema das relações internacionais. A invasão do Camboja pelo Vietnã (aliado da União Soviética), em janeiro, seguida da invasão do Vietnã pela China (aliada dos Estados Unidos), tornavam palpável, logo no início do ano, a ameaça apocalíptica de uma conflagração mundial. Em dezembro, a invasão do Afeganistão pela URSS parecia arquivar definitivamente a política de *détente* entre as superpotências, recolocando a "guerra fria" na ordem do dia, apesar da reunião de cúpula de Viena, entre Carter e Brejnev, para a assinatura do tratado de limitação das armas estratégicas — SALT 2 (ainda não ratificado pelo Congresso norte-americano).

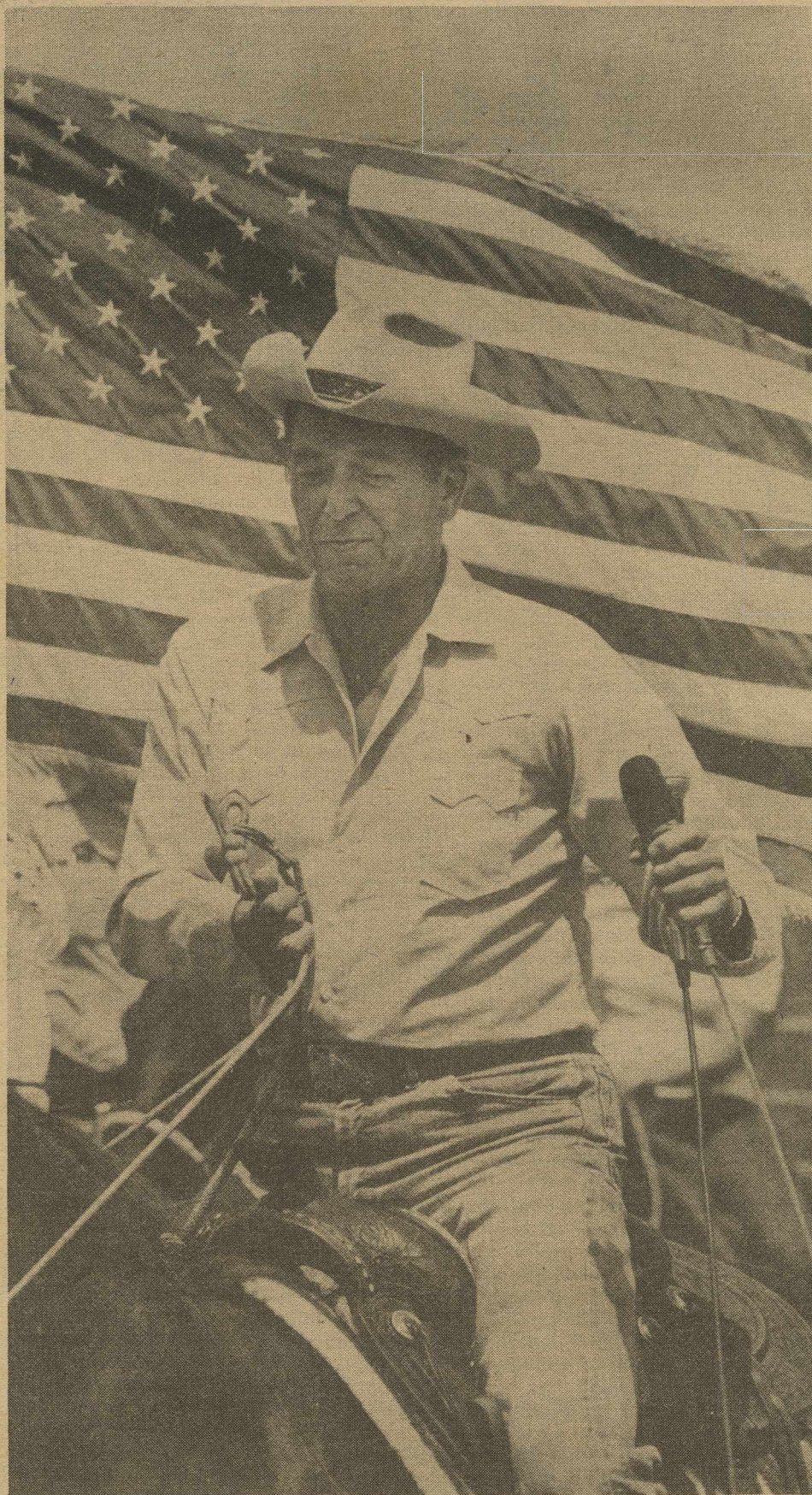
Por outro lado, três acontecimentos promissores — a queda da monarquia de Reza Pahlevi, no Irã, e da ditadura de Anastácio Somoza, na Nicarágua, e o acordo sobre a independência do Zimbábwe (coroada, no início de 1980, com a eleição para presidente do líder nacionalista negro Robert Mugabe e com a constituição de um governo de "frente nacional") — renovavam as esperanças das forças progressistas de todo o mundo, e pareciam indicar, aos mais otimistas, que, após um período de dificuldades, a revolução antiimperialista e democrática reencontrava o seu leito.

1980 talvez possa ser descrito como um ano de impasses, de adiamentos: nem a guerra, nem a revolução, mas a deterioração, o envenenamento lento do quadro internacional, tendo como pano de fundo uma crise econômica que vem se mostrando mais profunda e mais persistente do que muitos imaginavam (ver a matéria da página 13).

As indefinições do processo revolucionário

No campo revolucionário, os três processos parcialmente vitoriosos em 1979 permaneceram indefinidos, por força de suas contradições internas e das inevitáveis pressões das grandes potências (estes fatores influenciando aqueles). No Irã, após a saída de cena das principais forças da esquerda revolucionária — os Fedayin (auto-proclamados marxistas-leninistas) e os Mujahidin (muçulmanos de esquerda) —, assistiu-se a uma aguda e ainda não-concluída luta pelo poder entre a corrente progressista, encabeçada pelo presidente Abol Hassan Bani Sadr, e a corrente tradicionalista, chefiada pelo poderoso aiatolá Behehti, líder do Partido Republicano Islâmico (majoritário no Parlamento), permanecendo o imã Khomeini como o fiel da balança.

Na Nicarágua, ocorreram defecções na Junta de Governo e no Conselho de Estado, com a retirada de representantes de importantes setores do empresariado, em contradição com a orientação mais radical da Frente Sandinista. Mas ainda é impossível saber se o processo revolucionário seguirá um caminho autenticamente independente, democrático e popular, rumo ao socialismo, ou se, como outras tentativas revolucionárias, acabará se atrelando a alguma das forças internacionais que o disputam (a social-democracia europeia, os Estados Unidos e a União Soviética, via Cuba), com o inevitável sacrifício da democracia e da soberania popular.



Reagan: a cavalgada da ultradireita ao poder nos EUA

No Zimbábwe, a revolução também entrou num impasse com as rivalidades entre a facção liderada por Robert Mugabe (próximo da China e das potências ocidentais) e a chefiada por Joshua Nkomo (pró-soviético) e com as numerosas concessões à minoria branca (antes dominante) e aos grupos e países imperialistas.

A esses três casos, acrescenta-se o de El Salvador, em que o movimento guerrilheiro parece enfrentar sérias dificuldades num processo que já havia produzido, até janeiro de 1980, 10 mil mortes, segundo dados citados pela revista *Le Nouvel*

Observateur.

Mas, se estes exemplos confirmam que tem raízes profundas a crise enfrentada pela revolução a nível mundial, desvanecendo os otimismo precipitados, o ano que passou tornou-se ainda mais explícita, por outro lado, a crise vivida pelo campo imperialista.

O reforço sem precedentes de sua esquadra no Oceano Índico, o patrocínio do golpe militar na Turquia e da vitória da direita nas eleições da Jamaica, entre outros acontecimentos, atestam uma retomada da ofensiva do imperialismo norte-

americano a nível mundial. Mesmo assim, pode-se afirmar com segurança que 1980 foi um ano predominantemente desfavorável para Washington no plano internacional.

A coleção de fracassos do governo Carter

O governo Carter fracassou em todas as represálias adotadas contra a União Soviética por motivo da invasão do Afeganistão. O boicote aos Jogos Olímpicos — que não foi acompanhado por uma série de países, antes alinhados incondicionalmente com os Estados Unidos (como o próprio Brasil) — mostrou-se uma medida extremamente impopular e, ao transformar os Jogos num acontecimento essencialmente político, só favoreceu a propaganda soviética, que soube tirar partido da impecável organização do torneio e veicular a imagem de uma URSS amiga da paz e da concórdia entre os povos e nações.

O embargo parcial de cereais não afetou a economia soviética, que encontrou outros fornecedores, como a Argentina, ávidos de conquistar o mercado abandonado pelos Estados Unidos. E a limitação do fornecimento de equipamentos e tecnologia coincidiu com um período no qual Moscou havia decidido reduzir suas aquisições, por razões financeiras.

O fiasco dos Estados Unidos na questão dos reféns aprisionados no Irã foi ainda mais significativo: passou-se mais de um ano sem que o governo Carter conseguisse chegar a uma solução para o problema, apesar de ter lançado mão de meios truculentos como o congelamento dos depósitos iranianos em bancos norte-americanos, o boicote comercial etc. A malograda "operação de resgate" tentada por Washington acabou se tornando objeto de pilhéria a nível mundial. E qualquer expectativa norte-americana de capitalizar o conflito entre Bagdá e Teerã acabou se esfumando diante da resistência oferecida pelas Forças Armadas e o povo iraniano à agressão do Iraque.

No Oriente Médio — onde a administração Carter havia conseguido um de seus únicos triunfos diplomáticos de 1979 com o acordo de Camp David entre Egito e Israel — o projeto norte-americano também fracassou, com a rejeição inclusive dos países árabes mais pró-americanos, como a Arábia Saudita, e com a atitude de absoluta intransigência do governo israelense de Menachem Begin, em sua política de repressão sistemática à população palestina, de criação de colônias israelenses nos territórios ocupados e de proclamação de Jerusalém como "capital eterna" do Estado judeu.

Os operários poloneses desafiam a URSS

Também a União Soviética viveu um ano de dificuldades. Seu aliado, o Vietnã, não conseguiu esmagar os focos de resistência ao seu domínio sobre os demais países da Indochina, apesar de manter um efetivo de 200 mil homens no Camboja e 40 mil no Laos. Da mesma forma, a própria URSS não conseguiu esmagar a resistência do povo do Afeganistão à sua ocu-

O MUNDO

Os conflitos

Os picos da crise mundial

O verão polonês

pação militar daquele país e ao regime de Babrak Karmal.

No Leste europeu, o vigoroso movimento reivindicatório do proletariado polonês mostrou, mais do que o levante húngaro de 1956 e a "primavera de Praga" de 1968, que o bloco soviético se apóia, afinal, sobre bases frágeis. Após a reunião de cúpula de Moscou dos países do Pacto de Varsóvia, em dezembro, o secretário geral do Partido Operário Unificado Polonês (no poder), Stanislaw Kania, recebeu uma espécie de aval para resolver a crise por conta própria, mas "rapidamente". Enquanto isso, as tropas soviéticas continuam preparadas para uma intervenção em território polonês.

O ano de 1980 fechou-se com uma solução conciliadora, uma espécie de "pacto" entre a nova equipe reformista no governo de Varsóvia, a liderança moderada do movimento sindical independente e o clero conservador, mas a situação catastrófica da economia polonesa e suas inevitáveis repercussões no plano social dificilmente permitirão que o movimento reivindicatório continue a ser contido.

Nesse contexto de dificuldades das superpotências, os países imperialistas secundários da Europa (sobretudo a Alemanha e a França), "aliados" dos Estados Unidos, procuraram jogar um papel mais destacado, desvincilando-se de um alinhamento automático com a política externa de Washington e buscando um status de interlocutor direto com a URSS. Da mesma forma procuraram reforçar suas posições no Oriente Médio, na África e na América Latina. Já a China esteve mais absorvida por suas próprias contradições internas, com o acirramento da luta pelo poder entre a facção liderada por Deng Xiaoping e a encabeçada por Hua Guofeng.

Os planos militares de Reagan e seus "falcões"

1980, o ano dos impasses, dos adiamentos, foi também um ano em que se acumularam nuvens ameaçadoras no cenário internacional. O acontecimento mais importante, nesse sentido foi, sem dúvida a eleição de Ronald Reagan e a constituição de uma maioria republicana, e de "falcões", no Senado norte-americano. Mais do que uma simples troca de governo, isso deverá representar uma mudança de orientação significativa na política externa de Washington, no sentido de uma clara retomada da ofensiva a nível mundial.

Apesar de que, após a vitória, Reagan e seus assessores tenham moderado o tom, abandonando muitas das bravatas da campanha eleitoral, alguns de seus objetivos no plano militar já parecem configurados: a implementação do programa dos mísseis MX, a instalação de mísseis de alcance médio na Europa, a modernização das forças clássicas, e a elevação dos efetivos da recém-criada "força de deslocamento rápido" (para intervenções) a 300 ou 400 mil homens, até 1984.

Nas ações do cow-boy da Casa Branca e de seus rivais do Kremlin deverão se concentrar os temores da humanidade em 1981. Nossas esperanças talvez estejam nas ruas de Teerã, nas montanhas do Afeganistão ou nos estaleiros de Gdansk... ou, quem sabe, na periferia de São Paulo.

Os poloneses continuam nas primeiras páginas dos jornais, desde que um polonês, o simpático Karol Wojtila, foi eleito o primeiro papa não-italiano depois de séculos. Em 1980, outro polonês, o poeta e ensaísta Czeslaw Milosz, que vive atualmente nos Estados Unidos, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. E no segundo semestre, com um movimento grevista amplo e combativo, os operários poloneses surpreenderam o mundo e conquistaram uma novidade nos países do Leste europeu: sindicatos independentes dos Estados e dos partidos no governo.

Foi em julho que os movimentos por aumentos salariais começaram, depois que o governo anunciou uma alta no preço da carne.

Em agosto, um dos operários responsáveis pela organização desses movimentos no estaleiro naval Lênin, de Gdansk, foi demitido; em protesto, no dia 14 de agosto, os 17 mil operários do estaleiro suspenderam o trabalho.

Do estaleiro, a greve se estendeu para outras fábricas e, em 16 de agosto, um comitê de greve interfábricas foi criado em Gdansk. Depois de várias assembleias, o comitê encaminha ao governo 21 reivindicações, econômicas e políticas, entre as quais o reconhecimento de sindicatos independentes do Estado e do Partido Operário Unificado Polonês.

De Gdansk o movimento se propaga para Szczecin e outras cidades do Báltico. Diante da amplitude e da firmeza do movimento grevista, o partido e o governo decidem negociar. Edward Babiuch, primeiro-ministro desde 18 de fevereiro, é substituído por Josef Pinkowski, enquanto a imprensa soviética começa a denunciar "a atividade subversiva de elementos anti-socialistas".

Em 31 de agosto, um acordo é assinado em Gdansk entre Meczyslaw Jagielski, vice-primeiro-ministro encarregado das negociações, e Lech Walesa, que desponta como líder do movimento. No dia seguinte, os grevistas retornam ao trabalho. Dissidentes presos no dia 20 de agosto são libertados.

Em 5 de setembro, o Comitê Central do partido se reúne e o primeiro secretário Edward Gierek é substituído por Stanislaw Kania; Gierek será excluído do Comitê Central em 2 de dezembro.

Em 22 de setembro, o sindicato independente constituído em Gdansk a partir de 38 comitês interfábricas é batizado com o nome de "Solidariedade", enquanto movimentos esporádicos de greve continuam em todo o país e novos sindicatos independentes surgem em outras regiões. Moscou se inquieta com a demora da "normalização".

Em outubro, embora o CC do partido garanta, no dia 6, "a realização plena e efetiva dos acordos de Gdansk", o tribunal regional de Varsóvia, no dia 24, tenta modificar por conta própria os Estatutos de Solidariedade, acrescentando cláusulas, especialmente sobre o respeito ao papel dirigente do POUP e às alianças internacionais da Polônia. Finalmente, em 10 de novembro, depois de um período de tensões, a Corte Suprema registra os Estatutos em seu texto original.

Enquanto isso, em 30 de outubro, Kania e Pinkowski realizam uma "visita amigável de trabalho" a Moscou, onde se entrevistam com Brejnev e Tikhonov. Em 5 de dezembro, os dirigentes dos países do Pacto de Varsóvia, reunidos em Moscou, renovam sua confiança na capacidade de Kania de restabelecer a ordem, mas recordam que "a Polônia foi, é e será um Estado socialista".

Em contrapartida, o Conselho Atlân-



Lech Walesa: os trabalhadores conquistam seus sindicatos livres

tico, reunido em Bruxelas no dia 12 de dezembro, afirma que "a Polônia deve ser livre de decidir por si mesma seu futuro".

Em 14 de dezembro, o episcopado católico lança um apelo à moderação para "garantir a instituição do Estado e a soberania da pátria"; e chega a criticar os intelectuais dissidentes do KOR (Comitê de Autodefesa Social). A influência moderadora da Igreja é confirmada, em 16 de dezembro, nas cerimônias, essencialmente religiosas, organizadas em Gdansk por ocasião da inauguração do monumento às vítimas das greves e manifestações reprimidas em dezembro de 1970.

O ano terminou com a União Soviética renovando suas advertências de que o partido e o governo poloneses devem "restaurar os valores socialistas", enquanto os camponeses começavam a pleitear o direito de também formar sindicatos independentes.

A derrota de Carter

Em 17 de julho, o ex-ator de filmes de cow-boy Ronald Reagan é designado candidato a presidente pela convenção republicana de Detroit; para seu companheiro de chapa, é escolhido George Bush, seu principal adversário durante as eleições primárias.

Em 14 de agosto, é a vez de a convenção democrata, reunida em Nova Iorque, confirmar Jimmy Carter como candidato a um segundo mandato presidencial. O senador Edward Kennedy, que só retirou sua candidatura em 11 de agosto, promete



Carter: um governo de indecisões

ao presidente um apoio sem entusiasmo.

Em 2 de setembro, começa oficialmente a campanha eleitoral.

Em 4 de novembro, Ronald Reagan é eleito com 51% dos votos; fica com 489 dos 538 grandes eleitores. Jimmy Carter e John Anderson obtêm, respectivamente, 41% e 7% dos sufrágios. Além de fazerem presidente e vice-presidente, os republicanos arrebatam aos democratas 33 cadeiras na Câmara dos Representantes e conquistam, pela primeira vez nos últimos 30 anos, maioria absoluta no Senado; entre os senadores democratas derrotados, figuram liberais de destaque como George McGovern e Frank Church.

As eleições marcam uma virada de importante parcela da opinião pública americana em favor de uma política econômica mais conservadora e uma política externa mais agressiva. Confirmando essas expectativas, Reagan escolhe para secretário de Estado de seu governo o general Alexander Haig, ex-comandante da OTAN. E Jeane Kirkpatrick, uma das assessoras de Reagan, entrevistada por uma cadeia de televisão americana, declara em 14 de dezembro: "Se tivermos que escolher entre ajudar a um regime moderadamente repressivo e autocrático que mantém boas relações com os Estados Unidos ou permitir que esse regime seja derrubado por rebeldes apoiados, armados e treinados por Cuba, decidiremos ajudar a ditadura moderada".

O Irã antiimperialista

A crise aberta entre Irã e EUA após a derrubada do xá Reza Pahlevi pela revolução iraniana de fevereiro de 79 tomou um curso novo e extremado em 1980. A responsabilidade pelo acirramento das relações entre os dois países se deve à ocupação da embaixada americana em Teerã, a quatro de novembro de 79, e à tomada de seus funcionários como reféns. A decisão de ocupar a embaixada marca um avanço do clero xiita, interpretado por setores políticos dentro do Irã como uma forma de radicalizar a revolução em seu antiamericanismo e obrigar todas as forças políticas a se posicionarem "contra ou a favor" do imperialismo, a despeito do método de luta.

A exigência inicial pela soltura dos reféns era irrealizável: queriam que os EUA expatriassem o xá para que ele fosse julgado em Teerã. O presidente Carter, ao invés disso anunciou uma série de sanções

O MUNDO

Os conflitos

caso os reféns não fossem soltos. Em janeiro de 80 fracassou uma tentativa do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, de discutir a sorte dos reféns com os iranianos. Ao mesmo tempo, a ofensiva política da parte mais reacionária do clero — a mais implicada com o seqüestro — produzia violentos confrontos entre os partidários de Khomeini e do aiatolá Chariat Madari, como ocorreu em janeiro, em Tabriz.

Apesar do avanço da ala mais reacionária do clero, as eleições presidenciais no final de janeiro deram uma vitória esmagadora ao progressista Bani Sadr (75% dos votos), e em fevereiro ele foi designado para o comando das Forças Armadas por Khomeini. Este decidiu em seguida que a questão dos reféns seria decidida pelo Parlamento: eleito em março com uma grande vitória do Partido Republicano Islâmico (PRI) de Khomeini, dominado pelos tradicionalistas. Em abril, Carter rompeu relações com o Irã e estendeu o boicote comercial. Embora sem o mesmo entusiasmo, os países industrializados europeus também adotaram sanções pesadas para o Irã, além do isolamento diplomático. Internamente, registra-se um choque violento em Teerã entre estudantes de esquerda e xiitas tradicionalistas deixando dezenas de mortos.

Ainda em abril, Carter comete seu erro mais grosseiro na questão iraniana, levando ao desastre uma operação secreta de resgate dos reféns criticada no mundo todo. Os helicópteros americanos se chocaram no deserto causando a morte de oito militares americanos.

Em maio, o exército iraniano enfrenta um mês de combates violentos contra os autonomistas curdos. Em julho, a situação interna chega ao ponto máximo de deterioração, com o início de uma verdadeira "revolução cultural" com depurações na administração, na Universidade e condenações sumárias contra o tráfico de drogas ou "crimes sexuais". Uma denúncia de complô no exército leva a prisão de 300 pessoas e a execução de dezenas de outras.

O poder de Bani Sadr, embora não fosse grande, mesmo com seus cargos, porque na verdade o controle do país estava com Khomeini, foi ainda mais reduzido em agosto, quando foi indicado para primeiro ministro Ali Radjai, próximo do PRI. Sadr recusa alguns dos ministros propostos por Radjai e sete cargos, em 21, ficam vagos. Além disso, o Parlamento se decide afinal sobre os reféns em novembro, anunciando quatro condições e aceitando a intermediação da Arábia nas discussões. Em dezembro, o secretário de Estado americano, Edmund Muskie, considera "irracional" as propostas iranianas, que entre os itens conhecidos incluía um pagamento de 24 milhões de dólares pela libertação dos reféns.



Teerã: "Carter maluco"



Soldados iranianos em marcha contra o novo "demônio estrangeiro"

A guerra Bagdá-Teerã

Já em janeiro, a tensão entre Teerã e Bagdá cresce e surgem os primeiros incidentes ao longo da fronteira. Em 6 de abril, as autoridades iraquianas começam a expulsar vinte mil imigrantes de origem iraniana.

Em 17 de setembro, o presidente iraquiano Sadam Hussein denuncia o acordo de reconciliação assinado com o Irã em Argel, em 1975. No dia 22, o Iraque lança sua ofensiva. As tropas terrestres atacam a província petrolífera iraniana do Cuzistão, enquanto a aviação dos dois países efetua raids sobre aeroportos e refinarias. Mas o exército iraquiano só vai conseguir uma grande vitória em 24 de outubro com a tomada do porto iraniano de Khorramchar. A partir daí, nem o Iraque obtém uma nova progressão significativa, nem o Irã consegue desalojá-lo das posições ocupadas. O que se imaginava que seria uma guerra-relâmpago, transformase numa arrastada guerra de desgaste, sem desenlace à vista.

Os Estados Unidos, que proclamam inicialmente sua neutralidade, enviam em 30 de setembro 4 aviões-radares AWACS para a Arábia Saudita, a fim de vigiar os movimentos de tropas no Golfo Pérsico. Em 15 de outubro o presidente Carter qualifica o Iraque de "país invasor", enquanto novas tentativas são feitas por Washington, através de intermediários, para obter de Teerã um acordo que permita a libertação dos reféns americanos.

Em 10 de outubro, o Iraque rompe relações diplomáticas com a Síria, a Líbia e a Coreia do Norte, acusando-as de fornecer armas ao Irã. De 25 a 27 de novembro, a 11ª Conferência de cúpula árabe se reúne em Amã, capital da Jordânia, com a ausência da Síria, Argélia, Líbia, Iêmen do Sul, Líbano e OLP. A Síria, que condena a Jordânia por seu apoio ao Iraque, concentra tropas ao longo da fronteira comum. E assim o ano termina sem perspectivas de solução, armada ou diplomática, para um conflito que pode, ameaçadoramente, envolver outros países da maior região produtora de petróleo do mundo.

Israel quase sozinho

A questão palestina foi deslocada do noticiário em 1980 pelo aumento da tensão mundial em outras regiões. No entanto, não deixou de ser palco de fatos importantes, a começar pela devolução do Sinai ao Egito por Israel como parte dos acordos de Camp David, em janeiro. Em fevereiro, os dois países reatam oficialmente as relações diplomáticas, afastando oficialmente o Egito da luta contra Israel.

Nem por isso o acordo foi um sucesso. Pelo contrário. Em março o Conselho de Segurança da ONU condena as colônias israelenses nos territórios ocupados da Palestina. A França se empenha no mesmo mês em declarações favoráveis ao direito dos palestinos à autodetermina-



O prefeito palestino Chakaa

ção, embora Israel afirme que um Estado governado pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) seria "uma base soviética no coração do Oriente Médio".

Em abril, a ONU volta a condenar, dessa vez a morte de soldados de sua força de paz por cristãos aliados de Israel no Líbano. Em maio, após a expulsão de três autoridades palestinas por Israel, o próprio Sadat suspende "sine die" as conversações sobre a autonomia palestina, prevista por Camp David. Em junho dois prefeitos palestinos são vítimas de atentados pela direita armada israelense (um deles Bassam Chakaa perdeu as duas pernas), ocasionando uma grande greve nos territórios ocupados. Depois de uma série de condenações a Israel, inclusive pelos países europeus e pela ONU, Jerusalém é reunificada como a capital do Estado hebreu. Os cristãos e muçulmanos também consideram a cidade como um centro sagrado e o próprio Egito protesta, suspendendo novamente as conversações sobre a autonomia palestina, em julho. Em agosto, o Conselho de Segurança condena a anexação de Jerusalém, convidando os países a transferir suas embaixadas para Tel Aviv. Os países árabes, que, sem o Egito, não podem enfrentar Israel, voltam a se articular. Em setembro a Líbia e a Síria proclamam a sua "união", e esta última assina um tratado de amizade por vinte anos com a URSS, em outubro.

A URSS no Afeganistão



Guerrilheiros afegãos

A intervenção soviética no Afeganistão no final de dezembro de 79 dominaria boa parte das relações diplomáticas mundiais no último ano. Logo em janeiro, os EUA anunciaram sanções contra a URSS, principalmente o boicote de cereais. Estas medidas ficariam a cargo dos EUA apenas, embora as condenações da Assembleia Geral da ONU, da China, da França, Alemanha Ocidental e outros países isoladamente, tenham se seguido às denúncias dos EUA.

Ainda nos primeiros meses do ano, os guerrilheiros afegãos iniciaram a tentativa de expulsar os soviéticos, havendo combates violentos em março (sob a denúncia de que a URSS estava empregando gases tóxicos e napalm), abril, em junho (já então nas proximidades de Cabul, com a presença de vinte mil guerrilheiros). Morrem dezenas de pessoas na capital, em junho, sob a repressão armada. Em meados deste mês a URSS anuncia à França que retirou parte de suas tropas do Afeganistão, respondendo a uma declaração do presidente francês anteriormente de que haveria uma "vontade" dos soviéticos de dar uma solução política à questão. No mês de maio a Conferência Islâmica havia condenado a intervenção e em junho os sete países europeus mais industrializados repetiram a dose. Mas no final deste mês; a Alemanha Ocidental procurou negociar as conversações EUA-URSS sobre a limitação de armas na Europa, aliviando a tensão.

Em julho, o presidente Babrak Karmal, apoiado pelos soviéticos no Afeganistão, aumentou seus poderes. Em agosto, os EUA obtêm licença para montar uma base militar no Egito e outra na Somália, reforçando o poderio americano no Oriente Médio e Índico. A URSS acusou os EUA de reiniciarem a "guerra fria" em outubro, embora as tensões tivessem se reduzido consideravelmente: de um modo geral, os países ocidentais permaneceram nas condenações verbais sem se engajar em sanções concretas à URSS. Em dezembro, a Índia aceita um plano da URSS, de "não-ingerência" em que não se citava o Afeganistão.

A guerra dos J. O.



Misha: o sucesso soviético

A "crise afegã" atingiu diretamente os Jogos Olímpicos, realizados em 80 na URSS. No dia 20 de janeiro, o presidente Carter dos EUA propôs que os Jogos fossem transferidos ou anulados, caso a URSS não saísse do Afeganistão em um mês. No mês seguinte o Comitê Olímpico Internacional refutou o boicote e Carter inventou os Jogos de Inverno a serem realizados nos EUA. Seguiu-se uma disputa ferrenha entre EUA e URSS na contagem dos países que aceitavam e recusavam o boicote. Em maio, no fechamento das inscrições, 80 países compareceriam, contra 56 boicotadores, entre eles forças esportivas como os EUA, Canadá, Alemanha Ocidental e Japão. Apesar disso, é inegável que os Jogos foram um sucesso como espetáculo. Das 608 medalhas, a URSS recebeu 195.



Uma seqüência de anos difíceis

80 foi ruim, 81 será pior

Alguns economistas chegam a afirmar que 1980 foi, para a economia capitalista mundial, o pior ano do pós-guerra. Na maioria dos países, a inflação voltou a se acelerar; as taxas de crescimento econômico declinaram e em alguns países chegaram a se tornar negativas; e o desemprego aberto alcançou proporções que não se viam desde a crise de 29 (ver o quadro). Mas o pior é que as previsões da OCDE (*), para este ano, não prometem nenhuma melhora. O total de desempregados nos países capitalistas desenvolvidos, por exemplo, que já era de 17 milhões em 1975 e subiu para 23 milhões no ano passado, poderá alcançar a elevada cifra de 25 milhões no final de 1981. A situação nos países da América Latina, Ásia e África é ainda mais dramática, pois, segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, há 455 milhões de pessoas desempregadas ou subempregadas nesses países. A seguir, um resumo do balanço econômico do ano de 1980 realizado pela equipe do jornal francês *Le Monde*:

Inflação acelerada

A alta dos preços, que já havia se acelerado em 1979, continuou sua arrancada em 1980, ultrapassando de novo, para o conjunto dos países da OCDE, o patamar dos 10%, como havia ocorrido em 1974 e 1975. Nesses países, o aumento médio dos preços ao consumidor ficou em torno de 12%, taxa que traduz nítida aceleração, comparada com a de 1978 (7,9%) e de 1979 (9,8%). No conjunto, 1980 ficará nos anais como o ano que viu a inflação se agravar quase por toda parte.

A alta do nível geral dos preços e em particular dos preços dos alimentos repercutiu sobre os salários reais que, em geral, se mantiveram estagnados e em alguns países diminuíram.

Desemprego crescente

O desemprego, que se havia estabilizado em 1979, experimentou um novo e forte impulso em 1980: na zona da OCDE, cerca de 23 milhões de trabalhadores se encontram desempregados, dos quais aproximadamente a metade, são jovens com menos de 25 anos.

Entre os "seis grandes" da OCDE, a deterioração do mercado de trabalho afetou particularmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Mas, exceto o Japão, cujo mercado de emprego se manteve estável, todos os outros grandes países industrializados sofreram um incremento em suas taxas de desemprego, inclusive a Alemanha Ocidental, que, no entanto, empreendeu um grande esforço para a formação profissional de jovens e que, em 1978, já havia devolvido a seus países de origem 1 milhão e 300 mil trabalhadores turcos, italianos e iugoslavos.

Ao lado do desemprego aberto, tem crescido o mercado de emprego precário, temporário, e as formas de trabalho "clandestino", sem registro em carteira, sobretudo para os operários imigrados.

Em virtude, essencialmente, do crescimento lento, as perspectivas para 1981 são sombrias: os especialistas da OCDE prevêem que o número de trabalhadores desempregados nos países desenvolvidos poderá chegar a 25 milhões no final de 1981, a cifra mais alta dos últimos 40 anos.

Da estagnação à recessão

As altas sucessivas do preço do petróleo em 1979 não impediram que a atividade econômica se acelerasse até o começo de 1980 nos países da OCDE. Mas, nos Estados Unidos, a partir de janeiro a atividade se desacelerou e em seguida caiu rápida e profundamente até o mês de junho; no segundo semestre, houve uma recuperação precária, que não impediu, no balanço global do ano, um resultado negativo de 0,7%. Apesar dos cortes de impostos e dos aumentos de gastos militares, prometidos por Reagan, dificilmente esta situação se inverterá em 1981; a tendência mais provável é de crescimento zero ou estagnação.

No segundo trimestre de 1980, a maioria dos outros países industrializados conheceu, por sua vez, um desaquecimento nas atividades econômicas: isto aconteceu com a Alemanha Ocidental, Holanda, Bélgica, Itália, França, Japão. De março a julho, a produção industrial dos países da OCDE recuou 6%. Em alguns países, a situação se estabilizou ou melhorou ligeiramente a partir do verão. Em 1981, a perspectiva é de que os esforços para conter as pressões inflacionárias e os

desequilíbrios nas contas externas induzirão a um crescimento ainda menor na maioria dos países da OCDE.

Entre os países da América Latina, Ásia e África, o quadro é mais crítico ainda. O crescimento, em geral, se desacelerou e, apesar disso, o endividamento externo cresceu perigosamente. Um fato digno de destaque é a inversão de conjuntura na Coreia do Sul, onde a taxa de crescimento em 1980 foi de 2% contra 10% em 1979. Inflação, desequilíbrio externo, endividamento excessivo estão na origem dessa evolução, agravada pelos efeitos do golpe de Estado. Tendências semelhantes estão se esboçando em outros países que, apesar da crise mundial, vinham mantendo taxas relativamente altas de crescimento, como o Brasil e Cingapura.

Os efeitos da difícil situação econômica internacional começam a estender-se aos países de economia centralmente planejada. Estes países, com exceção da Albânia, vêm há algum tempo restaurando mecanismos de mercado no funcionamento de suas economias e aumentando sua dependência em relação aos fluxos internacionais de mercadorias e de capitais. Também têm experimentado dificuldades para levar adiante a socialização e desenvolvimento de sua agricultura. Em consequência, têm crescido as pressões altistas sobre os preços, especialmente de alimentos. Na Iugoslávia, já se observa desemprego aberto há alguns anos. E no conjunto desses países, os ritmos de expansão se tornaram morosos. Mesmo na URSS, se a produção industrial continua a crescer (mais 3,8% em 1980), ela o faz cada vez mais lentamente nos últimos anos. A China, cuja produção de petróleo não cresce mais, foi obrigada a limitar suas exportações; na falta de divisas, teve que reduzir suas importações e reavaliar seus ambiciosos planos de "modernização".

(* A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico foi instituída em 1961 e tem sede em Paris, capital da França. Reúne os 24 países do bloco ocidental considerados mais ricos: os "seis grandes" (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França e Itália) mais Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia.

Crise em V, em U ou em L?

Foi em 1974 que o sonho capitalista de uma prosperidade sem crises e sem limites foi interrompido pela segunda vez: a economia mundial embarcou numa recessão quase tão séria quanto a de 1930. Nos anos imediatamente seguintes, a economia capitalista mundial sofreu a maior taxa de inflação na história do mundo (fora dos períodos das grandes guerras); a pior queda nas atividades econômicas dos países desenvolvidos desde a grande depressão de 1930; acentuados desequilíbrios nos balanços de pagamento de quase todos os países; primeira redução global no crescimento dos países subdesenvolvidos desde a II Guerra Mundial; e as primeiras ameaças de insolvência de vários países muito endividados, como o Peru, a Turquia e o Zaire.

Diante da crise, houve "otimistas empedernidos" que ainda apostaram na pronta recuperação da economia capitalista mundial, cujos infortúnios eram tidos como passageiros, devidos essencialmente à quadruplicação "acidental" nos preços do petróleo. Sustentavam, assim, que a crise teria a forma de um V: seria seguida imediatamente por uma retomada da expansão capitalista.

Os fatos logo desmentiram essa visão ingênua; 75 foi um ano ainda pior do que 74. Surgiu, então, uma versão mais moderada e realista da teoria. Segundo a nova visão, a crise tomaria a forma de um U: a recuperação seria lenta, em ritmo contido, mas se manifestaria claramente já no final de 1976 ou começo de 1977, assim que a economia capitalista mundial se adaptasse aos preços mais altos do petróleo.

Durante algum tempo, essa teoria pareceu procedente. A maioria dos países conseguiu pelo menos reduzir seus déficits em conta corrente do balanço de pagamentos; as pressões inflacionárias mais severas foram contidas; esboçou-se uma reanimação das atividades econômicas em muitos países. Mas, além de a melhoria ser muito modesta, carecia de bases sólidas. Já em 1978, os indicadores começaram a deteriorar-se novamente, até chegar-se em 1980 a um ano considerado pior do que 1975; e as previsões são de que 1981 não ficará atrás.

Os fatos estão confirmando, portanto, a teoria de que a atual crise só será vencida com reajustes internos e internacionais profundos no sistema capitalista. Por isso terá a forma de um L: exigirá um período de transição longo, acidentado, doloroso, em que o mundo capitalista — apesar de oscilações menores e de diferenças entre os países — se caracterizará no conjunto por ritmos lentos de expansão, taxas de inflação "latino-americanas" e desemprego persistente e muito alto. E mais uma vez serão os trabalhadores — do Brasil à Turquia, dos Estados Unidos à Polônia — que terão de pagar por uma crise que não criaram. A menos que eles se unam e se levantem para quebrar novos elos da corrente momentaneamente enfraquecida desse sistema caduco. (Duarte Pereira)

O capitalismo nos anos 80: inflação rápida, crescimento lento, desemprego elevado

Países	Taxa de inflação (% de aumento dos preços ao consumidor)			Crescimento do PNB (em %)			Taxa de desemprego (% sobre a população economicamente ativa)		
	1979	1980	1981	1979	1980	1981	1960-69	1970-80	1981
Estados Unidos	11,3	13,0	11,4	2,3	-0,7	0	4,6	6,1	8,0
Japão	3,6	7,8	5,0	6,0	5,0	3,0	1,3	1,7	2,0
Alemanha Ocidental	4,1	5,1	4,0	4,4	1,7	0	0,8	2,6	4,0
Grã-Bretanha	13,4	15,5	13,0	1,0	-2,2	-2,0	2,0	4,6	10,0
França	10,8	13,5	11,0	3,0	1,7	1,0	1,5	4,0	8,0
Itália	14,8	21,1	16,0	2,5	3,7	-1,0	5,1	6,4	8,5
Média dos 24 países da OCDE	9,8	12,0	10,0	3,0	1,0	1,0	2,9	4,3	7,5

Fonte: OCDE.

Um ano de confusão e lutas políticas

A América Latina não foi em 80 o que era em 1968. A luta política é intensa e muito mais complexa

El Salvador foi o centro da luta popular na América Latina em 80, com Carter apoiando um governo sanguinário, responsável direta ou indiretamente por cerca de dez mil mortes no país. O presidente americano conseguiu desagradar a gregos e troianos: de ditadores como Videla a presidentes eleitos como López Portillo, acabando afinal por se aproximar, segundo denúncias, do que seu sucessor, Ronald Reagan, prega abertamente: a intervenção direta na América Central. Não impediu que Pinochet "institucionalizasse" a ditadura chilena, nem que o general Meza arrostasse em sangue um governo eleito.

Um documento muito citado recentemente, supostamente de autoria do Departamento de Estado americano, demonstrava que o presidente Carter dos EUA vinha se dirigindo fatalmente para uma intervenção militar direta na América Central: o centro de maior instabilidade política do continente no ano passado. Seria interessante se Carter tivesse sido reeleito para que se pudesse testar esta tese: seria uma maneira ainda mais clara de desmascarar definitivamente a política de direitos humanos do presidente americano, cujo fecho de mandato revelou um total descontrole em matéria de política externa, não só na América Latina diga-se de passagem.

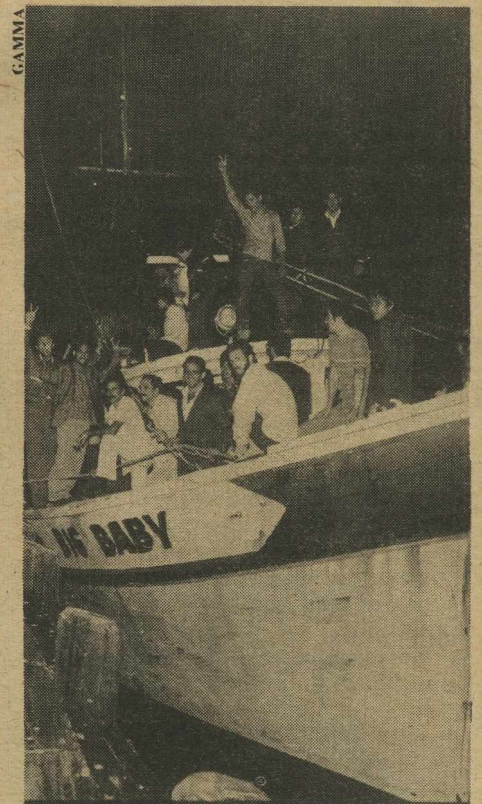
A eleição de Ronald Reagan para a Casa Branca talvez tenha o mérito, ao que indicam suas declarações e de seus assessores, de eliminar muito da confusão que reinou sobre as relações políticas no continente em 80. Como ele mesmo afirma, Reagan pretende tratar os países latino-americanos "pelo que eles são, não pelo que os EUA desejam que eles sejam". Em linguagem de um conservador notório e arraigado, a tradução mais óbvia desta frase é que a América Latina será tratada como sempre foi: como o quintal dos EUA. Os ditadores de plantão, como administradores regionais, se rejubilaram.

Na prática, isso talvez não signifique muito. O ano de 80 mostrou diversas contradições entre os EUA e os países latino-americanos, mesmo aliados seus, que não serão resolvidas apenas por uma linguagem mais clara. Reagan apoiaria o golpe boliviano talvez, poupando muita preocupação para ambos os lados: Carter apóia um governo em El Salvador não menos sanguinário que o general Garcia Meza. Mas é difícil acreditar que a Argentina, o primeiro país a saudar a vitória de Reagan, deixasse de vender seus cereais à URSS (como se recusou a fazer este ano), pelo simples fato de Reagan (como Carter, aliás) hostilizar os soviéticos em sua política externa.

1980 mostrou mais claramente inúmeras mudanças na América Latina que serão responsáveis pelo rumo das relações políticas na região e com os EUA em 81. Como salientou a revista londrina **Latin America**, o continente em 1980 "é um lugar em 80 muito diferente do que era em



Acima, a tentativa de resistência ao golpe boliviano; embaixo, civis massacrados em El Salvador; em cima à esquerda, ato contra o plebiscito uruguaio; embaixo, exilados cubanos nos EUA



1968", respondendo por isso "o incremento do peso político de potências regionais e a maior participação de outras forças fundamentalmente da Europa e do Japão".

Portillo: "que Reagan não intervenha"

E é exatamente na América Central — supostamente o primeiro alvo das investidas conservadoras de Reagan — que ele terá que enfrentar potências regionais fortes e hostis, e forças externas ativas, basicamente o México e a Internacional Socialista. O presidente López Portillo mexicano, eleito democraticamente, saudou Reagan, dizendo: "que não intervenha, que respeite os processos internos dos países que querem definições", referindo-se aparentemente a El Salvador. Com base numa economia estável e na força de suas novas jazidas de petróleo, o México deixou claro em 80 que pretende ser uma influência de respeito na região, e que não

aceita a tese do confronto Moscou-Washington como solução, ou base de solução para os conflitos na região. É a mesma tese da social-democracia, que apoiou e apóia (materialmente) a revolução sandinista e forma do lado da oposição salvadorenha hoje.

Ambas as forças são antiamericanas no sentido bem concreto de que acreditam que as ditaduras encarniçadas tipo Somoza, ou os governos oligárquicos (apoiados em grupos fascistas) como a Junta salvadorenha, não têm futuro. Apostam, pelo contrário, em governos reformistas, unindo interesses populares e empresariais modernos, com uma ligeira redução na exploração da força de trabalho e uma transição que não exclua o lucro (basicamente). Atacam assim o controle excessivo das multinacionais sobre as economias destes países, prevendo pelo contrário um certo controle sobre as atividades dessas empresas.

E interessante que Carter (e agora Reagan) tenha ganho o apoio da Venezuela, que em 79 substituiu o social-democrata

Andrés Perez pelo democrata-cristão Herrera Campins. A União Mundial Democrata-Cristã, muito mais atrasada que a Internacional Socialista, deu em peso seu apoio a Carter, durante 1980.

Carter: apoio da democracia-cristã

Não é possível deixar de lembrar que mesmo países atrasados politicamente como o Brasil negaram apoio a Carter na invasão esvaziada da Nicarágua e não temido muita simpatia com relação aos EUA em outros lugares do mundo (como no Oriente Médio). A aliança com a Argentina promete aumentar a força dessa antipatia "pragmática", localizada. E mostra exatamente que tipo de antipatia é esta, aproximando-a do caso mexicano também: como se referiram os presidentes Figueiredo e Videla na ocasião, o centro de sua crítica aos países industrializados é o protecionismo — que cresceu em 80. É a falta de visão de Carter, por exemplo, em pedir que o Brasil apóie

O MUNDO

América Latina

Israel contra os palestinos e árabes, quando os segundos são um mercado muito mais promissor para países como o Brasil e o México que não querem mais ser simples fornecedores de matéria-prima a baixo preço, mas que pretendem exercitar sua indústria vendendo manufaturados, ou para os países industrializados — que os impedem através do protecionismo — ou para mercados mais abertos, comunistas, reformistas, capitalistas, não importa o que sejam.

Para o Brasil como para o México ou a social-democracia, não importa a cor de governo boliviano, mas se é possível desenvolver boas relações com ele.

Não se pode esquecer também um aspecto fundamental, delineado claramente na América Latina em 80, particularmente na América Central: o acirramento das lutas políticas. Não é apenas para seguir a linha de "direitos humanos" de Washington, certamente, que a ditadura argentina promete uma "abertura", mas porque a situação social também exige pelo menos uma válvula de escape. Nesse sentido, deve-se salientar a crescente oposição de empresários "nacionalistas" a governos militares com "pressupostos econômicos" tacanhos, isto é, abertos excessivamente às multinacionais. É exemplar o plebiscito uruguaio, onde depois de um silêncio de longos anos, a população se ergueu em peso para derrotar a ditadura, entre ela boa parte dos empresários. A Argentina, que acompanhou o caso uruguaio com idéias de enveredar pelo mesmo caminho, deve ter tirado lições profundas, pois dentro das próprias Forças Armadas o almirante Emilio Massera critica impunemente a forma como o regime "avilta os salários" e "destrói a indústria nacional" em benefício do capital estrangeiro. E a indústria nacional argentina sofreu falências suficientes em 80 para ser considerada em estado de explosão latente.

O descontentamento dos empresários

A decisão dos Partidos Comunistas de passar à luta armada e de formar composições com outras forças revolucionárias mostra que não são apenas os empresários que estão dispostos a passar sem as ditaduras latino-americanas — a despeito da força que elas têm, como fica claro pela vitória de Pinochet ao institucionalizar seu aparato repressivo. Na América Central, que a mesma reunião dos PCs considerou "prenhe de revolução como em nenhuma outra época", o povo nicaraguense deu dezenas de milhares de vidas e bens materiais sem conta para derrubar Somoza (e pôde afinal festejar sua morte em setembro). Os salvadorenos enfrentam com a mesma disposição a Junta que os EUA — e Reagan em particular — querem manter a todo custo.

Se Reagan não tomar nota também dessa "realidade" latino-americana, botar as tropas na rua pode significar para ele um descontrole maior que o de Carter, que afinal não desapoioou nem apoiou ninguém, a não ser os interesses cegos — e em alguns casos claramente anacrônicos, como Somoza — dos EUA. Porque afinal, se a América Latina não é o que Carter quer, necessariamente, também não é o que Reagan gostaria que fosse.

(Flávio Dieguez)

Massacres e luta armada

América Central



A abertura de 80 para a América Central pode ser considerada a morte de 40 pessoas pela polícia da Guatemala, após uma manifestação contra o terror paramilitar no campo. O fecho, então, seria o massacre da oposição em El Salvador em novembro. Milhares de pessoas morreram nestes dois países e Honduras, ou pela repressão governamental, ou pelos grupos direitistas (os dois se confundem). De Honduras e Guatemala partiram também ameaças e ataques reais à Nicarágua e a Belize, por exemplo, formando os três países acima um "cordão" contra a "subversão" que os EUA veem na América Central e Caribe. Outros métodos também são usados: na Jamaica, o governo de Michael Manley, social-democrata e terceiro mundista, perdeu as eleições em outubro para um direitista ferrenho depois de "desestabilizado" por multinacionais com o controle das indústrias e bancos. Em Porto Rico, a direita se fortaleceu em eleições suspeitas em novembro, garantindo que o país continue uma colônia "informal" dos EUA.

El Salvador

O terror de direita em El Salvador abriu 1980 espetacularmente: assassinando o arcebispo D. Oscar Romero, pouco depois dele ter declarado ao *Le Monde* francês ter "chegado a hora da legítima violência do povo". Mas isto não enfraqueceu a oposição e em abril pela primeira vez ela se uniu na Frente Revolucionária Democrática, abrangendo de empresários a guerrilheiros. Os massacres continuaram (houve cerca de 10 mortos no país em 80), mas o apoio dos EUA não impediu o isolamento da Junta de Governo, restrita agora à ala direita da democracia-cristã (dividida após a morte de mais de 10% dos padres de São Salvador). Mesmo os oficiais jovens se afastaram do governo e da oligarquia após a destituição do coronel Majano da Junta, em dezembro. Em outubro, El Salvador e Honduras assinaram uma paz que melhor lhes permitisse combater a "subversão" na região, a direita de ambos os países (e de outros) entusiasmada pela vitória de Ronald Reagan nos EUA.

"Abertura"



As ditaduras se esforçaram para "se vestir" melhor em 80, tentando seguir a orientação dos EUA de eliminar os seus aspectos mais brutais, mantendo-se na essência. O Peru realizou em maio as primeiras eleições de 12 anos de poder militar, empossando Belaúnde Terry — cujo governo ainda é incerto devido às greves e protestos crescentes e pelo avanço da esquerda em eleições municipais em novembro. A Argentina não foi tão longe. Conseguiu mesmo manobrar com a Venezuela o cancelamento de sua condenação na OEA por violar direitos humanos. Mas insiste numa "abertura" com a "eleição" do sucessor de Videla em outubro: o "brando" Roberto Viola, a ser empossado em 82, que acha que a democracia não pode se defender da "subversão", sendo assim inviável! O Uruguai aparentemente deu um passo maior que as pernas, realizando e — incredulamente — perdendo em dezembro um plebiscito para "institucio-

nalizar" os instrumentos repressivos da ditadura. Estes terão que permanecer "ilegais". Desse mal não padecerá mais o general Pinochet no Chile, que, também através de um plebiscito (acusado de fraude), em setembro, tornou-se a primeira ditadura "institucionalizada" da América Latina.

Golpe Boliviano

A maior derrota na idéia de "abertura" dos regimes do continente aconteceu na Bolívia, onde um governo de esquerda moderada, eleito democraticamente, foi derrubado por um golpe militar particularmente violento em julho, colocando no poder o general Garcia Meza, implicado no tráfico de cocaína. O líder da força de maior crescimento no país, Marcelo Quiroga, foi assassinado após o golpe junto com muitos outros líderes políticos e sindicais num assalto das forças paramilitares à Central Operária Boliviana (COB), cujo líder, Juan Lechin foi preso na ocasião. Condenado de antemão pelos EUA, o golpe foi calorosamente saudado e ajudado pela Argentina e aceito pelo Brasil. Milhares foram presos, desapareceram ou foram mortos durante e após o golpe, principalmente, entre a resistência dos trabalhadores das minas.

Ronald Reagan



A direita latino-americana soltou foguetes (na Guatemala, literalmente) com a ascensão de Ronald Reagan à Casa Branca em novembro. Republicano de conservadorismo pré-histórico, se seguiu declarações suas deveria invadir a Nicarágua, bloquear Cuba militarmente, e intervir em El Salvador e Honduras. Seja como for, cubanos e sandinistas estão se preparando, dizem os analistas. Ele já fortaleceu a direita na Nicarágua onde os conservadores descontentes deixaram o governo em novembro, e o país tem denunciado ataques de fronteira, de Honduras e Guatemala, onde se escondem os soldados somozistas. William Safire revelou no *New York Times* que certas academias militares americanas planejam minar portos cubanos. O certo é que Reagan, empossado em março próximo, acabará com a política de direitos humanos de Carter, distribuindo ajudas econômicas para ajudar os Pinochets a "fortalecerem" seus regimes, sem qualquer crítica (aliás, pelo contrário). Deverá ter problemas com governos como o mexicano, que tem apoiado causas democráticas no continente, com a social-democracia européia, idem.

Cuba

Os cubanos estão com as barbas de molho, mas não têm feito grandes ataques a Reagan, com exceção do discurso de Fidel Castro de fim de ano. Preferem atacar Carter pela deterioração das relações com os EUA no último ano. A lembrança óbvia é a questão dos exilados cubanos para os EUA e outros países em abril, que custou caro diplomaticamente, a Castro. Mas Cuba se ressentiu dos ataques que lhe custaram por exemplo um afastamento grande este ano com a Venezuela, agora aliada dos EUA contra a "influência cubana" no Caribe e América Central. O novo primeiro ministro jamaicano, Edward Seaga, além dos desastres econômicos e a péssima situação social no

país, fez campanha como um feroz combatente do "comunismo" na região. A situação piora ainda mais dada a fraqueza econômica de Cuba este ano (devido também ao bloqueio dos EUA), em que mesmo Castro reconhece a "ineficiência administrativa" e outros males. O crescimento econômico em Cuba, previsto em 79 para 4%, não chegou a 1%.

Social-Democracia



A presença da social-democracia na América Latina começou a se tornar notada a partir da revolução nicaraguense em 79. Recentemente, ela formou um Comitê de Defesa da Nicarágua, chefiada pelo presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt. Sua influência, como contrapeso da americana, cresceu em 80 principalmente em El Salvador, onde inicialmente fazia parte da Junta criada pelos EUA, passando depois a atacá-la como "despótica" e origem da guerra civil. Em novembro realizou uma reunião em Madri, dedicando a El Salvador 50% do relatório final. Recusa tese dos EUA de que se luta em El Salvador contra "os extremismos de esquerda e direita". Em geral propõe a convivência de empresários e setores populares, e que os problemas da América Latina sejam resolvidos pela análise de seus problemas, não como confronto Washington-Moscou.

Partidos Comunistas

Um dado absolutamente novo no último ano foi uma reunião em outubro, em local secreto, em que os Partidos Comunistas do continente revisaram sua linha, adotando a tese da luta armada como ordem do dia e considerando-se apenas mais uma força e não a vanguarda do processo social, isto é, admitindo necessariamente a formação de composições e a possibilidade de aderir a outras linhas em determinado momento. Neste encontro, noticiado pela revista *Latin America* de Londres, considera-se que saiu vitoriosa a tese cubana de unidade das forças revolucionárias, sejam comunistas ou não. A tese da luta armada foi adotada já principalmente pelo PC chileno, em vista do fraco trabalho da oposição frente a Pinochet.

Brasil - Argentina



A aliança Brasil-Argentina, selada este ano com a visita de Figueiredo a Buenos Aires e depois com a retribuição de Videla, foi um dos fatos mais importantes dos últimos anos na América Latina. A união de dois "grandes" (juntos, 50% da economia sul-americana) multiplicará certamente o peso político de ambos. Brasil e Argentina terão a ganhar também na área nuclear, complementando seu desenvolvimento mais independentes de possíveis boicotes e bloqueios diplomáticos dos EUA, como ocorre hoje. Mas é difícil dizer até onde avançará, porque implica uma primazia à industrialização brasileira, ficando a Argentina mais como fornecedora de alimentos, principalmente. Isso deverá acontecer na indústria automobilística, dominada em ambos os países pelas mesmas multinacionais, que deverão centrar a produção no Brasil, ficando na Argentina apenas a montagem.

ITÁLIA

Todos estão contra as Brigadas, mas os brigadistas querem um lugar na imprensa

A Itália política parece quase unânime em sua recusa de ceder às condições impostas pelas Brigadas Vermelhas em troca da "suspensão" da condenação à morte do juiz Giovanni D'Urso, seqüestrado em Roma no dia 12 de dezembro. O grupo terrorista havia exigido, em seu oitavo comunicado, que os jornais e a televisão publicassem o julgamento que deverá ser realizado pelos detidos das prisões de alta segurança de Trani e Palmi e no qual será decidida a sorte do refém. Vendo nessas exigências uma vontade de utilizá-los como porta-vozes, um grande número de jornais decidiram não mais publicar os textos e mensagens dos brigadistas.

Respondendo no dia 5 de janeiro às perguntas de senadores, o ministro da Justiça, Adolfo Sarti, declarou que "os cínicos procedimentos dos terroristas não têm nenhuma possibilidade de ser aceitos". Todos os partidos, da maioria à oposição, partilham esse ponto de vista. Mesmo os socialistas, que, nas vésperas do Natal, haviam feito pressão afim de que o governo tomasse a decisão — em estudos já há um ano — de fechar a prisão de alta segurança de Asinara, consideraram que as últimas exigências das Brigadas Vermelhas "não podem mesmo ser levadas em consideração". O pequeno Partido Radical afirmou, por seu lado, através de seu dirigente "histórico", Marco Pannella, que enviaria uma delegação de parlamentares à prisão de Trani. "O direito de fazer conhecer suas condições", declarou Pannella, "é um direito dos detidos que não se pode confundir com compromissos ou concessões às exigências terroristas".

As Brigadas Vermelhas, como



Duas fotos do juiz D'Urso divulgadas pelas Brigadas

fizeram no caso de Aldo Moro, transformaram seu refém em advogado de suas reivindicações. Elas enviaram à família D'Urso uma longa mensagem manuscrita do juiz, pedindo aos seus para fazerem o possível para que se publique — inclusive pagando — os textos das Brigadas Vermelhas, sobretudo sua "resolução estratégica" de outubro de 1980, nas colunas dos grandes jornais.

L'Unita, órgão do Partido Comunista Italiano, observou "que esse silêncio da imprensa", que ele aprova, "deixa aberto um problema: como esclarecer o país sobre os fatos reais e sobre os episódios concretos da luta contra o terrorismo?".

Por outro lado, o Corriere della Sera e o grupo editorial Rizzoli, do qual ele faz parte, como um grande número de jornais, publicaram um comunicado anunciando "um completo silêncio da imprensa sobre as exigências dos terroristas raptos de D'Urso", afirmando-se convencidos de que seu objetivo é

"ganhar espaço nos jornais e televisão para recuperar o terreno perdido com as prisões e divisões". Um grande número de outros cotidianos e jornais televisados tomaram posição semelhante e "fecharão a cortina de ferro no nariz das exigências dos terroristas". (II Giornale).

Os jornais de extrema esquerda II Manifesto e Lotta Continua recusam esse "black-out" da imprensa e acreditam que o caráter delirante e dos textos terroristas fala por si mesmo e que somente permitindo ao leitor julgar suas peças será possível bater politicamente o terrorismo.

As Brigadas Vermelhas pretendem que a sentença definitiva sobre a sorte de D'Urso seja tomada pelos prisioneiros de Trani e de Palmi. O ministro da Justiça declarou-se convencido de que a revolta na prisão de Trani, conduzida pelas Brigadas Vermelhas, e o raptos de D'Urso estão diretamente ligados.

Marc Semo, de Roma, Le Monde

Jiang Qing responde a seus acusadores

A televisão chinesa finalmente liberou imagens do julgamento de Pequim contra a chamada "gang dos quatro" em que a viúva de Mao Tsé-tung, Jiang Qing, aparece enfrentando abertamente seus juizes, defendendo-se e tirando o que é, segundo seu ponto de vista, o balanço político do processo.

Jiang Qing aparece calma e escutando sem emoção visível o longo requisitório do procurador. Mas contra-ataca com vigor, quando lhe é concedida a palavra. Ela acusa seus juizes de "deformar os fatos". "Eu, como outros", disse, "segui, em 1966, as instruções do Comitê Central dirigido pelo presidente Mao. Até sua morte, eu jamais visei interesses pessoais. Fiz o melhor de mim para defender o Comitê Central e aplicar suas dire-

trizes. O que eu fiz correspondia à linha revolucionária do proletariado".

Com bastante firmeza, Jiang Qing leu em seguida um texto em forma de verso em que opõe o programa de uma revolução que prossegue "tomando a luta de classes como eixo" às fórmulas "revisionistas e reacionárias" apresentadas, em 1975, por Deng Xiaoping. Foi este último que ela atacou com violência quando afirmou: "Cruel ao extremo. Sua face verdadeira se revela. Você engana o mundo.../ Você calunia a revolução cultural. Revisionista! Formigas procuram frear uma carroça! É o povo em suas vastas massas que cria o mundo." Após essa leitura explosiva, a audiência foi interrompida.

A derrota dos eurocomunistas catalães

As resoluções finais adotadas, no último dia 6, pelo 5º Congresso do Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), braço catalão, do Partido Comunista Espanhol (PCE), de riscar o termo "eurocomunismo" de sua resolução final, representam um sério golpe à autoridade de Santiago Carrillo, principal dirigente do PCE, e expressam também um nítido recuo da corrente "eurocomunista" (da qual Carrillo é o principal defensor) no interior do PSUC.

Por 424 votos contra 359 e 21 abstenções, os comunistas catalães

adotaram uma resolução de política externa que consagra as teses da corrente pró-soviética, com exceção da questão do Afeganistão. Os congressistas do PSUC decidiram não aceitar mais incondicionalmente a adesão de Madri ao Mercado Comum Europeu, reivindicaram o desmantelamento das bases e instalações civis americanas na Espanha, e falaram na necessidade de reforço do "internacionalismo proletário". Eles se pronunciaram ainda por um apoio à URSS e seus aliados.

(Le Monde)

Sindicatos decretam a semana de cinco dias

Os dez milhões de membros do movimento sindical Solidariedade, polonês, foram convocados a responder com nova greve se o governo adotar sanções contra os empregados que faltarem ao trabalho a partir do dia 10. Nesta data, segundo decisão unilateral da Comissão de Coordenação da Solidariedade, o país adotará a semana de cinco dias e 40 horas de trabalho. Esta era uma proposta feita em setembro do ano passado pelo governo, que depois voltou atrás,

prometendo apenas dois sábados livres por mês: o máximo em sua opinião que a economia do país poderia suportar.

Com isto fica novamente tensa a situação na Polônia, com os sindicalistas responsabilizando o governo e sua "política irresponsável" por qualquer confronto. Lech Walesa, principal líder sindical do país, também declarou perante a Comissão de Coordenação que o governo pretendia "desmantelar silenciosamente nossos sindicatos".

Os reféns: uma luz no fim do túnel

O Irã apresentou uma "lista de questões" e "um acordo de princípio" sobre a questão dos reféns americanos que poderá ser rapidamente aceito pelos EUA. Este foi comunicado feito através de uma cadeia de televisão no final da semana por um porta-voz da Casa Branca, indicando uma imediata solução para o caso dos reféns.

ofensiva contra o Iraque para preparar a população sobre concessões prováveis na crise com os EUA.

A contra-ofensiva foi dirigida pelo presidente iraniano Bani Sadr e no final da semana ele recebeu congratulações mesmo de setores do clero tradicionalista pelas vitórias (negadas pelo Iraque). Além disso, o próprio primeiro ministro Radjai, próximo dos xiitas mais radicais, declarou que Khomeini teria aceitado um acordo proposto pela Argélia para o caso dos reféns.

Embora o comunicado alertasse para "otimismo prematuro", o governo iraniano parece estar se baseando no sucesso de sua contra-

CHADE

Entre as ambições de Kadafi e da França

Após a visita do presidente do Chade, Goukouni Ouedéi, à Líbia, encerrada no último dia seis, Trípoli e N'Djamena anunciaram sua decisão de "trabalhar pela realização da unidade completa dos dois países, uma unidade de massas onde o poder, as riquezas e as armas estarão nas mãos do povo e seus instrumentos, os congressos e os comitês populares".

No comunicado divulgado pela agência líbia, Jana, acrescenta-se que as duas capitais concordaram em reforçar a aliança estratégica entre os dois países; considerar qualquer agressão a um deles como uma agressão ao outro; e lutar em conjunto contra toda agressão a um ou outro dos dois países". Enfim, conforme o tratado de defesa efetivado no dia 15 de junho de 1980, "por exigência oficial do governo do Chade", a Líbia "enviará militares para ajudar a manter a segurança, a consolidar a paz obtida ao fim da guerra civil, e a reconstruir o exército nacional do Chade".

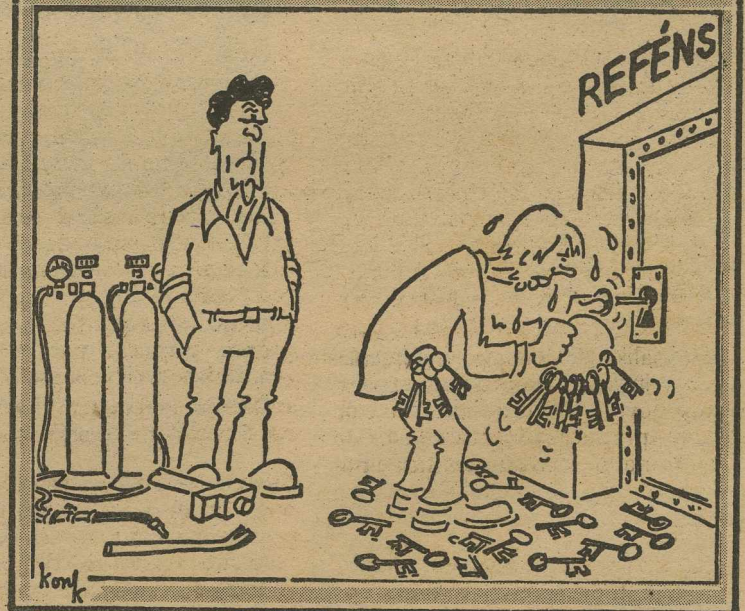
Segundo a rádio Trípoli, o presidente Ouedéi, à frente do Governo de União Nacional de Transição do Chade (GUNT), declarou ainda na Líbia, que "o Chade não autorizará de forma alguma o estacionamento de tropas francesas sobre seu território". Ele teria acrescentado que o povo do Chade "perdeu milhares de mártires durante o apoio dado pela França aos precedentes governos reacionários do Chade".

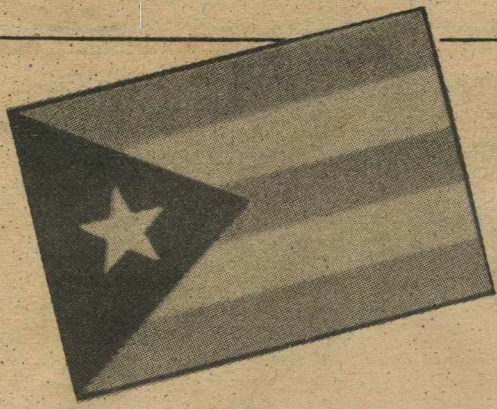
A fronteira dos dois países serão abertas na formação do novo Jamahiriya (Estado de massas) unificado, e os dois governos fizeram uma advertência contra "os regimes egípcio e sudanês", principalmente em vista da declaração do presidente sudanês de que "a guerra apenas começou no Chade" — considerada agora "um princípio de agressão contra o povo" deste país (O Sudão é a base de Hissene Habre, que luta contra Onudei).

Este projeto de "fusão" constitui a

sexta tentativa do presidente Kadafi da Líbia de se unir aos países da região. A última delas, envolvendo a Síria, em setembro passado, fracassou depois do presidente Assad ter recusado que a união fosse feita através dos comitês e congressos populares. As outras quatro tentativas foram as seguintes: Líbia-Sudão-Egito (1969); Líbia-Egito-Síria (71); Líbia-Egito (72), logo após a expulsão dos conselheiros soviéticos do Egito); Líbia-Tunísia (74).

A França, que mantinha tropas em seu ex-território até maio passado, condenou o projeto de unificação dos dois países, anunciando que pedirá à companhia Elf-Aquitaine para suspender o acordo de exploração petrolífera na Líbia. Para a França, qualquer decisão de união deverá esperar as eleições presidenciais de 82 no Chade, assinalando que "a iniciativa da Líbia (que tem quatro mil homens no Chade), revela ambições que constituem uma ameaça à segurança da África".





CUBA

O socialismo lento mas inevitável em Cuba

“Os cubanos estão na rota certa: praticam os erros vendo-os como tais e com ganas de corrigi-los e superá-los”.

Florestan Fernandes

Décadas depois de sua libertação, a Cuba de Fidel Castro ainda é polêmica e volta constantemente ao noticiário. As vésperas da realização do II Congresso do Partido Comunista, o sociólogo paulista Florestan Fernandes — especialista em



Cuba e autor do livro “Da guerrilha ao socialismo” — visitou a ilha e, a pedido de **Movimento**, escreveu suas impressões de viagem. E, para complementar, publicamos também um breve artigo do jornalista português Daniel Amaral relatando as dificuldades por que passa Cuba, às quais se refere Florestan. No decorrer da preparação do II Congresso do PC cubano, **Movimento** continuará divulgando outras opiniões sobre Cuba e sua via para o socialismo.

ção e Jorge Escosteguy. **Movimento** foi o único jornal que se interessou por minha viagem e que procurou conhecer as minhas opiniões. Coloco-me lhanamente diante desse interesse jornalístico: O Florestan que foi a Cuba não poderia deixar em São Paulo o sociólogo e o socialista que ele é. No entanto, ele não se impunha qualquer obrigação intelectual adicional e não funcionou como um computador jornalístico, sociológico ou ensaístico. Os que leram o meu pequeno livro sabem qual é a minha relação com a Revolução Cubana (e, por conseguinte, com Cuba). Não participo da cruel, estreita e cega moda literária e “democrática”, que grassa entre os intelectuais da Europa capitalista, dos Estados Unidos e da América Latina. Houve um **desengajamento** com referência a Cuba e é importante prová-lo, acusando, deblaterando, perden-

do. Uma Nação meio-Sancho Pança e meio-Dom Quixote? Não! Uma Nação que nasce e se desenvolve tardia mas revolucionariamente, sob o signo do socialismo e as exigências potenciais do comunismo, tendo de partir de um complexo limiar de pobreza, cruzado com as contradições e a tenacidade do subdesenvolvimento.

Poucos dias, dentro de um programa muito intenso, que multiplicava por três o uso do meu tempo e do de Myrian. Não havia como fazer “sondagens” e, ainda menos, deslanchar por dentro dos mais variados tipos de pessoas. Esse é o meu estilo de trabalho. Porém, não tinha como praticá-lo. Os cubanos — homens e mulheres, jovens e idosos, camponeses ou urbanistas, rústicos e letrados — são abertos para o estranho, comunicati-

descobrir que eu era brasileiro e revelou uma enorme curiosidade sobre os índios e outros assuntos). Ora, o sociólogo nada pode descobrir sem comunicar-se com os outros, sem penetrar (sem viagem de retorno) na condição humana daqueles com quem interage e com os quais procura conhecer os segredos da vida em sociedade. Fechado esse caminho não podia ter a pretensão de buscar um equivalente no olhometro. Já lidei com muitos números e estatísticas sobre Cuba, de antes e de depois da Revolução. Seria demais voltar a isso, conformando-me com a situação de compilador enquanto respirava o ar natural e humano de Cuba.

Restava-me, pois, a fruição dos fatos crus, toda a rede de evidências indiretas que trazem a marca da Revolução. Esses fatos dizem coisas incríveis. Por exemplo, para quem sai de São Paulo, passando pelo Rio e por Lima: sai-se do universo das “favelas” e das “barriadas” sem sair-se do universo da pobreza. O contraste é tão profundo que se tem a sensação que não se está mais no mesmo continente — que se penetrou na órbita de outro planeta. Havana velha ainda é, vista morfologicamente, “pré-revolucionária”. No entanto, ela não é mais o rebotalho de uma cidade gangrenada pela comercialização do vício, pelo abandono das crianças e dos velhos, pelo florescimento da miséria, do alcoolismo e da desorganização familiar. Em suma, as aparências externas são pré-revolucionárias; os seres humanos, não. Eles se **humanizaram** em sentido pleno e são pessoas com destino próprio, embora pobres e enfrentando uma vida dura. O socialismo não é um paraíso ao qual se chega pelo encantamento. Ele é construído pelos seres humanos, através do trabalho e dos seus frutos. Por ali se via o limiar no qual a Revolução ainda se bate com o passado mas se revela vitoriosa, porque ela liberou a **humanidade** dos seres humanos e, com isso, lançou os seus cimentos sobre aquilo que todos possuem e podem aperfeiçoar até o infinito, mesmo sob condições materiais mais ou menos adversas (o que reflete o lado positivo da pobreza: não é ela, por si mesma, que degrada o ser humano e converte a sociedade em uma fonte de destruição do homem pelo homem).

Ir a Cuba vinha a ser um sonho para mim. Não queria realizá-lo de modo tão rápido (só uma semana de permanência!) e de forma tão limitada (apenas conheci parte de Havana e do seu interior, convivendo somente com intelectuais). Mas posso guardar o sonho para o futuro, pois a Revolução Cubana prossegue e eu ainda não estou morto...

Sentia uma enorme ansiedade e temia um esborçoamento emocional. É preciso colocar-se na pele de quem já ultrapassou os sessenta anos e enfrentou todas as decepções que as “transformações” capitalistas e o possível advento do socialismo na América Latina nos reservaram, a mim e aos “rebeldes” de minha geração: Cuba é única: sem a Revolução Cubana a nossa vida não teria tido sentido! As nossas esperanças teriam sido miragens e os nossos ideais revolucionários pura utopia intelectualista. Isso mantendo a história como ela é, vendo Cuba dentro de suas possibilidades e a Revolução Cubana segundo os seus limites naturais. Parecia-me que passaria por uma provação perigosa. Mas não passei, provavelmente porque incorporamos de tal modo Cuba socialista à nossa condição humana que estamos socializados para enfrentar equilibrada e maduramente essa experiência.



Apesar da mobilização e esforço, o desenvolvimento devagar.

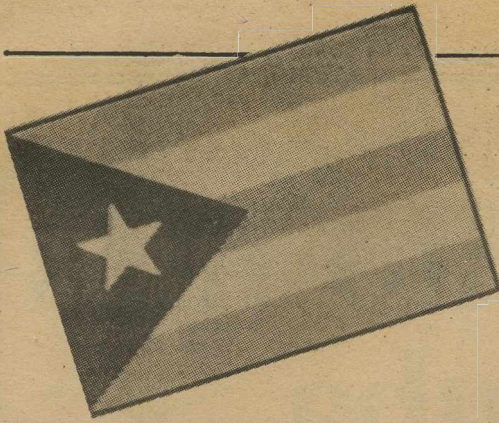
“Como pensar revolucionariamente quando se submete o critério de ‘socialismo democrático’ aos valores ocidentais?”

do-se no obscurantismo da propaganda e dos seus reflexos. O que é isso? Um sintoma a mais da ausência de firme socialização política revolucionária. Como pensar revolucionariamente quando se submete o critério de “socialismo democrático” aos valores e à realidade da **democracia ocidental**? Não estava nesse barco e nunca entrarei nele. Todos os erros supostos ou reais da “via cubana” não justificam esse tremendo equívoco. Porque são erros intrínsecos à própria transição para o socialismo, nas condições terríveis em que ela se pode realizar concretamente no mundo atual e, em especial, na situação histórica de Cuba.

Os cubanos estão na rota certa: praticam os erros vendo-os como tais e com gana de corrigi-los e de superá-los. Na melhor tradição martiana, fundem realismo e romantismo, utopia e pragmatismo, sofrimento e esperanças, dignidade e orgulho

vos, alegres e tão “dionisíacos” por fora quanto “apolíneos” por dentro. É fácil perceber isso, mesmo no convívio mais superficial. Portanto, poderia explorar o meu estilo de trabalho sem **provocar empatia** — ela se dá espontaneamente, a simpatia está entranhada nas pessoas e se manifesta como que numa ignição. Como me ocorreu em 1941, ao entrevistar crianças sobre seus folguedos, ou em 1951, ao entrevistar ou ao ouvir negros e mulatos sobre seus problemas e dilemas, na pesquisa com Roger Bastide, deparei com a riqueza interior que não se esconde, que irrompe com força esplendorosa para demarcar e afirmar o limite mais alto da condição humana. Contudo, só tive duas oportunidades ocasionais de compartilhar tais explosões (na visita ao Vale de Picadura, durante uma breve recepção na casa de um camponês aposentado; e numa rápida conversa com uma senhora negra que ficou encantada ao

O outros exemplos são mais **ostensivos**. Percorrendo o espaço “suburbano” de Havana depara-se com as novas comunidades. Aqui, aparece uma presença maciça da Revolução: núcleos de prédios de apartamentos, localizados e organizados para “substituir” as antigas moradias ou simplesmente para dar alojamento condigno (em termos de mínimos de decência, como diria o Antonio Cândido) aos vários segmentos da população trabalhadora. São fatos crus que podem ser lidos de diversas maneiras. Os que só se preocupam com os “aspectos negativos” tendem a dizer: só isso? Quanta gente está fora de tais possibilidades! Por que todos não desfrutam dessa “igualdade”? Ora, a interpretação correta também se evidencia por si mesma. Lutando com tamanhas dificuldades e com um terrível déficit de habitações, a Revolução mostra a



Não há "aceleração do desenvolvimento que possa conduzir a qualquer fim se não houver um corte brutal e definitivo com a realidade do colonialismo

sua substância: ela revoluciona tudo, inclusive a condição humana do pobre, o uso do espaço e o universo social do trabalhador. Não estamos diante de uma "intenção" de reorientar o desenvolvimento da cidade e a organização do espaço urbano. O que se afirma é um processo de transformação global da sociedade, embora se esteja no ponto inicial desse processo! Por enquanto, as conglomerações de prédios surgem como uma nova fronteira de conquista da igualdade social — e nela não cabem todos. Porém, são conglomerações de grande porte e plantadas em vários lugares. Já configuram uma nova história da cidade de Havana, ainda que os cubanos gostassem de ter mais e de ter caminhado mais depressa...

Por fim, um último exemplo — e o mais tocante! Tive a oportunidade de visitar o Instituto Lênin e de observar as crianças de uma escola primária no Vale de Picadura. Lemos e discutimos muito sobre a **natureza difícil** da revolução socialista, que se converteu em realidade histórica nos elos débeis do capitalismo... Ora, o que faz a Revolução? Ela concentra os recursos excedentes de tal modo na esfera da educação escolarizada que fica evidente que o homem, mesmo como promessa embutida na criança ou no jovem, deixa de ser **capital humano**. De fato, a fronteira que separa uma sociedade nacional socialista subdesenvolvida de uma sociedade capitalista dependente está exatamente aí. Não há promessas que possam diluir a realidade do colonialismo ou do neocolonialismo. Não há "aceleração do desenvolvimento" que possa conduzir a qualquer fim se não se puser em prática um corte brutal e definitivo com o passado na esfera da educação escolarizada. A Revolução realizou esse corte, apesar de seus custos econômicos e sociais. Ou ele se concretizaria ou a Revolução nasceria condenada. Ficamos com um paradoxo: uma sociedade socialista extremamente pobre fomenta um sistema educacional que está muito acima de suas possibilidades e de qualquer juízo pragmático "normal" sobre as "prioridades do desenvolvimento". O que se infere desse fato não é só que há uma prioridade essencial voltada para o **novo homem**. Há um afã de garantir a continuidade da Revolução e de melhorar a sua qualidade. Depois das análises de Deutscher sobre a União Soviética, mesmo os mais relutantes sabem que a **massa e a qualidade** da educação escolarizada constitui um fator de aprofundamento comunista da Revolução socialista. O socialismo não nasce pronto e acabado na cabeça dos homens e a etapa comunista não se impõe como uma transformação automática do período de transição. O que separa o socialismo do capitalismo é a prioridade da revolução, que se traduz, concretamente — mesmo nos níveis mais modestos e discutíveis — na importância revolucionária dos jovens e da educação revolucionária dos jovens.

Esses exemplos, escolhidos ao sabor das minhas experiências pessoais (e, portanto, ao acaso) e sem qualquer **parti pris**, delimitam as prioridades tanto quanto o alvo principal da Revolução Cubana. Nas entranhas da pobreza e do subdesenvolvimento, ela luta contra uma e outro para encetar o verdadeiro período de transição. Ou seja, este já se iniciou em vários níveis, em escala nacional e em nível institucional; contudo, o que é profundo no socialismo depende de condi-

ções a serem criadas, que envolvem sacrifícios extremos de gerações sucessivas, um despojamento quase total de **todos**. Fidel Castro capitaneia essa luta coletiva tocante e tem a seu lado a massa da população, que como **população pobre** entende e reage revolucionariamente ao código de honra de sua Revolução. Assim, a expropriação socialista pode configurar-se como realidade **consentida e querida**, armando o governo revolucionário para combater em todas as frentes que têm de desdobrar-se para superar a pobreza e o subdesenvolvimento; forjar as condições materiais e sociais do "arranque socialista" da economia, da sociedade e da cultura; e tornar Cuba internacionalmente respeitada por sua fidelidade a si mesma, ao Terceiro Mundo e aos valores altruísticos do socialismo.

Em suma, o visitante descobre um mundo que avança revolucionariamente e, ao mesmo tempo, busca no seu passado a originalidade e a firmeza da via cubana. Essa foi a surpresa maior para mim. Havia descoberto Martí antes mesmo da Revolução Cubana e ficara pessoalmente preocupado com a tendência explícita de convertê-lo em "apóstolo", que se fortalece e generaliza com o castrismo. Todavia, esse breve passeio revelou-me a **necessidade de Martí**. Da perspectiva histó-

mas). No entanto, ele é o inspirador, o apóstolo venerado, o exemplo a ser seguido. O que conta, nessa reação profunda de recuperação da consciência revolucionária de Cuba? A necessidade de um "biombo", nas relações com a União Soviética e o Comecon? Ou a necessidade de plantar a própria Revolução dentro da tradição revolucionária cubana? A resposta é óbvia. Os cubanos não caíram em um complexo de "nova colonização". A proliferação do culto a Martí exprime um **élan** histórico coletivo, pelo qual a Revolução exibe, em toda a plenitude, sua força interior, que não é recente e tão pouco nasceu na década de 1950, e a identidade latino-americana que a liberação nacional infunde à revolução socialista em Cuba. Não se trata de uma mera "identidade nacional". Mas de uma afirmação continental, graças à qual nacionalismo libertário, antiimperialismo e socialismo revolucionário desembocam na mesma figura de um herói exemplar, que transcende às contingências históricas que cercam as origens e a evolução da Revolução e do seu regime igualitário.

Podia-se, também, perguntar quais foram os **erros de interpretação** que cometi na descrição global da Revolução Cubana. Na verdade, penso que acertei mais do que errei (o que não é um mau desempenho quando se leva em conta a dificuldade de levantar

convictamente. A base econômica da sociedade cubana atrasa, assim, o avanço da edificação do socialismo: A década de 70 surge, em consequência, como uma etapa decisiva no aprofundamento e na ampliação dos fundamentos econômicos, técnicos e sociais do planejamento. Este opera — como é possível verificar desde a implantação da segunda reforma agrária e a partir do grau de racionalização imprimido à agricultura, ao aproveitamento de recursos e à educação — como o principal fator societário de aceleração da Revolução e de expansão do socialismo. Não obstante, ele está amarrado ao desempenho da economia e ao limiar de pobreza de uma economia socialista. Há uma barreira persistente, que impede a continuidade dos saltos e impõe ziguezagues crônicos aos processos de construção de Cuba socialista.

Os críticos de esquerda não avaliaram com objetividade essa situação histórica. Excetuando-se Mandel, o coro socialista dos "insatisfeitos" trocaram a realidade por uma utopia forjada, na essência anti-revolucionária e extramarxista. O governo revolucionário deu uma guinada corajosa para "compensar" os efeitos estabilizadores desse desequilíbrio entre a **base material real** e a **base material necessária** da sociedade cubana socialista, avançando corajosamente na esfera da educação e, com a implantação do poder popular, na esfera política. Parecia que a cooperação econômica, técnica e cultural dos países socialistas iria permitir a consecução rápida de objetivos mais ambiciosos, pelo menos a partir do último quinquênio da década de 70. Alguns resultados promissores não impedem que se tenha de admitir que o **socialismo difícil** se torna mais difícil quando o mencionado desequilíbrio existe e se reproduz inexoravelmente, embora sob crescente perda de vigor a longo prazo. O necessário controle de massa popular (o controle democrático da base sobre o vértice) sobre o funcionamento e a evolução do regime torna-se problemático. A criação de um fundamento educacional e cultural ou de meios políticos de tal controle não se torna efetiva por si mesma.

Dentro de um crescimento econômico genuinamente socialista, os dinamismos econômicos se fecham sobre um circuito limitado, como se o problema global fosse somente a continuidade do desenvolvimento numa escala x (a que permite dotar o governo revolucionário de meios para atingir os alvos previstos dentro de tal escala de **desenvolvimento socialista**), e não a base econômica mais ampla que a Revolução necessita para desprender-se de uma bota de chumbo e soltar-se na realização do socialismo como um estilo de vida e um padrão de civilização. Um simples exemplo permitirá esclarecer a questão. O esforço educacional e a implementação das reformas políticas impostas pela organização do poder popular visam, a curto e a longo prazos, forjar condições reais de controle democrático do planejamento e de democratização intrínseca do próprio planejamento como processo social revolucionário. A natureza socialista do projeto é óbvia. Trata-se de reduzir, de início, e de eliminar, gradualmente, o "estrangulamento técnico", que converte o planejamento em um centro de decisão vertical e mais ou menos autoritário. Objetivos dessa monta não podem ser conseguidos sem que a base econômica da sociedade sofra todas as transformações concomitantes e sucessivas necessárias. Para que todos possam participar da administração da "coisa pública", eliminando as dimensões **teóricas e políticas** do planejamento (as quais envolvem, estru-



Nova-Havana: para apagar os tempos de cassino yankee

O socialismo não é um paraíso ao qual se chega por encantamento. Ele é construído por seres humanos, através do trabalho

rica da Revolução, ele se confunde com a "identidade nacional" de Cuba Revolucionária. Encontra-se o nome de Martí ligado aos mais variados centros educacionais, culturais e políticos. Nas ruas, praças e largos. Nenhum país honrou tanto um herói revolucionário. Pondo de lado a questão que ele merece a homenagem, fica a questão mais importante: porque essa "divinização" de um herói morto há tempo e mais representativo do idealismo revolucionário que do socialismo marxista? Martí é um fundador só em sentido figurado e os grandes heróis da Revolução são figuras de nossa época, típicas da onda revolucionária que avassalou os países coloniais e neocoloniais logo em seguida ao fim da II Grande Guerra (poder-se-ia, mesmo, dizer que ela continuou na periferia do mundo capitalista; na forma de revoluções nacionais e de levantes anticapitalistas das massas opri-

uma documentação empírica sólida e mais ou menos completa). É preciso reconhecer, entretanto, que cometi um erro de significado político e teórico. Vi na década de 70 uma aceleração do processo histórico que não se deu segundo as minhas previsões. É fácil apontar por que: as pragas que afetaram a cana-de-açúcar e o tabaco repercutiram no rendimento da produção e produziram consequências sérias na conjuntura atual; além disso, o declínio do preço do açúcar de 1976 a 1979 contribuiu para agravar os efeitos negativos diretos e indiretos da crise mundial da economia capitalista avançada sobre o desenvolvimento da economia cubana. Há outros fatos, assinalados no "Projeto dos Delineamentos Econômicos e Sociais para o Quinquênio 1981-1985". O que interessa é que a pré-transição não se esgotara de um modo tão definitivo como eu chegara a afirmar tão

A Revolução necessita de uma base econômica mais ampla para se desprender de uma "bota de chumbo" que a impede de soltar-se na realização do socialismo como um estilo de vida e um padrão de civilização



Com o povo, muitas identidades

turalmente, autonomia de decisão dos planejadores e concentração de poder em suas mãos e nos centros estratégicos de decisão), é indispensável que a economia conduza, por seu potencial de crescimento e por suas compulsões determinantes, a uma **democracia participatória total**, o alicerce estrutural da paulatina "dissolução do Estado" e da extinção da "sociedade civil" (enquanto sobreviverem o Estado e a sociedade civil, mesmo em uma "fase avançada" de transição para o socialismo, o planejamento será um processo especializado e autoritário).

Observe-se: não pretendo suscitar um debate teórico. Trata-se, aqui, de um dilema prático, que todo marxista tem de levar em conta. Os críticos de esquerda fomentaram uma discussão estéril. Partiram do pressuposto de que em Cuba se poderia avançar diretamente em direção ao experimento socialista ideal e não pouparam o governo revolucionário de sua ira sagrada, como se ele não tivesse ido tão longe quanto devia no fomento de controles de massa democráticos. Ora, a realidade é outra. Aquele governo chegou a ser imprudente e até **idealista** em suas arremetidas para livrar Cuba de um fator de estabilização que se chocava com seus desígnios revolucionários e punha em risco, de forma recorrente, a própria edificação do socialismo. Essas considerações demonstram que o erro de interpretação que cometi vinha de minha identificação socialista com a aceleração da Revolução Cubana. Por outros motivos, repeti o erro nos quais caíram, na década de 60, tanto Che Guevara quanto Fidel Castro. Supus que "acelerando-se" as condições extra-econômicas do desenvolvimento econômico planejado, acelerava-se proporcionalmente ou mais que proporcionalmente a passagem de um período de pré-transição para um período de transição propriamente dito. Na verdade, as coisas não se passaram assim e os dois períodos coexistem, como se Cuba possuísse várias idades na aptidão de edificar o socialismo a partir de múltiplas dificuldades estruturais desiguais.

No computo final porém, esse erro interpretativo não me parece importante. No **Manifesto**, Marx e Engels assinalam com propriedade quanto difícil foi a transição do feudalismo ao capitalismo. Agora, pretende-se uma redução da história, como se o período de transição devesse ser prolongado e tormentoso quanto à constituição do capitalismo e rápido e fácil quanto à construção do socialismo. Essa impaciência histórica não tem cabimento, em geral, e muito menos quando se trata da América Latina! No caso de Cuba o essencial vem a ser que mais quinze ou vinte anos de maturação não irão afetar a natureza e o alcance da Revolução em termos de capacidade de realização do socialismo e do comunismo. Há um elemento subjetivo em jogo: ou se confia na Revolução ou se confia nos propósitos contra-revolucionários do impe-

rialismo. Acima disso, há também um elemento objetivo em jogo: a vontade coletiva do povo. Esta está maciçamente empenhada na primeira opção e foi detonada de novo, graças ao episódio dos "refugiados". Milhões foram para as praças e para as ruas, repetindo o fenômeno de emulação popular provocado pela derrubada de Batista e pela invasão da Baía dos Porcos embora em outro nível. Portanto, estamos diante da construção do socialismo sob tempos que parecem "lentos" e são **lentos** para a impaciência dos que reduzem a edificação do socialismo a um voluntarismo algebrico. Para a ação coletiva das massas que "sofrem" o processo e caminham na direção de absorvê-lo, controlá-lo e dirigi-lo a história flui nos **tempos normais**. O importante é que todos contribuam para a superação das atuais limitações e que a Revolução não perca substância, mas se transforme preservando-se fiel a si mesma.

Houve quem me perguntasse qual foi "a utilidade" de uma viagem tão curta! Seria "inútil" visitar Cuba por alguns dias? Nada aprendi que não conhecesse mais ou menos antes. Contudo posso representar-me, **hoje** muito melhor porque a revolução socialista é possível na América Latina e sei melhor porque os Estados Unidos e outras nações capitalistas porfiam em tornar Cuba socialista inviável. Os cubanos não estão fazendo nada que outros povos do continente fossem incapazes de fazer! Eles provam a compatibilidade do socialismo com os povos da América Latina e mostram, antecipadamente, que é no socialismo que esses povos encontrarão a solução lenta mas inevitável de seus problemas e dilemas. Em suma, como diriam os clássicos do positivismo na sociologia: a Revolução Cubana constitui, por si mesma, um **experimentum crucis**. O que ela prova? Ela prova que a América Latina está madura para o socialismo e que só a violência das burguesias nacionais e do imperialismo pode impedir, por algum tempo, a eclosão revolucionária do socialismo entre os povos latino-americanos. É importante ir a Cuba e estar em Cuba para perceber esse processo histórico em sua escala de grandeza real. Não há uma especificidade ou uma exclusividade: o povo cubano é tão parecido com o povo brasileiro que, por vezes, não fosse a língua, eu me "sentiria em casa" ... O que diria um argentino, um mexicano ou um chileno em meu lugar? É fácil presumir. A Revolução não é uma "exterioridade" — ela é intrínseca ao povo que precisa livrar-se das cadeias visíveis e invisíveis do passado colonial e do presente neocolonial. O homem comum e do senso comum possui uma dimensão revolucionária, que se solta quando chega a ocasião. As classes sociais e a irredutibilidade dos antagonismos de classes fomentam essa realidade. Conviver com ela **depois** de uma transformação histórica tão decisiva é importante. Aprende-se a confiar no futuro e nos meios de luta que o capitalismo não pode tirar dos trabalhadores sem destruir o trabalho e a própria acumulação capitalista.

Perspectivas pouco otimistas para Cuba

O lento crescimento cubano e seus reflexos no povo

Daniel Amaral*

Nos anos que se seguiram à tomada do poder por Fidel Castro, e como normalmente sucede em países que passam por profundas revoluções sociais o produto interno em Cuba praticamente estagnou, a níveis que podem ser considerados muito baixos. Na década de 1960-70, o crescimento do produto não foi além de 1,1% em média por ano, quando em praticamente todo mundo se assistia um desenvolvimento econômico intenso e os próprios países de economia planificada tiveram então um ritmo de crescimento bastante superior.

Na década seguinte, aquele índice melhorou um pouco, mas ainda assim a taxa de crescimento não foi além de 2,9% em média por ano, no período 1970-77, muito aquém dos índices verificados noutros países, socialistas ou não. Já na parte final da década de 70, o índice de crescimento atingiu valores razoáveis, mas a tendência, ao que parece (vd. Gráfico 1), aponta de novo no sentido de uma quase estagnação.

De acordo com a revista do Banco Nacional do Comércio Externo, em 1978 o produto social aumentou 9%, e o mesmo sucedeu com a indústria. A produção de açúcar aumentou 11%, o investimento 15%, a indústria de montagem 26% e a pesca 16%. O orçamento estatal para 1979 foi da ordem dos 11,8 bilhões de dólares.

O comércio externo cubano, pelo menos nos últimos anos, sempre foi deficitário. Em 1977, por exemplo, as importações ascenderam a 4,7 bilhões de dólares, contra apenas quatro bilhões de exportações, o que dá uma taxa de cobertura de 85%. Os principais produtos exportados são o açúcar (85%), o níquel (10%) e o tabaco, encontrando-se os principais compradores no bloco comunista (75%).

Um crescimento tão lento como aquele que se verificou na economia cubana nos últimos vinte anos teria que ter, naturalmente, reflexos negativos.

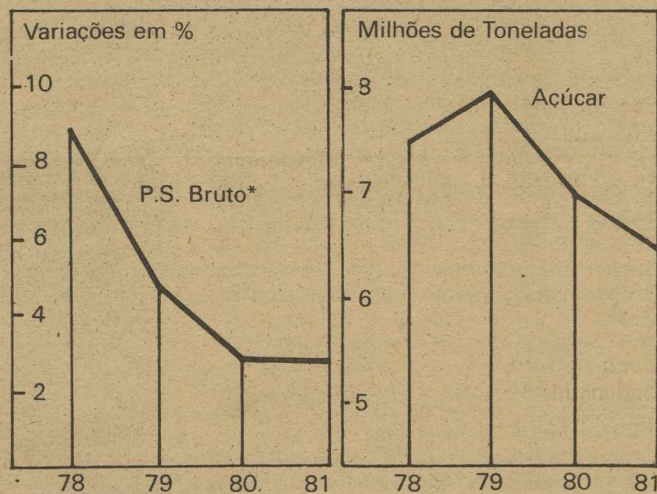
Quando se compara a economia dos países socialistas do Leste europeu e, por outro lado, alguns dos outros países em que foram efetuadas experiências de economia planificada, verifica-se que, em termos do indicador que serve de análise — o produto nacional bruto "per capita", valores de 1977 — Cuba não sai muito favorecida do confronto. Com um rendimento médio de apenas 910 dólares por pessoa, o cidadão cubano viverá bastante melhor que o chinês, um pouco melhor do que na Mongólia, na Coreia ou na Albânia, mas está positivamente distante de países como a República Democrática Alemã, a Checoslováquia, a Polônia ou a URSS.

Evidentemente, há por vezes realidades que estes números não revelam. Publicações da área socialista, por exemplo, sem que ponham em causa os números que referimos, procuram antes mostrar aquilo que eles chamam a **outra face** de Cuba — e surgem então informações muito meritórias, quando em confronto com as que se obtinham num passado não muito distante, acerca da educação, da habitação etc. Não tenho razões para duvidar de que estas melhorias existam.

O passado recente não parece, assim, muito favorável à economia cubana. E o futuro? Se repararmos de novo no Gráfico 1, verificaremos, em primeiro lugar, que a taxa de crescimento do produto social bruto continuou a decrescer, devendo situar-se em apenas 3% no biênio 1980/81, o que é muito pouco, e, em segundo lugar, que a produção de açúcar, a principal riqueza do país, continua também a sua tendência decrescente, passando de 8 milhões de toneladas em 79 para 7 milhões em 80 e presume-se, 6,5 milhões em 81.

Este declínio na produção do açúcar acabará por ter efeitos em cadeia em toda a economia cubana: primeiro, porque impede a importação de matérias-primas e de bens de equipamento; depois, porque estas carências se refletirão na própria produção industrial. Mais de 95% do petróleo de que Cuba necessita vêm da União Soviética, na base de um acordo comercial — troca-se petróleo por açúcar. Mas a União Soviética, como reflexo do que tem vindo a acon-

Gráfico
Evolução do Produto Social Bruto e da Produção do Açúcar



(*) O Produto Social Bruto é igual ao Produto Nacional Bruto deduzido dos serviços
Fonte e previsões: Business Week — Maio de 1980

tecer no mercado petrolífero mundial, pensa aumentar o preço do seu produto em cerca de 13 dólares o barril antes ainda de 1983, o que trará como consequência imediata a necessidade de mais açúcar para pagar o mesmo petróleo.

No meio disto tudo, assume também a sua importância uma certa burocracia interna, que o presidente Fidel Castro tem procurado atenuar. Ainda há pouco tomou um conjunto de medidas destinadas a dar mais poderes aos administradores de empresas e, assim, melhorar a situação no domínio da disciplina, do absentismo e da produtividade. Mas o que acontece é que, em última análise, a motivação pelo trabalho depende da existência, ou não, no mercado, de produtos tais como a geladeira, a máquina de lavar, o televisor — e tudo isto, vindo da União Soviética, é atualmente muito limitado pela fraca produção do açúcar e do tabaco.

Enfim, as perspectivas não parecem ser muito otimistas, já que os indicadores econômico-financeiros disponíveis apontam no sentido de uma certa decadência no curto prazo. Ressalte-se, no entanto, o fato de que, segundo tudo leva a crer, aspectos sociais como a educação, a saúde e a habitação não deverão ser afetados.

(*) Jornalista de O Jornal, de Lisboa

Colaboradores e conselheiro afastam-se de Movimento

Carta de desligamento do conselheiro Luiz Bernardes e de outros colaboradores do jornal em Belo Horizonte

O objetivo desta carta é comunicar o meu desligamento de **Movimento** e expor os motivos desta atitude.

1) A escolha de meu nome, na última Convenção do jornal, para reintegrar seu Conselho de Direção, colocou-me na obrigação de dizer se aceitava ou não esta indicação. Isto porque já havia manifestado pública e claramente (ver **Movimento** "Traiu seu Projeto", na edição nº 262), profundas divergências com os rumos que a direção vinha imprimindo ao jornal. (...) Esta resposta não foi dada antes atendendo a ponderações de companheiros do jornal e da Oposição de que minha indicação e a de outros companheiros, que partilhavam as mesmas idéias para o Conselho de Direção, poderia significar desejo sincero, por parte da direção, de manter um diálogo buscando encontrar as formas e os meios de abrir o jornal, ampliar a democracia interna etc. (...)

2) No entanto, da Convenção até agora, a prática da direção de **Movimento** (...), vem revelando ainda mais sua disposição de continuar estreitando o jornal, de transformá-lo definitivamente num jornal de um pequeno grupo e em briga constante com os fatos e os interesses da oposição democrática e popular (...)

Isto fica claro, em relação a mim e aos colaboradores do jornal em Minas, em duas medidas adotadas recentemente pela diretoria e que visam (...) eliminar do jornal os resquícios de resistência a esta política e desmantelar o trabalho desta sucursal, duramente construído.

A primeira medida foi a minha demissão "sumária" das funções que exercia desde meados de 1977, "camuflada" sob a desculpa de que meu salário seria cortado em função do fim de uma comissão criada para preparar a Convenção. Como se esse salário, embora simbólico, que vinha recebendo desde a fundação do jornal e, mais recentemente em Minas, por exercer a função de chefe da sucursal, se devesse a uma função adicional que exerci durante os debates que antecederam a Convenção. (...) Tal decisão se deu sem que eu, nem os demais companheiros da sucursal, fôssemos previamente consultados. Não tiveram nem a consideração de nos transmitir diretamente e em primeiro lugar: sobemos através de um comunicado geral da diretoria ao conjunto do jornal.

Da mesma forma, uma semana depois (...), sobemos através de outro comunicado geral, que a diretoria resolvera pôr em prática uma decisão da Convenção de "fechar as sucursais", desalugando salas e telefones. Também neste caso, as razões apresentadas são falsas (...). Em primeiro lugar, existia já na época da Convenção apenas uma sucursal a "fechar": a de Minas. Em segundo, (...) as "alegadas" razões financeiras, contraditoriamente, não existem no caso de Minas: desde a sua reorganização, a sucursal tem sido um dos poucos e constantes núcleos rentáveis do jornal dando, inclusive, grande contribuição financeira para a sobrevivência de **Movimento**. Basta dizer que apenas de abril de 1978 a setembro, enviamos para São Paulo um saldo líquido (toda a receita, menos todas as despesas, incluindo salários, alugueis, telefone, envio de jornais etc.) de Cr\$ 943.861,00, portanto, uma média diária de mais de mil cruzeiros como contribuição à sobrevivência do jornal. Finalmente, a versão de que "é melhor trabalhar sem sala e telefone", portanto sem as condições materiais, de tão ridícula não merece nem resposta.

Ao mesmo tempo em que não nos comunicava previamente a decisão, a diretoria do jornal entrava previamente em contato com pessoas em Belo Horizonte que ao longo deste tempo nunca colaboraram com o jornal (ao contrário, em muitos momentos o atacaram abertamente), para "preparar" sua vinda a Belo Horizonte para "fechar a sucursal", revelando claramente que tal "fechamento" visa apenas desalojar da sucursal as pessoas que atualmente a ocupam, para em seguida reabri-la com pessoas "afinadas" com a atual direção do jornal.

3) Portanto para nós, da sucursal de Minas, as razões reais são políticas (...), como é político o significado desta nossa expulsão, na prática, do jornal. Significa que chegou ao ápice um processo iniciado em fins de 1978 visando, ora camuflada, ora abertamente, à mudança da conduta editorial e do caráter do jornal. Assim, a direção deu o passo final para o estreitamento maior do jornal e de sua transformação definitiva em jornal de um pequeno grupo, que o vem usando em função de seus interesses restritos e grupistas, matando definitivamente seu caráter frentista.

As razões reais estão na disposição de continuar defendendo as idéias expressas em meu artigo, já referido, de um jornal frentista de cunho democrático, nacional e popular, adequado às necessidades atuais do país. Neste artigo apontava a grave crise em que o jornal se metera após outubro/novembro de 1978, cujo sintoma mais evidente era a vertiginosa queda de suas vendas em banca, que passaram de aproximadamente 20 mil exemplares a perto de 8 mil na época da Convenção. (...) Apontava também que as razões fundamentais desta crise, ao contrário da direção que achava que eram externas ao jornal (...), estavam no próprio jornal: "na maneira pela qual se conduziu frente à nova situação criada no país, especialmente em sua conduta editorial". Neste sentido, destacávamos quatro aspectos principais: (1).

Para nós, a saída de **Movimento** daquela crise passava inevitavelmente por uma revisão profunda de sua prática naquele período: pela sua reconciliação com os fatos, com a oposição e com seu próprio caráter. (...) Prova disto é que da Convenção até hoje, no que pese a permanência dos fatores conjunturais favoráveis ao crescimento das iniciativas de oposição em compasso com a conjuntura, a tendência à queda em bancas, portanto da influência e do prestígio do jornal, persistiu: caiu dos 8 mil da época para ficar em torno de 4 mil exemplares (...), revelando que o saldo desta política para o jornal foi a perda de mais de 15 mil compradores (o que significa, em termos de leitores, de 45 a 60 mil leitores).

Por outro lado, os métodos utilizados para esta demissão "sumária e camuflada" e para a desarticulação do trabalho da sucursal também não são novidade neste percurso. (...)

4) Por todas estas razões, minha presença no Conselho de Direção, como a minha e de meus companheiros à frente da sucursal de Minas, seria meramente formal. Serviria apenas para ajudar a confundir o verdadeiro caráter atual de **Movimento**, dando a falsa impressão de tratar-se efetivamente de um jornal frentista e de conteúdo democrático, nacional e popular. (...) Não temos a menor influência na determinação de sua linha, nem os canais para fazê-lo. (...) Não pretendemos nos colocar numa posição hostil a **Movimento**; achamos que como um jornal de oposição deve existir e ter o seu espaço. No entanto, achamos que deve assumir claramente sua feição real e, como todo jornal de tendência, deve ser assumido explicitamente pelos que apóiam esta tendência. (...)

5) Finalmente, gostaria de encerrar esta carta lembrando, pela atualidade, as conclusões finais do meu artigo anterior (2).

Hoje, acrescentaríamos mais uma conclusão a esse artigo:

Eu, e os companheiros da sucursal de Minas, continuamos dispostos a empunhar a bandeira de um jornal frentista e com este conteúdo, adequado ao atual contexto do país. Nesse sentido, nos colocamos desde já à disposição daqueles que desejam ir neste rumo: terão todo nosso apoio e colaboração.

Luiz Bernardes e outros (3)
Belo Horizonte, MG

Notas da Direção de Movimento:

Realizamos alguns cortes na carta de Luiz Bernardes, para colocá-la num tamanho próximo a 4 laudas, que é o tamanho de nossa carta, como havíamos acertado com ele. Cortamos:

(1) "quatro aspectos principais" dos erros do jornal, onde ele repete exatamente trecho que já publicou em **Movimento**, quando lhe demos espaço maior que a qualquer outra pessoa do jornal (edição de 7 a 13.7.80). Esses supostos erros são também repetidos na própria carta atual: "**Movimento** é jornal de tendência", "está contra os fatos" etc.;

(2) "três conclusões finais", pela mesma razão anterior;

(3) um adendo a sua carta feito por ele e um conjunto de colaboradores do jornal, que se transformaria na realidade em nova carta (76 linhas). Nele são repetidas as críticas de Bernardes.

Mantemos no entanto o nome das pessoas que subscrevem sua carta e que são: Suzete França (chefe de assinaturas); Aluísio Morais, Vilma Fazzito, Edméia Passos, Antônio L. Camargos, Murilo Albernaz, Maria do Rosário Amaral, Glucina Santiago (colaboradores na área de redação); Vicente Carri Jr., Miguel C. Queiroz, Ananias J. Freitas, Rogério Gonzales, Cristina Nunes, Olinto Ferreira, Mário e José Reinaldo (Juiz de Fora); Manoelina D'Arc e Eládio (colaboradores na área de vendas).

Resposta da direção de Movimento, aos que se afastam

Não se pode pretender que a direção do jornal acate uma proposta derrotada na sua convenção nacional.

1 - Bernardes e os que endossam sua carta afastam-se de **Movimento** por motivos políticos, eles bem o dizem. São divergências profundas e antigas. Bernardes mostra que, já em junho do ano passado — quando o jornal abriu um debate inclusive interno quanto aos rumos a seguir — ele mostrara divergências essenciais com a orientação editorial de **Movimento**. Ele dizia, então, que **Movimento** estava "em choque frontal com os acontecimentos", tornara-se "um jornal de tendência", "a serviço de um pequeno grupo", tinha "um tom anti-PC do B" etc. ...

A Convenção Nacional de **Movimento**, em julho passado, foi o momento de resolver as divergências levantadas naquele debate. E, é claro, a Convenção teria de optar entre a direção proposta por Bernardes e a que era defendida por vários outros, já que eram propostas antagônicas.

A definição do rumo a ser seguido foi a primeira e a mais longamente debatida das questões na Convenção do jornal no dia 19 de julho, que reuniu 64 representantes das áreas de trabalho de **Movimento** em 11 Estados. Neste debate, como o leitor pode rever no relato feito em nossa edição de 28.7 a 3.8.80, a única proposta de mudança de orientação com críticas frontais à linha do jornal teve apenas 3 votos; a proposta que aprovou a linha imprimida a **Movimento**, teve 37 votos!

Ora, se esta foi a decisão da Convenção, como Bernardes pode ter tido a ilusão de que, por uma ou outra via, nós passássemos a seguir suas opiniões, tão fragorosamente repudiadas pela maioria? Ao contrário do que ele gostaria, a atual equipe de **Movimento** está cada vez mais convencida de que o rumo que segue é exatamente aquele apontado pela proposta vencedora na Convenção: **Movimento** baseia-se na realidade objetiva, opõe-se ao regime militar, leva em conta suas modificações reais nos últimos tempos, publica todas as opiniões relevantes, é um jornal de frente, defende os interesses democráticos e populares e está ao lado do movimento popular nesta sua fase de ascenso.

2 - Bernardes aponta a seguir várias causas adicionais para sua saída. Não tem razão em nenhum dos pontos que levanta:

- Desde maio de 80 ele recebia 12 mil cruzeiros por mês (muito, para os padrões de **Movimento** na época) e sua tarefa era realizar a campanha de venda de assinaturas especiais e de subscrição de ações que foi feita paralelamente ao debate de nossos 5 anos. Desde aquela época, **Movimento** não tinha mais um só chefe de sucursal que recebesse pela tarefa específica de ser chefe. Isto porque, já há tempos, a direção e a maioria do jornal se convenceram de que é impossível — no nível dos recursos atuais de **Movimento** — manter estruturas mínimas e eficientes de sucursal (chefe, setor de vendas, setor de redação e administração, ou seja, no mínimo 5 pessoas) fora de São Paulo. Bernardes, no entanto, sempre discordou dessa orientação. E, além disso, nada fez pela campanha especial; enquanto o jornal, como um todo, vendeu 1,6 milhão de cruzeiros em nova subscrição de ações, ele não vendeu uma ação sequer, por exemplo.

Por esse motivo, após a campanha, o salário de Bernardes foi cortado. Aliás, tentamos cortar seu salário porque, absurdamente, ele reteve sempre em BH o correspondente à sua remuneração. Reteve, além disso, as prestações de contas mensais de vendas de assinaturas do jornal por períodos de até 90 dias! Ao sair do jornal, chegou a realizar descontos de despesas injustificáveis, como o pagamento de trabalhos para distribuição de edições de **Movimento** em BH, quando estas edições não foram distribuídas!

- A decisão de fechar a sucursal de BH é da Convenção: aqui, portanto, Bernardes

se insurge de novo contra a decisão coletiva. Na Convenção de julho foi aprovado, por todos os votos menos duas abstenções, "reestruturar a área de vendas, eliminando as estruturas fixas de tipo sucursal e adotando os modelos implantados no Rio, Campinas e Londrina". E se chegou a essa conclusão exatamente porque são falsas todas as afirmações de Bernardes quanto à rentabilidade da sucursal de Minas. Bernardes diz na carta que "de abril de 78 a setembro", não se sabe de quando, a sucursal teria enviado para São Paulo 1 mil cruzeiros por dia, líquidos; portanto, 30 mil por mês. Não é possível comparar a sua contabilidade com a nossa porque, por absurdo que possa ser, Bernardes sempre insistiu em manter uma contabilidade com alguns critérios unilaterais. Comparemos, no entanto, com nossos dados, que não diferem qualitativamente dos dele, o desempenho, em 1980, da sucursal de BH com o da equipe de vendas de uma cidade como Londrina — sem sala, sucursal, telefone ou chefe — e com o de um único vendedor de **Movimento** que opera na Zona Sul de São Paulo, junto ao movimento popular da região: enquanto BH enviou para **Movimento**, por mês, uma média de 20,07 mil cruzeiros, Londrina enviou 41,6 mil e o vendedor da Zona Sul, sozinho, enviou 16 mil por mês.

Diante desses números, ridícula é a afirmação de Bernardes de que a operação da sucursal de BH era o modelo a ser adotado! Como dissemos a ele várias vezes: nos níveis de operação atual, a estrutura de sucursal em Belo Horizonte servia apenas para promover reuniões, tornar-se um centro político ligado à sucursal, mas sem dar resultados concretos para o jornal, e antes dificultando a sua sobrevivência.

— Também não é verdade que a diretoria do jornal tivesse entrado em contato prévio e paralelo com grupos de BH para substituir Bernardes e sua equipe e fechar a sucursal. Como a Convenção havia deliberado, a direção de **Movimento** enviou duas pessoas a BH para explicar aos amigos e colaboradores do jornal as decisões gerais, entre as quais a do fechamento da sucursal. Antes que os dois chegassem a BH, no entanto, Bernardes distribuiu uma carta a todos os assinantes do jornal, sem avisar a direção, comunicando sua decisão de afastar-se e fazendo violentas críticas ao jornal. Para a direção, ele comunicou que estava saindo e que com ele sairia toda a equipe. Nestas condições, as pessoas encarregadas de ir a BH entraram em contato com várias pessoas de lá, convidando-as para discutir com a sucursal, tanto a saída dos antigos colaboradores como a formação de uma equipe para substituí-los. Tanto a verdade é o oposto do que Bernardes fala, que a carta que ele reproduz agora em **Movimento** é exatamente cópia reduzida e atualizada da que enviou a todos nossos assinantes. As reticências de que o texto está cheio (...) indicam exatamente os cortes feitos por ele naquele texto inicial.

- Finalmente, Bernardes erra também ao dizer que, da Convenção até agora, o jornal tenha caído de 8 mil jornais de venda em banca para 4 mil, num momento em que a tendência seria para uma elevação. Todos os jornais da imprensa democrática e popular tiveram graves perdas de venda em banca nesse período; em virtude das ações terroristas! Entre julho e outubro do ano passado, período para o qual temos resultados de vendas quase finais, a média de venda de **Movimento** foi de 5.772 jornais. Mas Bernardes omite um dado essencial: nesse período, nossas vendas de assinaturas tiveram uma subida espetacular de quase 50%, salvo em locais como BH. O que mostra que quem colabora para tentar destruir trabalhos de frente como o de **Movimento** é quem age como Bernardes.

A DIRETORIA DE MOVIMENTO

IMPRENSA

Os métodos é que obscurecem o debate

Companheiro não respondeu à Hora do Povo

Em carta publicada na página 23 da edição passada de **Movimento** o leitor J. Lopes, do Rio de Janeiro, criticou este jornal por ver nele "tendências a indefinição" política, — desvio que poderia "levá-lo a se transformar numa IstoÉ de 'esquerda' e/ou em 'consciência crítica' da esquerda e da oposição operária e popular. Como exemplo citou uma nota de minha autoria publicada na edição n.º 285 sobre divergências surgidas entre os jornais alternativos **Hora do Povo** e **Companheiro** após as eleições da UNE.

J. Lopes critica **Movimento** porque nessa nota os jornais em disputa "são praticamente colocados em pé de igualdade", o que seria inaceitável porque os apoiadores do **Hora do Povo** agrediram membros da oposição metalúrgica de São Paulo, porque esse jornal apóia a invasão do Afeganistão e ataca a luta dos trabalhadores poloneses, enquanto o **Companheiro**, apesar de "divergências com algumas de suas propostas", apóia as iniciativas do sindicalismo autêntico e "de maneira alguma incorporou a corrente e o porrete" como método de luta dentro da oposição. Para J. Lopes, "**Movimento** não só ficou em cima do muro, ficou acima das divergências e dos interesses do movimento popular".

Ora, a nota criticada não poderia servir como base para a tese do leitor J. Lopes de que **Movimento** tende à indefinição política. A nota —

muito curta, por sinal — pretendia apenas relatar ao leitor a divergência que opunha dois jornais alternativos naquele momento, sem entrar em detalhes sobre as demais divergências que dividem esses jornais e mesmo a esquerda brasileira — o que exigiria muitas pesquisas e análises que jamais poderiam ser publicadas no espaço de uma nota.

Apesar da argumentação de J. Lopes, é inegável que, no caso específico da disputa relatada, um leitor não preconceituoso dos dois jornais esteve impedido de chegar a qualquer conclusão definitiva sobre qual parte tinha mais razão, principalmente porque o **Companheiro** deixou de responder às graves acusações do **Hora do Povo**. Se é verdade que este jornal tem tradição de mentir e de utilizar métodos escusos na luta política, como tentou demonstrar o jornal **Companheiro**, só isto não basta para invalidar todas as denúncias que formula, nem mesmo todas as análises e campanhas que faz.

Ao deixar de responder as acusações do **Hora do Povo** e ao igualar-se a este jornal no baixo nível político da disputa (na base de "meliantes" versus "meninos desmamados"), **Companheiro** perdeu (ele sim e não o redator de **Movimento**) a oportunidade de diferenciar-se do **Hora do Povo**.

Antônio Carlos Ferreira

REAJUSTES SEMESTRAIS

Se o FMI exige, os operários irão perder

Lendo o artigo sobre a exigência do FMI da eliminação dos reajustes semestrais dos salários, fiquei desolado e ao mesmo tempo indignado com o nosso Governo. E levando em consideração a performance do Sr. João Figueiredo em casos como esses, acredito que os reajustes realmente irão ser eliminados, se isso for realmente uma das exigências do FMI. Depois de greves e lutas o operário vai perder tudo pelo que lutou.

Marcos José Garlini
Capital, SP



PROFESSORES/SP

Sindicato faz assembleia fantasma

Com apenas 53 votos, em uma assembleia com 76 participantes, a direção do Sinpro (Sindicato dos Professores de S. Paulo) realizou uma assembleia no dia 23 de dezembro, que deu poderes à diretoria do Sinpro para negociar e decidir o acordo salarial de 1981.

A categoria tem cerca de 30 mil integrantes; por isso, representantes de entidades dos professores enviaram uma carta à Delegacia Regional do Trabalho (cujo resumo segue abaixo), denunciando o presidente do Sinpro, prof. José Leopoldino de Azevedo e pedindo o cancelamento da "assembleia-fantasma" do dia 23.

Os trechos principais da carta são os seguintes:

1) A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para tratar do acordo salarial a ser celebrado com os sindicatos patronais para o ano de 1981, sendo portanto de fundamental importância para a categoria dos professores;

2) Nessa Assembleia a Diretoria do Sinpro procurou adquirir poderes especiais para negociar o novo acordo salarial;

3) A Assembleia foi convocada através de edital publicado no **Diário do Comércio e Indústria**, na edição de "sábado, 20 e segunda-feira, 22 de dezembro de 1980", que só circulou (como é de praxe) na segunda-feira, dia 22 de dezembro;

4) A Assembleia foi realizada no dia 23 de dezembro de 1980, portanto no dia subsequente ao da circulação do jornal que continha o edital de convocação;

5) Durante a Assembleia, alguns presentes tentaram levantar a questão do prazo da convocação, questão que não foi aceita pela mesa;

6) Os abaixo-assinados tentaram recorrer à Diretoria do Sinpro, não o fazendo por se encontrar o Sindicato em período de férias coletivas.

Isto posto, Senhor Delegado, solicitamos a V.Sa. o obséquio de tomar providências para considerar sem efeito essa Assembleia, pelos vícios observados na sua convocação; solicitamos ainda, providências para a convocação de outra Assembleia, de conformidade com as normas e princípios legais.

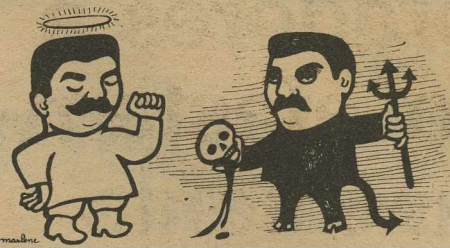
Hernani Facundo Leite, Chica Hatakeyama
Guimarães, Eduardo Adolfo Terrazzan e
Orlando Joia, Capital, SP

Jardim de Infância

Casa da Vovó

Um Jardim de Infância que seus filhos nunca vão esquecer, como a casa da Vovó: grande área verde, animaizinhos mansos, pequeno museu de ciências naturais, para desenvolver o gosto pela educação livre e próxima da natureza. As matrículas já estão abertas para maternalzinho, maternal e pré-escolar. Venha nos visitar.

Rua Domingos Vieira, 330 - Sta. Efigênia - fone: 224-0815 - BELO HORIZONTE.



COMUNISMO

"Quais foram os erros cometidos por Stálin?"

O n.º 284 de **Movimento** trata dos Processos de Pequim, relembra os célebres processos de Moscou da década de 1930 e inclui a opinião do ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, que conclui dizendo que os processos de Moscou foram inteiramente diferentes, "embora tenham aspectos criticáveis".

Não me preocupo aqui com a questão da comparação entre as duas séries de processos, que me parecem ter notáveis diferenças. Gostaria que Aldo (cuja opinião, que tenho lido em **Movimento**, dão uma contribuição muito positiva para o esclarecimento dos rumos da oposição operária, popular e democrática) dissesse quais são os "aspectos criticáveis" que ele vê nos processos de Moscou, na União Soviética de Stálin e — se possível — na política de Stálin de um modo geral; se é que houve erros. Quais foram os erros cometidos por Stálin? Peço desculpas, mas é que não aguento mais ouvir dizer que Stálin "cometeu erros, mas..." trata-se de segui-lo e celebrá-lo sem saber que erros foram esses. E as críticas trotskistas e krushevistas, na minha opinião, no geral são erradas.

Manuel Andrade
Salvador, BA

MOVIMENTO

Votos de Feliz Natal e um Bom Ano Novo

Movimento recebeu, retribui e agradece os votos de Feliz Natal e Próspero Ano Novo recebidos de:

Antonio Carlos (vereador, RJ), Altino e Josy, Audálio Dantas (deputado), Carlito Maia, Centro Cultural Prof. Cicero Barbosa Lima Jr. (Ituverava, SP), Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular (PB), Chrysler do Brasil, Coopersucar-União, Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas (Rondonópolis, MT), curso Pré-Vestibular Unificado Ltda, Ednalva e José Louzeiro, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de S. Paulo, Federación Latinoamericana de Trabajadores de Prensa (Buenos Aires, Argentina), Fernando Moraes (deputado), Francisco Gimenez (vereador, São Paulo, SP), Goro Hama (deputado), Joaquim P. Dutra da Silva, **Jornal da Cidade** (Recife, PE), José Américo da Silva Almeida, José Eud Antunes (Abril Cultural e Industrial S/A), José Eudes (deputado), José Frejat e senhora (deputado), José Maria de Souza Dantas (presidente da Coordenação de Estudos e Pesquisa Linguístico-Literários da SUAM), Leonilda Maria Preissler (Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí, RS), Literarte (BA), Mauro Bragato (deputado), Osmar Perrotta Jr, Pastoral Social, Pastoral da Terra, D. Pedro Paulo Koop, M.S.C. (bispo de Lins, SP), Núcleo de Atibaia (SP) do Partido dos Trabalhadores, Raymundo de Oliveira (deputado), Ricardo Brandão (Movimento Mato-grossense pela Anistia e Direitos Humanos), Santilli Sobrinho (deputado), Sérgio Santos (deputado), Toca — Administração de Bens S/C Ltda, Xerox do Brasil e Wellington Moreira Franco (prefeito de Niterói, RJ).

Nem vem!
Não vê que estou lendo MOVIMENTO?

81

Esteja bem informado o ano inteiro.
Assine MOVIMENTO*

(*) Você ainda receberá grátis o livro "ABC do Entreguismo"

BIANUAL - Cr\$ 4.200,00 ANUAL - Cr\$ 2.700,00

Nome Idade

Endereço Telefone

Cidade Estado CEP

Estou enviando o cheque n.º pagável em São Paulo, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Preço da Assinatura no exterior: anual - US\$ 100, bianual - US\$ 200. Para a América Latina, anual - US\$ 85; bianual - US\$ 170. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para Conta Postal CCP: 778-46 S.M. Simões Villaschi ou M. Torres - Paris - France.

TELEVISÃO

Novelas do tempo em que ainda havia vida "inteligente" na Globo

Saudades dos anos 60, ainda vá. É até moda. Mas quando eu me pego com saudades de 76, 77, começo a ficar preocupada: será que as coisas estão tão pretas assim? Será que só dá pra arriscar grandes vôos — para trás? Não acho que seja o caso; mas esse tipo de pessimismo começa a tomar conta de quem vê muita televisão. A tevê, que já foi o espelho do utanismo nacional hoje dá bandeira da crise de perspectivas, de ideologias, de lideranças — etc.etc. — que nos assola. Bandeira do cinismo dos fazedores-de-cabeça oficiais. Prá quem quiser ver.

Acontece que a **Globo**, enquanto "remaneja" seus seriados nacionais, começou a preencher o horário das 22 horas com condensações de antigas novelas ("as grandes"... eles dizem) da tia Janete, o que permite duas comparações: primeiro, fica muito evidente que a condensação da novela cria quase uma outra obra, qualitativamente falando. Outro pique, outra proposta de envolvimento do espectador, permite até um pouquinho de senso crítico na medida em que não dilui no tempo do cotidiano as contradições que ela mesma propõe. Enfim: novela curta é outra coisa, muito diferente do que estamos acostumados a ver. Segundo: em se tratando da mesma autora da atual novela das oito, **Coração Alado**, permite uma comparação da qualidade que é arriscada para a emissora. Porque a decadência é chocante. Ou pensando melhor: é chocante a comparação de uma novela da fase "inteligente" da **Globo**, com uma novela da fase decadente.

No caso, **Duas Vidas** (1977) vs **Coração Alado** (08/81). "Fase inteligente" — momento em que a **Globo** tentava ganhar adesão de um público-consumidor que lhe faltava: parcelas letradas da classe média, juventude urbana ligeiramente politizada, ligeiramente insatisfeita com a ditadura, ligeiramente antitelevisão. As novelas ousaram um pouco. A forte censura permitia aos grandes veículos da indústria cultural jogar um papel ambíguo, meio "ao lado do povo", já então descrente do milagre e de saco cheio da repressão. Os versinhos de Camões no **Estadão** pareciam esconder grandes revelações revolucionárias; as novelas, então no auge do populismo, pareciam defender os oprimidos.

Duas Vidas, como outras do período 73-77 (**O Bem Amado**; **Gabriela**; **O Casarão**; etc.) tinha um certo vigor que agora, só quatro anos depois, me surpreendeu. Muita cena de rua, por exemplo (em **Coração Alado** a rua é só pano de fundo para a passagem dos

automóveis). Muita gente batalhando a sobrevivência: Leda Maria (Betty Faria), Dino César (Mario Gomes), Valdo (Luiz Gustavo) e outros. E mais: os problemas afetivos e emocionais dos personagens tinham alguma relação com os fatos da vida social, o que hoje me parece totalmente surpreendente. Em **Duas Vidas** os conflitos são deflagrados porque as obras do metrô vão destruir uma rua tradicional do Catete, desestruturando consequentemente as relações entre os moradores que já estão adaptados a convivência com a vizinhança, às relações de solidariedade mútua — pois é, tem até isso de solidariedade humana na novela. Gente se dando força, apoiando os fracos contra os opressores, essas pequenas coisas incríveis que a tevê **Globo** banuiu de suas novelas desde que Gilberto Braga, em **Dancing Days**, descobriu que a sedução do luxo é mais moderna, mais mistificadora e — sobretudo — possibilita merchandising mais caro. Ou desde que a "abertura" forçou o sr. Roberto Marinho a mostrar mais claramente de que lado sempre esteve.

Coração Alado, por sua vez (como **Água Viva**, só que um autor menos esclerosado que Janete Clair consegue fazer essas coisas com mais charme) é uma novela desfibrada. Tudo se passa em interiores tão luxuosos, tão rococós, que os objetos passam a despertar mais interesse que as histórias numanas para as quais são cenário. Tudo é burguesia, a não ser os personagens "pitorescos" (Maria-Faz-Favor e a família), coitadinhos. E quem não é burguês, vive como tal, prá não destoar — a família de Juca Pitanga por exemplo. E o que é mais chato — tudo é "psíquico". Os conflitos só se fundamentam em neuroses, pirações, neurastenias e outros falsos psiquismos dessa gente que vive num limbo intocado pelas determinações da vida da história.

"Fase decadente" é isso aí — é não ter mais histórias prá contar. E ter que pintar demais a cara antes de se olhar no espelho porque senão a imagem é insuportável. A sedução da **Globo** não tem mais base econômica, não tem mais discurso ideológico de apoio porque nem os discursos de fim de ano do presidente convencem mais ninguém. **Duas Vidas** não era um épico; foi uma novelinha como outras da época. Mas não precisava pedir desculpas por existir. **Coração Alado** por sua vez só tem uma razão prá se sustentar no ar: é que a indústria cultural continua nas mãos de quem já não tem mais nada a dizer.

(Maria Rita Khel)



Os laboratórios podem produzir ratos geneticamente iguais

CIÊNCIA

Os clones vêm aí, breve

A ficção científica é um gênero perseguido: volta e meia os cientistas dão um passo a mais em seus conhecimentos e lhes roubam uma parte de seus temas, tornando-os realidade pura e simples. No campo da genética então — ciência que vem dobrando seus conhecimentos a cada dois anos — esse espólio é ainda maior. Pois os professores Karl Illmensee, suíço, e Peter Hoppe, americano, acabam de realizar um assalto dessa espécie, obtendo pela primeira vez uma "duplicata" genética em mamíferos (ratos): um resultado espetacular que faz parecer menos absurda a profecia da Rand Corporation, segundo a qual em 2.025, em menos de 50 anos, já será possível produzir seres humanos em escala industrial, em fábricas.

Isso será possível quando se obtiver controle completo das técnicas de clonagem, a reprodução completa de um indivíduo a partir de uma de suas células. A clonagem já foi realizada em espécies inferiores — mais simples — primeiramente em vegetais, onde já se tem habilidade suficiente para produzir centenas de milhares de plantas a partir de uma única semente.

Há 25 anos, a clonagem foi realizada em animais, sendo o resultado mais interessante a "duplicação" de rãs obtida pelo cientista americano John Gurdon em 1963. De lá para cá as técnicas complexas e trabalhosas da clonagem têm sido desenvolvidas, sem que no entanto, se chegasse à sua aplicação nos mamíferos — seres mais complexos que os batráquios, rãs e girinos mais utilizados anteriormente. A dificuldade com os mamíferos são de duas ordens: as pequenas dimensões e a fragilidade dos óvulos gerados pelas fêmeas, e as técnicas de reimplantação dos óvulos fecundados e "manipulados" na "mãe", na barriga da qual esses óvulos vão se desenvolver.

Cada célula do corpo humano, de um rato ou de qualquer outro ser vivo contém em seus genes todas as informações necessárias para "montar" todo o indivíduo. Dentro de um "corpó", a célula tem uma função específica, isto é, "trabalha" apenas com os genes necessários a uma determinada função: por exemplo, soldar um osso quebrado, garantir que o cabelo de uma pessoa seja loiro e não escuro, produzir uma substância chamada insulina que evita o excesso de açúcar no sangue etc.

Quando o espermatozóide se junta ao óvulo no ventre da mãe, cada um contribui com metade dos genes de um novo indivíduo, formando uma célula única completa. Depois essa célula se parte em duas, quatro, oito e assim por diante, e inicialmente todas são semelhantes no sentido de que realizam as mesmas funções. Só depois é que passam a realizar tarefas específicas e a montar as diversas partes do corpo. Esse processo é chamado de "diferenciação celular", e é em grande parte desconhecido apesar de muito importante para se saber como se desenvolve um ser vivo: o grande desafio da biologia genética há longos anos.

A idéia da clonagem é reproduzir um indivíduo adulto colocando uma de suas células no lugar do óvulo fecundado e obrigando-a a funcionar como se não fosse diferenciada (porque nesse caso ela continuaria a realizar apenas a sua função específica e não (produziria um indivíduo inteiro). Woody Allen usou a idéia da clonagem para obter excelentes efeitos em seu filme "O Dorminhoco", onde um grupo fascista tenta ressuscitar um ditador dinamitado, do qual sobrou apenas o nariz, do qual eles esperam retirar uma célula e "clonar", isto é, duplicar o político admirado.

A experiência agora realizada não chega até aí. Os professores Illmensee e Hoppe conseguiram reproduzir apenas a célula de um embrião de rato e não de um rato adulto. No caso dos batráquios, a equipe do professor Gurdon na Universidade de Oxford, EUA, conseguiu reproduzir girinos utilizando como células "doadoras" as células do intestino de um girino adulto. No caso dos mamíferos, apenas há três anos Illmensee e Hoppe conseguiram desenvolver uma técnica fundamental em seu trabalho, agora utilizada.

Segundo a correspondente do **Le Monde** em Nova Iorque, Nicole Bernheim, a descrição desta experiência será publicada na próxima edição da revista americana **Cell**. A jornalista nos dá um resumo. O que Illmensee e Hoppe fizeram foi conseguir um casal de ratos, cruzá-los e esperar que o óvulo da fêmea fosse fecundado. A técnica desenvolvida pelos dois cientistas permitiu então que eles retirassem o óvulo da fêmea antes que os genes do macho se juntassem aos da fêmea e completassem a célula inicial de um novo ser: o filhote. Os genes de ambos foram então extraídos do interior do óvulo e em seu lugar foram colocados os genes (completos) de um rato completamente diferente, que foi assim reproduzido em lugar do filhote. Os genes utilizados foram extraídos de um embrião no estágio conhecido por "blastocisto", em que pela primeira vez aparecem células diferenciadas. Este é o limite da experiência que não permite caracterizá-la como uma clonagem (por enquanto, portanto, ainda no reino da ficção científica).

O **New York Times** explica que foram feitos no total 542 transplantes e apenas 142 casos puderam resistir às manipulações. Um mínimo de 16 embriões aparentemente mais normais foram reintroduzidos no ventre de uma "mãe" e desenvolvidos até o nascimento. Com a experiência se obtiveram três ratos, duas fêmeas e um macho, com numerosas características dos ratos que forneceram os genes, mas nenhuma dos ratos que forneceram o óvulo ou da "mãe".

Se a clonagem completa não foi feita, a experiência tem ainda um grande valor, como disse François Jacob, Nobel de medicina, para "compreender como a partir de uma única célula — o óvulo fecundado — emerge um animal com células tão diferentes como as células nervosas, da pele, do sangue, do rim, etc".

MULHERES

Os 12 mandamentos da opressão

As pressões e humilhações que — regra geral — costumam sofrer as mulheres casadas chegaram a um estranho paroxismo em Fortaleza, no Ceará.

Ciúmes e interesses levaram o gerente do setor de máquinas do Bradesco, para os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, Raimundo Moreira a exigir que sua mulher, Celizete Ribeiro assinasse uma absurda tábua de mandamentos, onde ela se comprometia a pautar sua vida, seus negócios e seus pensamentos por regras estritas estabelecidas por ele.

Celizete, conforme informações de sua família, tentou obstinadamente cumprir o acordo, mas acabou suicidando-se, colocando álcool na roupa e ateando fogo.

Segundo o texto, registrado em cartório, Celizete deveria cumprir cláusulas totalmente absurdas que ferem frontalmente os mais elementares direitos humanos. Vale a pena transcrever na íntegra o acordo:

"Nunca lhe ofender (ao marido) com palavras ásperas. Não realizar negócio algum sem sua devida autorização. Durante sua ausência, por motivo de viagem a serviço do banco, não sair de casa a passeio por qualquer motivo, tais como para a praia, cinema, festas em clubes ou residências. Cumprir todas as obrigações de uma dona-de-casa, tais como: cozinhar, providenciar roupas para que estejam sempre em condições normais de uso e manter a casa sempre arrumada, inclusive os alimentos comprados nos dias necessários. Nunca mais tomar atitudes de ir embora, a exemplo da tomada no dia 11/09 80, pelo vôo 163 da Vasp, no horário das

17,30. Transferir todo o patrimônio que estiver em seu nome para o marido, não podendo desta data em diante comprar nada no seu próprio nome. Em caso de ser empregada em qualquer atividade empresarial, o seu ordenado, depois de tirada determinada quantia para compras de objetos de uso pessoal com a devida autorização, será entregue ao seu marido para a garantia do futuro do casal. Sempre reconhecer a autoridade do marido em qualquer ocasião. Não reclamar o horário de saída ou chegada do marido de que não lhe seja dado conhecimento. Não levar problemas de família para perturbar o sossego do casal. Não dar nenhuma ajuda financeira para a família afora o permitido. Não emprestar nada que pertença ao casal para parentes, amigos ou estranhos, sem a legítima permissão, nem vender objetos sem autorização.

Obs. Todos os itens do documento deverão ser cumpridos rigorosamente pela referenciada."

Mas como se não bastasse esse absurdo contrato, o bancário Raimundo Moreira conseguiu registrar em cartório também uma procuração onde sua mulher lhe concedia amplos poderes para administrar sua casa comercial, podendo, entre outras coisas, comprar e vender mercadorias, pagar e receber contas; tomar saques, depositar e levantar dinheiro em bancos. Ou seja, um mais completo golpe do baú, baseado numa espécie de posse do corpo e da alma de sua mulher. Até agora não há nenhuma espécie de processo contra Raimundo Moreira, que continua normalmente a serviço do Bradesco.

“Os dissidentes soviéticos pensam que o escritor pode virar o mundo de pernas para o ar. Creio ser essa a razão do problema dos dissidentes na União Soviética” ...

P: A eficácia de uma greve como essa depende da importância que a sociedade concede ao escritor. Você crê que é justa ou exagerada a consideração social de que gozam os escritores?

R: Tenho a impressão que essa importância não é bem a sociedade que dá, mas os próprios escritores. Nós escritores nos consideramos uma espécie de animais sagrados e exigimos privilégios, às vezes maiores do que realmente merecemos. De qualquer maneira, alguma importância tem o escritor para a sociedade, embora não chegue ao extremo, por exemplo, dos soviéticos que pensam que um escritor pode virar o mundo de pernas para o ar. Creio ser essa a razão do problema dos dissidentes na União Soviética. O governo soviético tratou muito mal esse problema. Se o houvesse abordado com mais tato, com mais sabedoria política, provavelmente hoje ele não existiria. Normalmente se acredita que o sistema soviético não tem um grande apreço pelos escritores dissidentes; eu acredito no contrário, que eles supervalorizam a importância da literatura; crêem realmente que um escritor inconformado com seu livro pode modificar todo um sistema de transformar a sociedade. No fundo eles têm um enfoque idealista.

P: Você não acredita então, que exista uma relação essencial entre literatura e dissidência, que um bom escritor deva sempre desafiar o poder, em qualquer das formas que ele se apresente?

R: De certo modo toda grande literatura é subversiva e o que se está vendo agora, com as sociedades novas, é que provavelmente essa posição do escritor continua. O escritor tem que dinamizar, que empurrar, mas o que acontece é que é muito difícil saber qual o limite de sua atuação.

P: Como é que você crê que deveria ser essa dinamização? No plano da forma ou do conteúdo? Com outras palavras: uma literatura que revolucione a própria literatura, que destrua as escleroses formais da linguagem, ou uma literatura que comunique conteúdos subversivos, que desperte consciência política, que incite o leitor a transformar a realidade?

“Na América Latina é tão urgente mudar a sociedade, que nada é mais relevante que o trabalho político”

R: Eu creio que o único compromisso real de um escritor é a realidade. Na medida em que reflete essa realidade de um modo crítico e tratando também de revolucionar a linguagem, o escritor será um revolucionário. E eu acredito que ele poderá sê-lo sob qualquer sistema. Mas há muito idealismo em tudo isso. Por exemplo, é costume pensar que uma revolução, apenas por ter acontecido, tem que dar imediatamente como resultado uma nova literatura, novas formas de arte. Eu acredito que não, acredito que leva tempo. Uma mudança social não implica necessariamente uma mudança cultural imediata. O pior que se pode fazer é esquematizar, fazer a teoria preceder a realidade. Não tenho nenhuma dúvida de que toda literatura, toda criação artística, é um produto social, mas a criação literária propriamente dita é também um trabalho individual que está condicionado por mu-

tos fatores. Por exemplo, há muito trabalho inconsciente na criação literária. Eu não creio nesse mecanicismo de dizer: “Bem, vou me sentar e fazer uma literatura revolucionária”. Na América Latina tem acontecido muito voluntarismo literário desse tipo, mas agora está passando, está começando a haver um equilíbrio nesse sentido.

P: Na sua praxis criativa, você assume esse aspecto inconsciente ao qual aludia, como algo inevitável ou procura clarificá-lo de alguma maneira e convertê-lo em consciente? Quero dizer, interessa de alguma maneira ao seu trabalho a psicanálise ou as técnicas que podem clarificar de alguma maneira os motivos inconscientes de sua elaboração criativa?

R: Se me interessasse seria, de qualquer maneira, um interesse completamente distinto do interesse criativo. Mas a verdade é que não me interessa muito. Prefiro não ler as críticas que pretendam explicar ou racionalizar meus livros. E o prefiro porque creio que esse aspecto inconsciente da criação deve permanecer assim: intocado. Não me agrada que me dêem as chaves das minhas obsessões.

A imaginação, em todo caso, não é mais do que um instrumento de elaboração da realidade. Eu não creio na fantasia, sou contra a fantasia, compreendendo por fantasia a invenção pura e simples como a de Walt Disney, que é a mais detestável que pode haver.

P: Você aceitaria a definição de sua literatura como uma intenção de ampliar os limites do verossímil?

R: Claro, sim. Sem me transformar num filósofo de esquina, eu acredito que a realidade vai muito mais longe do que indicam simplesmente os sentidos e a razão, o que se pode notar constantemente em fenômenos como a telepatia ou as premonições. Trabalhei muito nos meus livros nesse sentido. Pense, por exemplo, nos poderes do Coronel Aureliano Buendia em “Cem anos de solidão”. Eu o fiz simplesmente à base de experiências. Na sociedade onde nasci e me criei, no Caribe, onde o elemento negro é muito forte e a força da superstição e de credências em espíritos sobrenaturais é muito maior, não resta dúvida de que há vários pedaços da realidade que permanecem cientificamente inexplorados e que no momento o melhor instrumento para explorá-los é a literatura.

P: Já que você citou a negritude, acredita que os resíduos das culturas primitivas, ancestrais, não racionalistas, interferem de algum modo em seu trabalho como escritor?

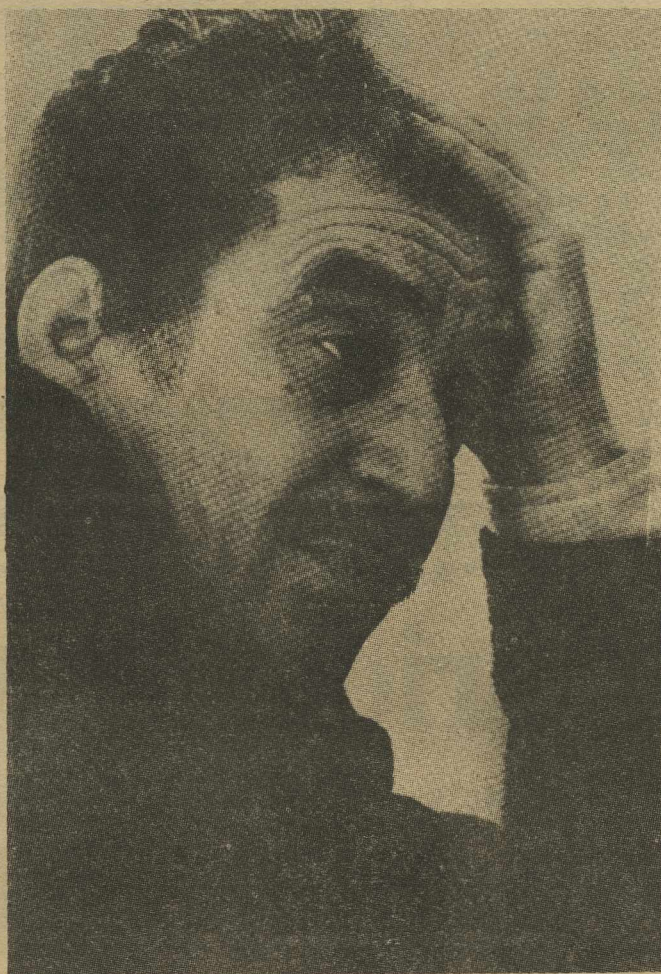
R: Interferem na medida em que condicionam a sociedade que eu conheço melhor e por conseguinte também meu trabalho. Há dois anos, por exemplo, fui a Angola por razões puramente profissionais, porque me interessava jornalisticamente o que ali estava ocorrendo e tive uma surpresa, porque encontrei à flor da terra minhas próprias raízes. Vi na superfície muitas coisas

que no meio onde nasci e me criei estavam ocultas.

P: Seria por isso que você afirma que é necessário destruir a linha de demarcação que separa o real do fantástico?

R: Essa linha de demarcação provavelmente existe, mas creio que está muito desprezada. A realidade entretanto pode ainda conquistar muito terreno no que se considera fantástico. Teria que se definir isso de alguma forma, mas eu não acredito que o termo mais apropriado seja “realismo fantástico”; creio que é realismo puro e simples.

P: Segundo você se manifestou em outra ocasião, você começou a descobrir-se a si



mesmo como escritor ao ler “A metamorfose” de Kafka, ao ver que era possível escrever coisas que não eram simplesmente um puro reflexo dessa realidade estreita de que falava há pouco. O fato de que seu posterior comprometimento político haja coincidido com o abandono quase total de seu compromisso como escritor de ficção, não será o resultado de não poder suportar mais tempo a consciência de que seu contato com o real estava desprezado? Não estaria tentando recuperar, com o jornalismo político, pontos de referência que o pusessem em contato com a realidade da gente da rua, que não é sempre a realidade ou surrealidade poético-imaginativa de seus contos?

R: Acredito que é o contrário. Minha posição como escritor a respeito da realidade é precisamente uma posição política. O que me obrigou a pôr os pés no chão em matéria política, pra dizê-lo de alguma maneira, foi a mesma realidade, quer dizer, foi por estar convencido de que, pelo menos na América Latina, tudo acaba sendo político. É tão urgente transformar essa sociedade que nada pode ser mais relevante do que o trabalho político. Além disso, provavelmente, minha vocação política se alimenta das mesmas fontes que minha vocação literária: o interesse pelo homem, pelo mundo

que me rodeia, pela sociedade e mesmo pela vida. O interesse literário é um interesse político e o interesse político é um interesse literário. Ambos são formas de se interessar pela realidade. Não só é preciso trabalhar literariamente para transformar a realidade, mas também politicamente. E o trabalho político é mais urgente.

P: Voltando à literatura: escrever para quem? Quais são, ao seu modo de ver, as possibilidades de uma novela popular de qualidade?

R: Todas. Isso é o que se tem que pretender: uma novela popular de qualidade. É verdade que há grandes limitações e a maior delas é o próprio nível cultural das massas, mas isso já não é um problema literário e sim político. Eu acredito, entretanto, que toda boa literatura pode chegar muito longe, o que acontece é que há uma tendência dos críticos e dos intelectuais em geral de constituir-se em elites privilegiadas e dizer: “a literatura é para nós, gente do nosso tipo, não é para as massas”. Isso não é certo; o povo gosta de literatura e a compreende muito melhor do que parece. Provavelmente em outro nível, porque há níveis distintos de compreensão. Não creio que o nível de compreensão de “Cem anos de solidão” por parte de um acadêmico seja o mesmo que o de um porteiro.

P: E a outra parte da mesma pergunta: escrever para que?

R: Há uma frase de Rilke que diz: Se você acredita que é capaz de viver sem escrever, não escreva. Eu já disse que escrevo para que as pessoas me queiram mais, para que meus amigos me queiram mais. Isso que dito assim parece uma simples frase, uma **boutade**, tem muito de verdade. Não se pode deixar de escrever no momento de explosão. E prova disso é que eu escrevi cinco livros sem que ninguém os lesse.

“Não se pode pedir (aos cubanos) que publiquem Borges. Mas isso será solucionado...”

P: Você afirma que todo bom escritor é revolucionário e como explica casos como Jorge Luiz Borges e Ernesto Sabato, etc. você acredita que é possível ser um bom escritor sendo de direita, sendo reacionário?

R: Se um escritor é bom, não é reacionário. Borges é reacionário enquanto homem, mas como escritor é diferente, pois a própria grandeza de sua obra contribui para o progresso da humanidade.

P: Nas livrarias cubanas, entretanto, não se encontra livros de Borges.

R: Eu conheço bastante os critérios dos cubanos e creio que chegará o momento em que Borges estará nas livrarias. O que acontece é que eles têm enormes limitações materiais e devem estabelecer prioridades e o que não se pode pedir é que dêem prioridade a Borges sobre outros.

P: Mas e os outros escritores soviéticos de terceira ou quarta categoria, que são publicados em Cuba?

R: A falha será, em todo caso de política editorial. A revolução teve que estabelecer prioridades porque a situação era premente e até agora não houve uma política cultural, mas agora que se criou em Cuba o Ministério de Cultura, isso deve ser solucionado.



ENTREVISTA COM O AUTOR DE 100 ANOS DE SOLIDÃO

A nostalgia literária de Gabriel G. Marquez

Garcia Marquez e sua "greve" literária, que só acabará com a queda de Pinochet

Gabriel Garcia Marquez um dos mais populares escritores latino-americanos, autor de "Cem anos de Solidão", "Ninguém escreve ao Coronel" e outras obras importantes, não publica nenhum livro há 4 anos. Está numa espécie de "greve", até que caia o ditador do Chile Augusto Pinochet.

Nesta entrevista ao jornalista espanhol Josep Sarret de El Viejo Topo, Marquez fala de seu silêncio literário e suas intensas atividades de jornalista político. E dá um panorama de seu próximo livro sobre a vida os exilados latino-americanos na Europa.

P: A promessa que você fez, há algum tempo, de não publicar nenhum outro livro até que Pinochet caia do poder, tem preocupado muito os seus leitores e sobretudo os têm mantido absolutamente desinformados acerca de suas atividades literárias. Em que você tem estado trabalhando estes anos, além da atividade de jornalista político?

R: Nos últimos três anos venho trabalhando num livro sobre a influência do bloqueio imperialista sobre a vida cotidiana do povo cubano. O bloqueio desenvolveu em Cuba uma autêntica cultura da escassez, que se refletiu em novas formas de criar os filhos, de cozinhar, de costurar, em mil pequenos detalhes como, por exemplo, no fato de que lá uma mulher não diz à sua vizinha: "me empresta uma agulha", mas sim, "me empresta a agulha". Meu trabalho começou como uma reportagem, mas foi crescendo, ramificando-se, agora não sei

bem o que fazer com ele. Havia calculado um livro de umas 300 páginas, mas já escrevi mais de 700.

P: E a respeito de questões mais literárias, você não tem nada em perspectiva?

R: Sim. Há vinte anos. Desde que vim pela primeira vez à Europa, fui tomando notas, sem saber muito bem para que me serviriam, sobre as coisas que acontecem com os latino-americanos que vivem na Europa. Agora estou escrevendo essas notas em forma de contos. Calculo que tenho material para uns sessenta e tantos contos, mas trabalhando com muito rigor podem ser reduzidos a 20 ou 25 realmente escolhidos.

P: Você já tem um título para esses contos?

R: Sim, vou usar como título um verso de um grande poeta colombiano já morto e pouco conhecido, Aurelio Arturo. O título será: "Os dias que, um após o outro, são a vida". Gostaria que esses contos fossem os mais literários possíveis, porque ando

"Ando tão metido em política que sinto uma verdadeira nostalgia da literatura"

metido em tantas coisas de política que sinto uma verdadeira nostalgia da literatura. O que tem acontecido é que eu preciso de arranjar tempo para trabalhar. Eu não consigo escrever aos saltos, não posso começar escrever um conto agora, ir à América do Sul, por exemplo, e voltar para terminar depois o conto; quando regresso e encontro-o sem terminar tenho que começá-lo outra vez. Ultimamente não tenho tido muito tempo. Não sei quando esses contos estarão prontos, porém espero ter o suficiente para publicar um livro quando Pinochet cair.

P: Esse propósito de não publicar até que Pinochet caia, você acredita mesmo que tem algum utilidade? Acredita que pode incomodar ao poder o silêncio de um escritor?

R: O que eu faço é uma greve literária. É muito difícil calcular exatamente quantos leitores tenho na América Latina, mas o certo é que meus livros têm recebido uma acolhida grande. Somente "Cem anos de solidão" já vendeu mais de 5 milhões de exemplares, e eu creio que essa boa acolhida por parte dos leitores dá uma certa importância à minha greve literária. A prova está em que sempre que me pedem uma entrevista tenho que falar dela. Além disso, decidi fazer essa greve num momento em que considerava que era mais importante fazer jornalismo político do que literatura, embora na verdade não imaginasse que Pinochet durasse tanto. Sete anos.

(continua na página 23)